

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

André Gomes Julião

Caçadores-coletores:

Ciência e caça nas expedições científicas norte-americanas no Brasil, 1933-1945

DOUTORADO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA

São Paulo

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

André Gomes Julião

Caçadores-coletores:

Ciência e caça nas expedições científicas norte-americanas no Brasil, 1933-1945

DOUTORADO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História da Ciência, sob a orientação da Profa. Dra. Márcia H. M. Ferraz.

São Paulo

2021

Banca Examinadora

Para Débora (e Pilar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES)-Código de Financiamento 001. Processo nº. 88887.147789/2017-00.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência da PUC-São Paulo, a todos os seus professores, aos colegas com quem convivi intensamente e a Camila Vicentino. Obrigado por terem me acolhido e guiado em todo o meu percurso nessa instituição, desde o mestrado iniciado em 2014. Foi uma honra.

Sobretudo, agradeço à professora Dra. Márcia H. M. Ferraz, pela paciência com este aluno fugidio e pelo incentivo, sabedoria e tranquilidade com que conduziu a orientação desta tese, sempre com comentários perspicazes e intervenções precisas.

À professora Dra. Silvia Waisse, por ter me orientado no mestrado, em grande parte do doutorado, e ter sempre apostado nas minhas ideias.

Às professoras Dras. Ana Maria Alfonso-Goldfarb, por ser nosso farol, Maria Helena Roxo Beltran, Vera Cecília Machline e ao professor Dr. José Luiz Goldfarb, pelos ensinamentos dentro e fora de sala de aula.

À Dra. Luciana Thomaz, pelo bom humor permanente e pela amizade.

Essa tese não seria possível sem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que forneceu uma bolsa de estudos durante todo o período do doutorado.

Um trabalho baseado em arquivos depende da dedicação dos profissionais que tomam conta destes tesouros. Agradeço imensamente ao amigo Everaldo Pereira Frade e a todos os outros funcionários do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro, pela parceria e profissionalismo.

Ainda, tenho profunda gratidão por aqueles que me ajudaram a localizar documentos ou mesmo constatar que alguns provavelmente não existem. Em São Paulo, agradeço aos

profissionais do Arquivo Permanente do Museu Paulista, do Centro de Memória do Instituto Butantan, do Banco de Memórias e Histórias de Vida da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo e do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Sem viajar ao Mato Grosso ou aos Estados Unidos, tive acesso a arquivos digitalizados do Acervo Daveron do Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral (NUDHEO) do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Contei com a colaboração, ainda, de profissionais da John Simon Guggenheim Memorial Foundation, Louisiana State University Health Sciences Center Library, Carnegie Institution of Washington, Center for the History of Medicine da Harvard Medical School, The Alan Mason Chesney Medical Archives of The Johns Hopkins Medical Institutions, National Academies of Sciences Archives e Rockefeller Archive Center, que me enviaram arquivos referentes a George Hamlett.

A todos estes, minha gratidão e admiração.

Agradeço a Alexandra Elbakyan, pela coragem.

À minha família, que me possibilitou os meios para seguir meus sonhos num país onde é cada vez mais difícil sonhar. E especialmente a Débora, que me dá amor e energia para querer seguir em frente todos os dias. Te amo demais.

Ao meu pai, João Antônio Julião (*in memoriam*), pela vida.

Resumo

Em 1933, o Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas criou o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), com o objetivo de coibir a saída do país de objetos de seu patrimônio natural e artístico e garantir uma parte do que fosse coletado no país para as instituições brasileiras. Num momento de aproximação do Brasil com os Estados Unidos, que competia com a Alemanha por influência no país mesmo antes da eclosão da Segunda Guerra, cientistas e outros exploradores norte-americanos realizaram expedições para coleta de animais e outros objetos naturais, que foram exportados para enriquecer as coleções de museus e outras instituições científicas nos Estados Unidos. Nesse contexto, o Conselho não cumpriu propriamente seu trabalho de fiscalização. Em parte, isso ocorreu em benefício das relações diplomáticas com os norte-americanos; por outro lado, por interesses particulares e disputas institucionais que impediam o pleno exercício de suas funções. Ambos os fatores impediram um trânsito de conhecimento maior entre os dois países, como a incorporação de mais animais às coleções nacionais e um contato maior entre cientistas dos dois países. Além disso, caçadores e colecionadores usaram justificativas científicas para levar um sem número de animais para o exterior. Os casos analisados neste trabalho demonstram como, mesmo um governo autoritário de inspiração nacionalista, não deu conta de impedir o afluxo de objetos do patrimônio natural para um país aliado. A tese busca mostrar, ainda, como as fronteiras entre caça e ciência eram borradas no período e como isso se refletiu na fiscalização do CFE.

Palavras-chave: História da Ciência; Ciência no Brasil; Trânsito de conhecimento; Trânsito de materiais; Expedições científicas norte-americanas; Século XX.

Hunter-gatherers:
Science and hunting in the North-American scientific expeditions in Brazil, 1933-1945

Abstract

In 1933, the Provisional Government led by Getúlio Vargas created the Council of Surveillance of Artistic and Scientific Expeditions in Brazil (CFE), with the objective of preventing the departure of objects from its natural and artistic heritage and guaranteeing a part of what was collected in the country for Brazilian institutions. At a time when Brazil was approaching the United States, which competed with Germany for influence in the country even before the outbreak of World War II, scientists and other North American explorers carried out expeditions to collect animals and other natural objects, which were exported to enrich the collections of museums and other scientific institutions in the United States. In this context, the Council did not properly carry out its inspection work. This was partly for the benefit of diplomatic relations with the Americans; on the other hand, due to private interests and institutional disputes that prevented the full exercise of their functions. Both factors prevented a greater transit of knowledge between the two countries, such as the incorporation of more animals into the national collections and greater interactions between scientists from both countries. In addition, hunters and collectors used scientific justifications to take countless animals abroad. The cases analyzed in this work demonstrate how, even an authoritarian government of nationalist inspiration, failed to prevent the influx of natural heritage objects to an allied country. The thesis also seeks to show how the boundaries between hunting and science were blurred in the period and how this was reflected in the CFE's inspection.

Keywords: History of Science; Science in Brazil; Transit of knowledge; Transit of materials; North American Scientific Expeditions; XXth Century.

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo 1

Fiscalização das expedições científicas, da caça e da exportação de animais

1.1. O marco da criação do CFE e da Divisão de Caça e Pesca	8
1.2. Entre conflitos e colaborações	12
1.3. O arquivo do CFE e a documentação sobre o trânsito de animais	16
1.4. Ciência e território	23
1.5. Caça e coleção: Brasil e Estados Unidos	28

Capítulo 2

Tatus e emas: a fauna brasileira abastece museus e laboratórios norte-americanos

2.1. Cientistas norte-americanos no Brasil	34
2.2. George W. D. Hamlett, tatus, morcegos e outros mamíferos	38
2.2.1. Primeira viagem ao Brasil, 1933	39
2.2.2. Estudo sobre coiotes para o USDA e a volta ao Brasil	44
2.3. Emmet Reid Blake, ciganas e emas	57
2.3.1. Chegada ao Brasil	59
2.3.2. Disputas internas	68

Capítulo 3

Safári no Mato Grosso e animais exportados para um zoológico de Washington

3.1. Borboletas e outras curiosidades brasileiras	73
3.2. Uma expedição “infame”	75

3.3. De volta ao Brasil	80
3.4. Disputas institucionais	85
3.5. Um casal passeia pelo Brasil, presenteia e recebe ganha animais	92
3.6. Trabalho científico entre percalços	99
Considerações finais	106
Bibliografia	111
Anexos	121

Índice de figuras

Figura 1. George W. D. Hamlett em 1953, nos Estados Unidos	38
Figura 2. E. R. Blake em ninho de emas em 1937, no atual Mato Grosso do Sul	57
Figura 3. Lista de animais coletados anexa ao pedido de Blake para levar todos os exemplares para os Estados Unidos	67
Figura 4. Reportagem do <i>Washington Daily News</i> com foto de Daveron dentro da gaiola do lobo-guará que levou do Mato Grosso para o Parque Zoológico Nacional de Washington	82

Introdução

O início do interesse deste autor pelos arquivos do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), órgão que atuou entre 1933 e 1968, se deu durante a pesquisa de mestrado, quando buscava-se conhecer a trajetória do ornitólogo alemão Helmut Sick (1910-1991) em seus primeiros anos no país, a partir de 1939.¹ Muito além do percurso de Sick no Brasil, porém, a documentação mostrou-se rica a ponto de permitir um recorte dos caminhos não apenas daquele cientista, mas de outros exploradores alemães no Brasil no período compreendido entre a criação do Conselho e o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Eixo. Mostramos como foi a recepção a estes homens de ciência quando o Brasil ainda era parceiro comercial, científico e cultural da Alemanha, e como este tratamento mudou radicalmente quando Getúlio Vargas (1882-1954) optou por unir-se aos Aliados na Segunda Guerra Mundial.²

Longe de dar conta de toda a complexidade das relações entre o CFE e os estrangeiros realizando expedições no Brasil, durante a elaboração do trabalho levantou-se questões que demandavam um maior desenvolvimento. Como era a relação entre o Conselho e expedicionários de outros países além da Alemanha? Quais campos da ciência eram mais presentes nas solicitações para expedições e exportações? Quais outros atores, além de cientistas, estavam presentes nessas expedições? Como era a

¹ Embora alguns autores usem a forma “CFEACB”, usaremos “CFE”, adotada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), que detém o arquivo da instituição e publicou seu inventário, assim como por Sombrio, citada adiante.

² Julião, “Chô! Chô! Passarinho: a recepção brasileira às expedições científicas alemãs, 1933-1942”.

relação do CFE com outros órgãos de fiscalização criados durante o governo de inspiração nacionalista de Vargas?

O exame dos dossiês que compõem o arquivo do CFE, depositado no acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro, mostrou a preponderância de expedições voltadas para a coleta de animais, realizadas sobretudo por norte-americanos. Observou-se, ainda, nos documentos sobre os cidadãos dos Estados Unidos, a presença não apenas de cientistas, mas de exportadores e caçadores. Um exame inicial da documentação mostrou que estes homens tiveram relativa facilidade para explorar o interior do país e levar grandes carregamentos de animais, vivos ou mortos, para instituições de ciência e zoológicos norte-americanos.

Dado o contexto nacionalista do período, pano de fundo para a criação do Conselho, era de se esperar mais restrições a estrangeiros percorrendo o interior do país em busca de itens para exportar. Uma provável explicação para esse trânsito relativamente livre dos norte-americanos e dos objetos coletados por eles eram as boas relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, que inclusive frutificaram em acordos comerciais para auxiliar os Aliados no esforço de guerra.

A leitura da documentação levantou ainda a hipótese segundo a qual a obrigatoriedade imposta pelo CFE de os expedicionários deixarem no Brasil duplicatas das coletas promoveria um trânsito de conhecimento. Animais da fauna do Brasil coletados por norte-americanos alimentariam acervos de museus e outras instituições científicas norte-americanas e nacionais. Dado o histórico problema da carência de verbas para pesquisas no Brasil, a incorporação de espécimes às coleções nacionais seria de grande valor para a ciência praticada no país. Outra regra, sobre a isenção de

fiscalização quando as expedições ocorressem em associação com instituições brasileiras, tornava ainda mais provável a hipótese do Conselho como um promotor da colaboração entre a ciência brasileira e de outros países, como os Estados Unidos. Uma tentativa de análise sob esse prisma nos aproximou da literatura sobre o trânsito de conhecimento. Até onde pudemos verificar, este aspecto ainda não havia sido abordado por autores que trabalharam com a documentação do Conselho, embora a análise de casos particulares por esses estudiosos deixasse a questão mais ou menos implícita.³ A análise dos dossiês mostrou como a contribuição dessas expedições para os institutos brasileiros pode ser relativizada, uma vez que poucos espécimes ficaram no Brasil. Além disso, até onde pudemos verificar, houve poucas interações entre cientistas norte-americanos e brasileiros realmente benéficas para as instituições nacionais.

A discussão sobre o trânsito de conhecimento é parte de uma rica produção bibliográfica que põe em xeque o modelo segundo o qual o conhecimento se disseminaria de “centros” – Europa e Estados Unidos – para “periferias”, áreas subordinadas em outras partes do mundo, receptoras passivas da ciência produzida no “Ocidente”. Essa abordagem, cuja origem é atribuída a um ensaio de George Basalla de 1967, influenciou por muito tempo a historiografia sobre o assunto.⁴ A abordagem mais atual é aquela segundo a qual a ciência é um empreendimento global. O trabalho

³ Sombrio, “Traços da Participação Feminina...”; Ibid., “Gender, Museums and Science...”; Ibid. “Em busca pelo campo...” Sombrio, Lopes & Velho. “Práticas e Disputas...”; Grupioni, *Coleções e expedições vigiadas*; Lisboa, “O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil...”; Lisboa, “O Conselho de Fiscalização...”; Sá & Silva, “Citizens of the Third Reich in the Tropics...”; Faria, “Introdução”.

⁴ Basalla, “The Spread of Western Science”.

da História da Ciência, portanto, seria identificar as intermediações e laços ocorridos no processo de geração do conhecimento.⁵

Na leitura da documentação do CFE em busca de mais evidências sobre um possível trânsito de conhecimento entre Brasil e Estados Unidos, alguns casos se destacaram pela quantidade de material levada para os Estados Unidos com relativa facilidade. Por isso, nos pareceu interessante investigar o assunto com mais profundidade. A análise desses documentos tinha ainda o objetivo de localizar os interlocutores brasileiros desses expedicionários: cientistas e instituições de ciência brasileiros beneficiados com um possível trânsito de conhecimento.

Nos casos mais marcantes identificados na documentação, muito material foi exportado, sem que ficasse claro qual eram os ganhos pela parte brasileira. É o caso de Emmet R. Blake que levou não só aves e plantas para compor dioramas no Field Museum, de Chicago, como ainda cobras e capivaras, que em princípio não faziam parte do escopo de seu trabalho como curador assistente de aves. Dos cerca de mil exemplares coletados, apenas 15 duplicatas ficaram no Museu Nacional, deixadas por meses em uma sala antes de serem finalmente incorporados de fato ao acervo brasileiro.

Por seu lado, alegando ao CFE o objetivo de realizar experimentos científicos, Solon Alexander Daveron passou mais tempo caçando e enviando animais para o Parque Zoológico Nacional de Washington – onde eram recebidos pelo diretor William M. Mann

⁵ Secord, “Knowledge in Transit”; Raj, *Relocating Modern Science*; Ibid., “Introduction: circulation and locality in early modern science”; Ibid., “Beyond Postcolonialism... and Postpositivism...”; Alfonso-Goldfarb et. al, “Chemical Knowledge in Transit”; Duarte, “Between the National and the Universal...”; Fan, “The Global Turn in the History of Science”; Quintero, “Trading in Birds...”; Safier, “Global Knowledge on the Move...”; Sivasundaram, “Sciences and the Global...”; Ibid., “Introduction”.

– do que efetivamente realizando trabalhos científicos. O próprio Mann viria em pessoa levar animais, coletados por Daveron ou negociados com instituições sul-americanas, para expô-los no zoológico que dirigia. O zoólogo George W.D. Hamlett levou mais de 500 itens, entre peles de animais, tratos reprodutivos e fetos. Os conselheiros do CFE não viram valor nesse material para as instituições brasileiras e não retiveram um exemplar sequer para depositar no Brasil.

Mais do que um trânsito de conhecimento, nos chamou atenção, já na primeira aproximação dos documentos, um trânsito de outros atores não necessariamente cientistas, como caçadores e exportadores de animais. Esses homens estavam bastante ligados com a ciência do período, principalmente com os museus de história natural: a caça, coleta e exportação de animais era indissociável dessas instituições. O fato de as fronteiras entre essas áreas serem tênues ou mesmo borradas ajudou – ou não impediu – o surgimento de conflitos entre o CFE e a Divisão de Caça e Pesca, criada em 1934 e também subordinada ao Ministério da Agricultura. Nos Estados Unidos, naquele mesmo período, caça e ciência eram praticamente extensões uma da outra.

Na tentativa de explorar com mais profundidades uma possível diferença de propósitos das expedições, abordamos em um dos capítulos duas das expedições mais emblemáticas de um tipo de coleta voltada a estudos científicos, (Capítulo 2) deixando para outro uma expedição organizada para mera caça ou exportação. Ainda assim, sabemos ser impossível separá-las completamente em categorias estanques, dado o contexto do período. A própria organização do acervo do CFE, de 1988, não dá conta de diferenciar completamente os assuntos “caça”, “zoologia” e “exportação”.

Dividimos, então, este trabalho em três capítulos. No primeiro, é contextualizado o período e as condições para a criação e a atuação do CFE, além da composição do seu arquivo e o que outros autores escreveram sobre ele. Além disso, localizamos o lugar da caça na formação das coleções dos museus de história natural dos Estados Unidos. Contamos rapidamente, ainda, sobre um encontro simbólico, que precederia em mais de uma década a criação do CFE: o de Theodore Roosevelt e Candido Mariano Rondon, numa expedição liderada por ambos entre 1913 e 1914 no interior do Brasil. A Expedição Roosevelt-Rondon simbolizava tanto o desejo brasileiro de ocupar o interior do país e exercer controle sobre o seu “patrimônio natural” – que Rondon exporia em um projeto de lei que daria origem ao CFE anos depois – como o desejo norte-americano de explorar a desconhecida América do Sul e obter espécimes “exóticos” para os museus daquele país, algo encarnado na figura de Roosevelt, ele mesmo um entusiasta da cultura de caça e colecionismo de finais do século XIX e início do XX.⁶ Essas fronteiras quase invisíveis entre cientistas e caçadores se refletiu nas expedições norte-americanas que vieram ao Brasil sob fiscalização do CFE.

No capítulo 2, analisamos o caso de um filho mais tardio da cultura de colecionismo norte-americana, Emmet R. Blake, que trabalhava para um museu de história natural fundado por uma família abastada, assim como tantas outras que tinham a caça como diversão e a coleção de animais como uma extensão “científica” desse esporte. George W. D. Hamlett, o outro caso analisado no capítulo, tinha um direcionamento maior ao trabalho em laboratório e ao exame de tecidos no

⁶ Millard, *River of doubt*; Lund, *The Naturalist*; Domingues, “A Comissão de Linhas Telegráficas...”; Roosevelt, *Through the Brazilian Wilderness*; Lima, “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil”.

microscópio, sendo associado a instituições de pesquisa e ensino. Contudo, no Brasil, dependeu de caçadores locais para obter animais para seus estudos embriológicos.

No capítulo 3, a caça por si só é objeto de atenção, ainda que aqueles que a executassem usassem justificativas científicas, principalmente Solon A. Daveron, que no período em que é fiscalizado pelo CFE passou mais tempo capturando animais para vender para William M. Mann, do Parque Zoológico Nacional de Washington, do que propriamente realizando estudos. O trabalho de Jason B. Kauffman, principalmente, mostra que seu objetivo no Brasil sempre fora a caça, seguindo o exemplo do então veterano Sasha Siemel – outro que eventualmente caiu na malha do CFE e era caçador e guia de caça, que também terá a trajetória analisada.⁷

Assim, este trabalho espera contribuir para a compreensão do contexto em que estrangeiros, principalmente norte-americanos, realizaram expedições no Brasil entre os anos de 1933 e 1945 para a coleta de materiais, principalmente animais, posteriormente integrados às coleções de museus e outras instituições científicas dos Estados Unidos. O estudo aborda, ainda, o papel da caça na cultura da primeira metade do século XX, principalmente na ciência do período. Espera-se que esta tese seja interessante tanto para estudiosos de História da Ciência, das relações entre Brasil e Estados Unidos e do tratamento dos animais por humanos.

⁷ Kauffman, “The Unknown Lands...”,

Capítulo 1

Fiscalização das expedições científicas, da caça e da exportação de animais

1.1. O marco da criação do CFE e da Divisão de Caça e Pesca

Um marco para a regulação da caça e da coleta de animais e plantas no Brasil ocorreu a partir de maio de 1933. Pouco mais de dois anos após a chamada Revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas (1882-1954) a chefe do Governo Provisório, um decreto atribuía ao Ministério da Agricultura a incumbência de fiscalizar tanto as expedições nacionais, quando não eram conduzidas por instituições científicas brasileiras, como as estrangeiras. As justificativas para o que viria a ser o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), regulamentado através de decreto em outubro do mesmo ano, davam conta de um aumento do número de expedições empreendidas no interior do país sem o conhecimento do governo. Daí a necessidade de se coibir possíveis “abusos ou prejuízos” causados por elas. O texto afirmava ainda ser urgente proteger os “monumentos naturais, históricos, legendários e artísticos do País” e, em seu artigo 5º, que nenhum “espécimen botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico poderá ser transportado para fora do País”, a não ser quando houvesse exemplares similares em institutos científicos brasileiros.⁸

O decreto de outubro subordinava o Conselho à recém-criada Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, do Ministério da Agricultura, e determinava ainda seu orçamento, de 10 contos e 500 mil réis. A verba correspondia à fração de um crédito suplementar

⁸ Decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933; Decreto nº 23.311, de 31 de outubro de 1933. Todas as citações deste trabalho manterão a grafia original.

concedido pelo governo ao Ministério da Agricultura em julho do mesmo ano. O objetivo desse crédito suplementar era financiar a ampliação e a criação de novos serviços previstos – como os da Diretoria Geral de Pesquisas Científicas – em uma reforma iniciada também em 1933 no Ministério e encerrada no ano seguinte. Após a extinção da Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, o Conselho passava a se subordinar diretamente ao Gabinete do Ministro da Agricultura. A mudança ocorreu em junho de 1934, mês anterior à primeira reunião oficial do CFE.⁹

Com a criação do Conselho, estrangeiros que desejassem circular pelo país com a justificativa de coletar e/ou exportar obras de arte, animais, plantas e artefatos indígenas para os museus de seus países – ou realizar filmagens – tinham de passar por um rito burocrático. Com antecedência mínima de três meses, deveriam enviar um pedido de licença para as embaixadas de seus países no Brasil. Estas, por sua vez, submetiam o pedido ao Ministério das Relações Exteriores, que o transmitia ao Conselho. No CFE, era designado um relator entre os conselheiros, representantes de instituições nacionais, que aprovavam ou não o pedido.¹⁰

A criação de outra legislação, o Código de Caça e Pesca, remonta ao mesmo período. Estipulado pela primeira vez em 1934, ele restringe e regulamenta essas atividades, que ficam sob a guarda do Serviço de Caça e Pesca, posteriormente Divisão de Caça e Pesca. Em 1939, junto com um novo código, é criado o Conselho Nacional de Caça, que funcionava paralelamente à Divisão.¹¹ Apesar de atribuir a regulação da caça

⁹ Decreto nº 23.311, de 31 de outubro de 1933; Decreto nº 22.898, de 6 de julho de 1933; Decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934. Para um detalhamento das várias mudanças realizadas por Távora no ministério entre 1933 e 1934, vide Warlich, “O Governo Provisório de 1930...”, 23-33.

¹⁰ Vide o primeiro “Regulamento” no Decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934.

¹¹ Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934; Decreto nº 1.210 de 12 de abril de 1939.

para fins científicos ao CFE, em alguns momentos as atribuições desses órgãos se sobrepuseram.

Ainda que o CFE e a Divisão de Caça e Pesca tenham sido abrigados na estrutura do Ministério da Agricultura, Regina Horta Duarte lembra que os projetos que deram origem a ambos previam que eles seriam subordinados ao Ministério da Educação e Saúde. Encomendado pela pasta criada em 1931 – que abrigaria instituições como a Universidade do Rio de Janeiro e o Museu Nacional – o anteprojeto do Código de Caça e Pesca visava proteger a fauna, considerada um patrimônio nacional e vista como em perigo. De quebra, estimulava a produção de conhecimento científico, uma vez que seria preciso conhecer as espécies para orientar futuras mudanças na lei. Assim como o projeto que criava o CFE, o do Código de Caça e Pesca valorizava as instituições científicas nacionais. Além de possibilitar que os cientistas brasileiros ficassem informados das pesquisas feitas no Brasil por estrangeiros, dava acesso ao material coletado no território, no primeiro caso. Quanto à caça e pesca, o Código demandava o estudo das espécies brasileiras, a fim de que se pudesse legislar sobre quais poderiam ou não ser caçadas ou pescadas em quais períodos do ano.¹²

Os órgãos advindos desses projetos acabariam compostos em grande parte por cientistas, como era previsto desde o começo. A subordinação do CFE ao Ministério da Agricultura, porém, desagradou os primeiros conselheiros, que em 1939 chegaram a formar uma comissão que sugeriu a transferência do órgão para o Ministério da Educação e Saúde Pública ou para o Ministério das Relações Exteriores, uma vez que a maioria das expedições fiscalizadas até ali era composta por estrangeiros. Além disso,

¹² Duarte, *A biologia militante*, 23-72.

os conselheiros se ressentiram por uma mudança que determinava que a presidência seria sempre acumulada pelo diretor do Serviço Florestal, um órgão que, segundo Heloisa Alberto Torres – então conselheira e diretora do Museu Nacional – dedicava-se à ciência aplicada, enquanto as finalidades do Conselho seriam de ordem “científica, histórica e artística”.¹³

Outra legislação elaborada com o auxílio de cientistas foi o Código Florestal, de 1934, que por sua vez criava o Conselho Federal Florestal. Duarte nota que em 1937, porém, tanto este quanto o Código de Caça eram ignorados por lenhadores e caçadores. A venda de peles e penas, moda na alta sociedade carioca, seguia firme. Ainda que houvesse sido reduzido o comércio que resultava na matança de grandes quantidades de aves, cujas penas decoravam chapéus elegantes, as lontras e chinchilas seguiam valorizadas para casacos e estolas. Borboletas eram exportadas aos montes, embora a própria Divisão de Caça e Pesca afirmasse que fossem animais de cativeiro, com criadores registrados pelo órgão.¹⁴

Em relação à pesca, o Código de Caça e Pesca foi substituído pelo Código de Pesca, de 1938. A caça ganhou um código exclusivo em 1943, revogado em 1967, quando foi criada a Lei de Proteção à Fauna. As funções da Divisão de Caça e Pesca, do Conselho Nacional de Caça e do Conselho Nacional de Pesca, foram distribuídas à Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), criada em 1962, e ao

¹³ Lisboa, 80-91.

¹⁴ Duarte, 23-72.

Conselho Nacional de Proteção à Fauna, instituído com a lei de 1967 sobre o tema, mencionada acima.¹⁵

O CFE atuou oficialmente até 1968, quando foi extinto. Suas atribuições de fiscalização foram transferidas para o Conselho Nacional de Pesquisa, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e as de preservação do patrimônio, à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

Neste trabalho, o recorte temporal vai de 1933, ano da criação do CFE, até 1945, quando termina o primeiro período Vargas. Ainda que as culturas científica e política seguissem as mesmas nos anos vindouros, optou-se por restringir a análise à atuação do CFE no período de exceção em que ele é criado, caracterizado pela ascensão de Vargas, até o fim do Estado Novo, ainda comandado por este.¹⁶

1.2. Entre conflitos e colaborações

De modo geral, a produção bibliográfica acerca do CFE trata do contexto em que ele foi criado e sua interface entre os campos político e científico, como define Luís Donisete Benzi Grupioni, autor do primeiro trabalho de fôlego sobre o assunto.¹⁷ Interessado sobretudo na contribuição do órgão para a formação das coleções etnográficas, Grupioni faz um exame geral da documentação e analisa as atas das reuniões, descrevendo a formação do arquivo e a atuação do Conselho. Seu trabalho

¹⁵ Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938; Decreto-lei nº 5.894, de 20 de outubro de 1943; Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967; Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962.

¹⁶ Decreto nº 62.203, de 31 de janeiro de 1968. O período é bastante rico em bibliografia. Vide por exemplo Levine, *O Regime de Vargas*; Pandolfi, *Repensando o Estado Novo*.

¹⁷ Grupioni, *Coleções e Expedições Vigeadas*.

traz ainda uma reflexão de como o órgão se inseria nas políticas para a ciência e para o patrimônio histórico e cultural brasileiro do período.¹⁸

Ao jogar luz sobre a atuação de mulheres na ciência em meados do século XX, Mariana Moraes de Oliveira Sombrio mostra também como ocorreu a colaboração entre cientistas brasileiras e estrangeiras, além das disputas que essas cientistas – registradas nos dossiês e atas das reuniões do CFE – travaram dentro e fora do Conselho para garantirem espaços institucionais.¹⁹ Araci Gomes Lisboa, ela mesma tendo trabalhado na organização do arquivo do CFE, apresenta a criação do Conselho como parte da formação de uma consciência sobre o patrimônio natural e das primeiras políticas e instituições com esse foco, além dos diferentes conflitos ocorridos entre os próprios conselheiros ou entre eles e o governo, destacando ainda as mudanças na composição do Conselho.²⁰

Luis de Castro Faria, também um dos organizadores do acervo do Conselho, e ele mesmo membro do CFE entre 1956 e 1957, trata sobretudo do contexto autoritário nacionalista em que o CFE se insere.²¹ Magali Romero Sá e André Felipe Cândido da Silva, por sua vez, analisam alguns casos de cientistas alemães que estiveram no Brasil no período entre 1933 e 1940 e as relações comerciais, culturais e científicas entre os

¹⁸ Ibid., 260-9.

¹⁹ Sombrio, “Traços da Participação Feminina...”; Ibid., “Gender, Museums and Science...”; Ibid. “Em busca pelo campo...”; Sombrio, Lopes & Velho, “Práticas e Disputas...”; Lopes, Souza & Sombrio, “A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências...”

²⁰ Lisboa, “O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil...”. Um relato sobre as circunstâncias em que o arquivo do CFE foi encontrado e organizado poder ser lido em Castro, “A trajetória de um arquivo histórico”.

²¹ Faria, “Introdução”.

dois países desde o fim da Primeira Guerra e pouco antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em 1942.²²

Esse breve recorrido sobre as pesquisas realizadas tendo como tema o CFE mostra que pouco foi dito sobre as expedições que envolviam coleta e exportação de animais e muito menos sobre a relação da ciência do período com a caça, objeto deste trabalho.²³

Ainda que não seja o foco dos trabalhos acima, o trânsito de conhecimento é uma questão que perpassa as análises realizadas pelos autores. Em maior ou menor grau, os estudiosos se preocupam em demonstrar quando houve alguma troca de conhecimento entre os estrangeiros que realizaram expedições científicas no Brasil e os brasileiros que os receberam, fosse pela simples divisão do material coletado que acabava nas instituições nacionais, fosse em colaborações formais ou informais ocorridas entre os diversos atores envolvidos no processo de licenciamento das expedições e exportações do material reunido. Sombrio, por exemplo, joga luz sobre a colaboração entre cientistas como Heloisa Alberto Torres (1895-1977) e Bertha Lutz (1894-1976), de um lado – representantes do Museu Nacional no CFE em diferentes momentos – e a arqueóloga Betty Meggers (1921-2012) e a zoóloga Doris Cochran (1889-1968), respectivamente, no lado norte-americano. Além da exportação de coleções para a Smithsonian Institution, as interações entre as brasileiras e as norte-

²² Sá & Silva, “Citizens of the Third Reich in the Tropics...”.

²³ Nosso trabalho anterior trata sobretudo da recepção brasileira às expedições alemãs e da apreensão dos animais coletados pelo CFE por conta do rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. Vide Julião, “Chô! Chô! Passarinho...”

americanas ajudaram a enriquecer as coleções brasileiras, sobretudo do Museu Nacional.²⁴

Grupioni traz vários exemplos de como o trabalho fiscalizador contribuiu para a formação de coleções etnográficas no Brasil. Entre outros trechos da obra que mostram essa contribuição, um deles relata a ocorrência de uma exposição, inaugurada no dia 6 de maio de 1936, dedicada a mostrar ao público as coleções incorporadas ao Museu Nacional entre 1934 e 1935 por conta do trabalho do CFE. O material fora adquirido valendo-se do confisco de itens coletados sem autorização, da obrigatoriedade de repartição de itens em duplicata e da prioridade de compra pelo governo brasileiro quando as coletas fossem realizadas para a venda a museus estrangeiros. Além disso, Grupioni mostra como etnógrafos apoiados por Torres tinham menos dificuldades nos trâmites do CFE do que outros que vinham ao Brasil por outros meios.²⁵

Lisboa, por sua vez, acrescenta que os institutos nacionais com cadeira no Conselho se beneficiavam das informações privilegiadas fornecidas pelos cientistas estrangeiros, como os roteiros das expedições e os objetivos das viagens, que permitiam conhecer o que estava sendo produzido em vários campos da ciência.²⁶ Por conta da obrigatoriedade de levar um fiscal brasileiro, as expedições acabavam ajudando ainda na formação de pesquisadores, como no caso do então estagiário do Museu Nacional Luiz de Castro Faria, que acompanhou a segunda expedição no Brasil de Dina (1911-

²⁴ Sombrio, "Traços da Participação Feminina..."; Ibid., "Gender, Museums and Science..."; Ibid. "Em busca pelo campo..." Ibid, Lopes & Velho. "Práticas e Disputas...".

²⁵ Grupioni, 64-7.

²⁶ Lisboa, 119-22. Além de conhecimento científico adquirido, a autora comenta como os militares se beneficiaram das informações levantadas por expedições estrangeiras.

1999) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009), entre 1937 e 1938.²⁷ Outra contribuição para a formação de mão-de-obra especializada se dava quando etnógrafos estrangeiros que trabalhavam em parceria com Heloisa Alberto Torres – e por isso tinham suas expedições facilitadas – dedicavam parte do tempo no Brasil a dar aulas para alunos do Museu.²⁸

Analisando algumas expedições alemãs ocorridas entre 1933 e 1942, Sá e Silva relatam que uma delas levou, inclusive, animais raros ilegalmente. Ainda assim, as coletas de animais e artefatos indígenas por membros de instituições científicas da Alemanha em território brasileiro contribuíram para a expansão do conhecimento e das coleções científicas daqui.²⁹

1.3. O arquivo do CFE e a documentação sobre o trânsito de animais

O arquivo do CFE está depositado no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro. É composto, em sua maior parte, de dossiês sobre as expedições, com guias de autorização para viagem e exportação de material, correspondência entre o Conselho e o Ministério das Relações Exteriores, listas de materiais coletados pelas expedições, entre outros documentos. Fazem parte do acervo, ainda, atas de reuniões e documentos administrativos. Em menor número, há mapas e fotografias.³⁰

²⁷ Faria chegou a se tornar membro do Conselho entre 1956 e 1957, substituindo Bertha Lutz como representante do Museu Nacional.

²⁸ Lisboa, 119-22.

²⁹ Sá & Silva, “Citizens of the Third Reich in the Tropics...”.

³⁰ MAST, *Inventário*. Publicado originalmente em 1988, reimpresso em 2000 e revisto e ampliado em 2012. Esta é a edição referida neste trabalho. Usamos aqui o termo “dossiê” adotado pelo MAST em referência aos conjuntos de documentos de texto da Série 2, “Expedição e exportação de material”,

O rito para licenciar expedições e exportações proporcionou um acúmulo de documentos que compõem a maior parte do arquivo. É graças a essa documentação que hoje se pode saber quem foram os cientistas-expedicionários que vieram ao Brasil no período de 1933 a 1968 com autorização do Conselho ou mesmo alguns que realizaram coletas pelo interior do país sem autorização, sobre as quais só se soube depois.³¹ Um levantamento do inventário desse arquivo, por si só, fornece informações sobre quais países enviaram cientistas ao Brasil, as regiões mais visitadas e quais os assuntos de interesse.

No período em que existiu o Conselho, a maior parte dos expedicionários estrangeiros vinha dos Estados Unidos. Para este trabalho, foram selecionadas apenas as expedições ocorridas entre 1933 e 1945. Assim como no período total de existência do Conselho, até 1968, no intervalo entre a sua criação e o fim do Estado Novo também preponderaram entre os estrangeiros expedicionários do país norte-americano.

Os dados listados a seguir, com os números dos dossiês correspondentes, estão disponíveis no fim deste trabalho na forma de anexos e foram extraídos do inventário do CFE produzido pelo MAST. Primeiramente, foram elencados os pedidos de autorização para expedição ou exportação por país (Anexo 1). Em seguida, os mesmos pedidos foram classificados por assunto, de acordo com a nomenclatura feita pelo MAST

identificados como CFE.T.2.001 a CFE.T.2.451, além do documento 1.14/27, por ser listado pelo próprio inventário como referente a uma expedição/exportação da França, apesar de ser pertencente à Série 1, “Estrutura e funcionamento do Conselho”. Além disso, o que seria um dossiê apenas, CFE.T.012, contém recortes de jornais e documentos referentes a diversas expedições, de diversos países, em diferentes períodos. Por isso, o próprio inventário identifica seu conteúdo não só pelo número do dossiê propriamente dito, como pelo número do documento correspondente (de 001 a 180). Portanto, neste trabalho, o termo “dossiê” também pode se referir a um documento contido em CFE.T.2.012, como por exemplo CFE.T.012/30.

³¹ Vide, por exemplo, os casos de Harst Klee e Heinrich Wenzel em CFE.T.2.184.

(Anexo 2). Como a maioria se trata de pedidos de cidadãos norte-americanos, listamos então os assuntos das expedições enviadas por aquele país (Anexo 3). Como a zoologia foi foco das análises, há um anexo listando os dossiês referentes a esse assunto (Anexo 4). O último anexo dá conta de todos os dossiês do período relacionados a animais, sejam estes classificados como “zoologia”, “caça”, “exportação” ou “assunto não identificado” (Anexo 5).³²

No período analisado, dos 298 dossiês, 88 (29,5%) se referem a pedidos de autorização para expedição ou exportação realizados por norte-americanos, enquanto 42 (14,9%) foram feitos por brasileiros e 27 (9,06%) por alemães. Grã-Bretanha e França, respectivamente com 17 (5,7%) e 14 dossiês (4,7%), completam o pequeno grupo de cinco países que respondem por 188 dossiês, ou 63,8% do total. Nenhum dos outros 19 países listados pelo MAST no inventário tem no período de 1933 e 1945 mais de cinco dossiês: China, Espanha, Grécia, Hungria, Irã, Noruega e Tchecoslováquia (um dossiê cada); Canadá, Japão, Peru, Romênia e Suécia (dois cada); Áustria, Bélgica e Suíça (três); Polônia (quatro); Argentina, Holanda e Itália (cinco), totalizando 45 dossiês ou 15,1%. Um número considerável de dossiês (65 ou 21,8%) consta como de “Origem não identificada”.³³

As expedições tratavam de assuntos que iam de “antropologia” a “zoologia”, não raro com mais de um na mesma expedição ou exportação. Normalmente, os assuntos são relacionados, como “botânica” e “zoologia” ou “arte” e “filmagem”, por exemplo. Em um caso, porém, há uma expedição norte-americana que abrange três assuntos

³² Vide Anexos.

³³ Anexo I.

diversos: “linguística”, “sociologia” e “zoologia”.³⁴ Por isso, na contagem por assunto, o número supera a quantidade de dossiês produzidos no período (298), chegando a 337. O termo “assunto”, aqui, é mais oportuno do que “área do conhecimento”, “disciplina” ou algum similar porque, na classificação realizada pelos organizadores do inventário, nem sempre o assunto se refere a alguma área da ciência como “geologia”, “biologia”, ou “paleontologia”, por exemplo, mas usa termos como “filmagem”, “eclipse solar”, “raios cósmicos”, “turismo”, “colonização”, ou “evangelização”, entre outros.³⁵

Por conta do próprio caráter do CFE, que tratava majoritariamente de expedições e exportações de material artístico ou científico coletado no Brasil, o assunto que mais aparece no período analisado é “exportação”, com 72 ocorrências. Em seguida vêm “zoologia” (41 ocorrências), “arte” (37), “botânica” (33), “geologia” (23) e “antropologia” (19). Os outros assuntos do período, com menos de 10 ocorrências cada são: “jornalismo” e “sociologia” (oito ocorrências para cada), “arqueologia” e “geografia” (sete, cada), “caça” e “eclipse solar” (seis, cada), “paleontologia” e “pesca” (quatro, cada). Com duas ocorrências para cada um, vem “biologia”, “geofísica”, “linguística” e “Coronel Fawcett”.³⁶ Por fim, os assuntos “colonização”, “medicina” e “raios cósmicos” aparecem uma vez cada. O rótulo “Assunto não identificado” dá conta de 45 dossiês. Ao analisá-los, identificou-se três referentes a possível exportação de

³⁴ CFE.T.2.171

³⁵ Anexo II.

³⁶ O dossiê CFE.T.021 trata de uma expedição norte-americana que buscava vestígios do explorador britânico Percy Harrison Fawcett, desaparecido em 1925 enquanto buscava uma suposta civilização perdida no Mato Grosso. Já CFE.T.031 traz documentos de um órgão ambiental argentino que desejava realizar um intercâmbio com o Brasil e, segundo o inventário, “faz comentários sobre a expedição Fawcett”. Outros dossiês posteriores ao período aqui analisado se referem a expedições da viúva e do filho do Coronel para procurá-lo, CFE.T.2.230 (1946) e 2.284 (1952). Para mais informações sobre Fawcett, vide, por exemplo Grann, Z, *a cidade perdida*.

animais. Ao somar esses aos classificados com os assuntos “zoologia”, “caça” e “exportação” que se referem a animais, chega-se a 76 dossiês ou 25,83%.³⁷

O levantamento aqui realizado atesta que os Estados Unidos não só foram os responsáveis pela maioria dos dossiês (88), como o assunto “zoologia” (41) foi o mais recorrente na soma de todos os países. Por sua vez, “zoologia” e “botânica”, com 15 ocorrências cada, foram os assuntos mais recorrentes dentre todas as expedições ou exportações norte-americanas no período.³⁸ Quando separadas todas as 41 expedições de “zoologia” de todos os países, as 15 norte-americanas correspondem à maioria (36,5%). Três dos dossiês com o assunto “caça” e pelo menos um classificado como “Assunto não identificado”, que provavelmente se refere à exportação de animais, dizem respeito a norte-americanos.

Durante a seleção dos dossiês classificados pelos organizadores do arquivo do CFE como “zoologia”, encontramos alguns que eram ao mesmo tempo enquadrados como “exportação” – o que fazia sentido, uma vez que os animais eram coletados aqui para serem enviados para os países de origem dos expedicionários. Como a classificação dos dossiês era contemporânea, de 1988, ela não tinha como refletir o período em que a documentação fora criada, por mais criteriosos que fossem os organizadores do acervo. Por isso, era preciso examinar todos os dossiês do período que pudessem conter informações sobre a captura de animais no Brasil, a começar pelos classificados apenas como “exportação”, o que rendeu um número significativo (27). O mesmo ocorreu com alguns dossiês classificados como “Assunto não identificado”. Num rápido exame, pôde-se atestar que pelo menos três se referiam a animais. “Caça”, por sua vez, era um rótulo

³⁷ Anexo V.

³⁸ Anexo III.

que obviamente também dizia respeito a fauna brasileira.³⁹ Com isso, a quantidade de dossiês passíveis de serem explorados foi de 41 para 76.

Essa análise mostrou que “caça”, “zoologia” e “exportação” de animais, nos termos contemporâneos, na verdade se confundiam no CFE. Caçadores podiam ser fiscalizados pelo órgão, ainda que não se tratasse de membros de expedições científicas. Era uma consequência da lei que regia o Conselho, segundo a qual ele deveria resguardar qualquer espécime botânico, zoológico, mineralógico ou paleontológico encontrado em território nacional. Cientistas, por sua vez, podiam se valer de caçadores para obter animais para estudo. Ainda, as exportações não eram necessariamente com fins científicos, mas podiam ter um caráter puramente comercial. Ao mesmo tempo que essas fronteiras eram muito pouco claras no Brasil do período, nos Estados Unidos, país de origem dos expedicionários analisados, caça e coleção científica de animais eram praticamente a extensão um do outro. As origens da segunda estão intimamente ligadas à primeira.

Uma das razões para a escolha das expedições de zoologia, caça e exportação de animais realizadas por cidadãos norte-americanos é justamente a vantagem numérica destas dentre as expedições que se pôde identificar a origem e o assunto, mas também a relação entre caça e ciência naquele país. O período é interessante ainda do ponto de vista das relações diplomáticas entre os países. Os Estados Unidos buscavam trazer o Brasil cada vez mais para sua órbita de influência e afastá-lo da Alemanha, com o qual o

³⁹ MAST, *Inventário*, 131-228. É importante reiterar que esse exame mais minucioso só foi possível graças a digitalização do acervo e sua disponibilização na internet, ocorrida durante o curso da pesquisa. Até então, era preciso consultar o Acervo do MAST pessoalmente, o que ocorreu algumas vezes nos primeiros dois anos de pesquisa. Para acessar o Acervo, vide <http://zenith.mast.br/>.

governo Vargas e setores da elite brasileira mantinham fortes laços comerciais, científicos e culturais.⁴⁰

Foram escolhidos, portanto, quatro casos que saltam aos olhos pela quantidade de animais levados pelos expedicionários dos Estados Unidos, assim como pela agilidade nos trâmites legais para se obter as autorizações para as expedições e as exportações, provavelmente em razão das boas relações entre os dois países nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial.

Nos capítulos seguintes, serão analisados os casos de George W. D. Hamlett (1900-1975), zoólogo e embriologista que esteve por duas ocasiões no Brasil, uma delas por dois anos, enquanto pesquisador associado da Harvard Medical School e da Carnegie Institution de Washington; Emmet R. Blake (1908-1997), curador assistente do Field Museum, de Chicago, dedicado sobretudo à coleta de aves para exposição naquele museu. Solon Alexander Daveron (1899-1987), médico e exportador independente de animais, que atuou sobretudo no Mato Grosso, onde fixou residência; e William M. Mann (1886–1960), diretor do Parque Zoológico Nacional, da Smithsonian Institution, em Washington. Outra razão para um maior destaque dessas expedições neste trabalho foi a quantidade de documentos complementares aos do CFE que se pôde levantar em instituições do Brasil e dos Estados Unidos, que permitiram compreender detalhes não revelados nos documentos depositados no MAST. Antes de uma análise dos casos, no entanto, cabe um aprofundamento acerca do contexto político, cultural, e científico em que se enquadrava a criação do CFE.

⁴⁰ Vide, por exemplo, Sá & Silva, “Citizens of the Third Reich in the Tropics...”; Sá et. al., “Medicina, Ciência e Poder...”; Silva, “A Diplomacia das Cátedras...”; Ibid., “Raça, medicina tropical e colonialismo no Terceiro Reich...”

1.4. Ciência e território

Apesar de criado apenas após 1930, um órgão como o CFE era uma aspiração de pelo menos fins do século XIX, quando parte da intelectualidade brasileira já via nas expedições estrangeiras uma ameaça ao “patrimônio natural” brasileiro. Segundo Lisboa, sua criação respondia às reivindicações daqueles que questionavam a atuação do Estado nesse setor e que acreditavam na importância fundamental da ciência para o desenvolvimento do Brasil, além de exigirem do Estado controle das expedições estrangeiras.⁴¹

O plano era parte de uma aspiração de se forjar uma “identidade nacional” autêntica, que seria alcançada ao se voltar o olhar para o interior do Brasil, o sertão, e integrá-lo à faixa litorânea que então concentrava a maior parte da população brasileira. Para Nísia Trindade Lima, os intelectuais da época associavam a ideia de sertão à incorporação, progresso, civilização e conquista. Esse imaginário vinha sendo construído nos primeiros anos da República e encontrou em *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1866-1909), uma de suas primeiras traduções.⁴²

Um importante porta-voz da causa foi o engenheiro-militar Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), citado no projeto de lei que culminou no decreto de criação do Conselho.⁴³ Assim como Euclides da Cunha, Rondon fora aluno, na Escola Militar da Praia Vermelha, de Benjamin Constant (1836-1891), positivista que foi um dos articuladores da Proclamação da República em 1889. Segundo o projeto de lei, “os paizes cultos” naquele momento tinham a tendência de regular as missões científicas

⁴¹ Lisboa, 33.

⁴² Lima, “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil”.

⁴³ “Projeto de Lei Regulando as Missões Científicas no Brasil”, CFE.T.1.01 D4A1, P2.

estrangeiras “não só para garantirem o exito das que convenha permitir, como para impedir as indesejaveis, bem como, de um modo geral, o exodo de preciosidades e raridades de toda ordem”.⁴⁴

Àquele tempo, Rondon era uma figura proeminente no país, em parte por conta das expedições que realizara ao interior do Brasil. De 1900 a 1906, comandou a Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso, que levou o telégrafo até as fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, além de reconstruir o trecho entre Cuiabá e o oeste de Goiás, sendo que este último se conectava ao resto do país. A partir de 1907, Rondon passou a comandar a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMA), posteriormente conhecida como “Comissão Rondon”, para ligar o Noroeste do Brasil ao resto do país. A missão durou até 1916, mas a comissão continuou trabalhando em outras atividades até 1942. Em paralelo, Rondon chefiou, a partir de 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), idealizado por ele dois anos antes. Em 1939 foi ainda nomeado por Getúlio Vargas presidente do recém-criado Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), extinto junto com o SPI em 1967 e substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).⁴⁵

Entre dezembro de 1913 e abril de 1914, Rondon e o então ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt (1858-1919), chefiaram a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, que mapeou o chamado Rio da Dúvida, posteriormente rebatizado Rio Roosevelt, e coletaram animais para o American Museum of Natural History, nos Estados Unidos. O sucesso da expedição tornou o nome de Rondon conhecido também no país norte-americano, principalmente após a publicação, por Roosevelt, do livro

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Domingues, “A Comissão de Linhas Telegráficas...”

Through the Brazilian Wilderness, em 1914, traduzido para o português apenas em 1943 como *Nas selvas do Brasil*.⁴⁶

A Expedição Roosevelt-Rondon é um marco no interesse de cientistas norte-americanos pela natureza brasileira. Uma das poucas regiões ainda inexploradas pelo homem branco, o interior da América do Sul era uma espécie de última fronteira para exploradores do mundo todo. Derrotado em sua tentativa de obter um terceiro mandado presidencial, Roosevelt aproveitou um convite do Museo Social Argentino para uma série de palestras para realizar uma sonhada expedição pelo interior do Brasil. Tendo se formado em história natural pela Harvard University antes de cursar Direito e entrar para a política, àquela altura, o caçador contumaz Roosevelt já havia realizado inúmeras expedições de caça, fosse em seu próprio país ou em terras estrangeiras, enviando exemplares para museus de história natural e escrevendo livros a respeito. A jornada brasileira, porém, veio a ser muito mais perigosa do que se esperava, e por pouco o ex-presidente norte-americano não morreu em solo brasileiro.⁴⁷ Além de mapear pela primeira vez o Rio da Dúvida, a expedição resultou na coleta de cerca de 2500 aves e 450 mamíferos, além de répteis, anfíbios e peixes, enviados para o American Museum of Natural History, em Nova York, com um número desconhecido enviado para o Museu Nacional.⁴⁸

As expedições comandadas por Rondon incorporavam um interesse estatal de controle das fronteiras e de colonização do interior do país.⁴⁹ Ao mesmo tempo, os

⁴⁶ Roosevelt, *Through the Brazilian Wilderness*; *Ibid.*, *Nas selvas do Brasil*; Millard, *River of doubt*.

⁴⁷ Millard; Lunde, *The Naturalist*.

⁴⁸ Allen, "Mammals collected on the Roosevelt Brazilian Expedition, with field notes by Leo E. Miller"; Vasconcelos et. al, "Contribuições da Expedição Científica Roosevelt-Rondon ao estudo das aves do Brasil", 162.

⁴⁹ Domingues, 5-8.

relatórios traziam contribuições ao conhecimento da geografia do interior, com a revisão de mapas e informações sobre nascentes e embocaduras de rios; condições, costumes e línguas dos índios contatados, além das descrições dos animais e plantas encontrados.⁵⁰

A vigilância de expedições científicas por meio do CFE se somava ao esforço de controle e conhecimento dos sertões. Ao mesmo tempo que tentava resguardar as riquezas naturais do território, fiscalizando os expedicionários, o Conselho exigia as duplicatas de tudo que fosse coletado, além de proibir a exportação de itens que não existissem em acervos nacionais. Em determinado momento, passou a exigir relatórios das atividades realizadas pelos expedicionários, ainda que isso poucas vezes tenha se efetivado.⁵¹

Aliado a esse fato, estavam as poucas condições dos museus brasileiros de ampliar suas coleções, já que nem sempre podiam arcar com as despesas de expedições para coletas. Para Grupioni, as coleções formadas durante as expedições no período foram o produto mais evidente do Conselho. O Estado exerceu o cerceamento não só do trânsito destas coleções como dos próprios colecionadores. Ao contribuir para o enriquecimento das coleções dos museus brasileiros, confiscando ou partilhando os materiais coletados por estrangeiros ao mesmo tempo em que fiscalizava as expedições, o Conselho fazia o que o autor chama de uma interface dos campos científico e político.⁵²

⁵⁰ Lima, “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil”.

⁵¹ Nesse sentido, são bastante claros os artigos 5º a 8º do primeiro decreto que atribui a fiscalização ao Ministério da Agricultura (nº 22.698, de 11 de maio de 1933) e o primeiro Regulamento (aprovado com o Decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934).

⁵² Grupioni, 22 e 85.

Assim como outras iniciativas do período, a criação do CFE tinha o nacionalismo como pano de fundo. Faria lembra que a ideologia nacionalista e a ideia nela incorporada de “integridade nacional” – e, portanto, de suspeição do estrangeiro – geraram, além da fiscalização das expedições artísticas e científicas, proteção e vigilância dos monumentos históricos, artísticos e legendários, e censura no cinema.⁵³

A criação do CFE, portanto, somava-se a outras medidas da centralização autoritária instituída no primeiro período Vargas, entre 1930 e 1945. As medidas implicaram uma reorganização da estrutura estatal e uma elaboração de novas políticas, por meio da criação de um aparato burocrático, com a abertura de ministérios, autarquias, departamentos, comissões especiais, além de organismos vinculados diretamente à presidência.⁵⁴

O caráter nacionalista do governo ao qual o CFE era submetido e sua função fiscalizadora, no entanto, não impedia as boas relações entre cientistas brasileiros e estrangeiros. A maioria dos pedidos era de cidadãos norte-americanos, em consonância com as boas relações comerciais e científicas que o Brasil mantinha com aquele país no período.⁵⁵ A fim de escapar do controle do CFE, alguns cientistas estrangeiros se associaram a instituições brasileiras. Dessa forma, as expedições eram consideradas isentas da fiscalização do Conselho, conforme o Regulamento.⁵⁶ Mas isso valia para as

⁵³ Faria, 18.

⁵⁴ Grupioni, 264.

⁵⁵ Sobre relações com os Estados Unidos, principalmente com a Fundação Rockefeller, ver Faria, “A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30)”; Cueto (org), *Missionaries of sciences...*; Barbosa & Tibau, “Cinema documentário, política de boa vizinhança...”.

⁵⁶ O artigo 17 do Regulamento, contido no Decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934, isenta de autorização do CFE os “cientistas ou artistas de reconhecida notoriedade, quando sob o patrocínio de um instituto nacional”.

viagens que tinham objetivos científicos mais claros, o que não era o caso de expedicionários interessados na simples caça e coleta de animais.

1.4. Caça e coleção: Brasil e Estados Unidos

Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, a caça estava associada a uma ideia de masculinidade, sobretudo para os homens brancos das classes média e alta. Devidamente abastecida de anúncios de lojas de moda feminina, com suas penas e peles, e de armas e munições, associadas à elegância dos caçadores europeus, a imprensa brasileira narrava em tom de aventura caçadas como as de Sasha Siemel e Kermit Roosevelt.⁵⁷ Além disso, as peles eram um importante produto de exportação e continuariam a ser até pelo menos meados dos anos 1970. Entre os anos 1930 e 1960, estima-se que apenas na Amazônia Ocidental a exportação de peles das 10 espécies mais caçadas gerou cerca de US\$ 500 milhões, em valores atualizados para 2015, com impacto significativo sobretudo nas espécies aquáticas, mais vulneráveis a caçadores e com escoamento facilitado, por conta do acesso pelos rios.⁵⁸

O fato de alguns de seus animais-símbolo, como o bisonho, estarem à beira da extinção em fins do século XIX, foi o motivador para a regulação da caça, a partir de 1900, nos Estados Unidos. Curiosamente, aquele país – de onde viria grande parte dos expedicionários estrangeiros nas primeiras décadas de atuação do CFE – tinha restringido a caça sobretudo para que o homem branco de classe média e alta

⁵⁷ Duarte, 23-72.

⁵⁸ Antunes et. al, “Empty forest or empty rivers? A century of commercial hunting in Amazonia”.

continuasse tendo o que caçar. Indígenas, negros e latinos eram impedidos de abater animais selvagens, ainda que para subsistência.⁵⁹

Além de ter na ciência uma fonte de subsídios para a criação de áreas de proteção e para o “gerenciamento” da vida selvagem, a relação entre ciência e caça é evidente na própria formação dos museus do período nos Estados Unidos. O acúmulo de troféus – como eram chamados os grandes mamíferos abatidos e taxidermizados – era visto como símbolo de status nas sociedades europeias e norte-americanas do período. Nos Estados Unidos, as mesmas famílias abastadas que decoravam suas salas com cabeças de alce ou tapetes de urso financiaram os primeiros museus de história natural, como o Field Museum, em Chicago, e o American Museum of Natural History, em Nova York. Este último teve entre os fundadores, em 1867, Theodore Roosevelt, Sr., quando seu filho, o futuro presidente que doaria frutos das suas caçadas para o museu, ainda era uma criança.⁶⁰

Essas instituições acumularam, ao longo de sua existência, enormes quantidades de animais decorrentes da caça esportiva. Um caso emblemático foi a compra, em 1909, da coleção composta de cabeças e chifres do caçador e colecionador sul-africano Frederick Hugh Barber (1847-1919) pelo Parque Zoológico de Nova York, conhecido como Bronx Zoo. À beira da falência depois de uma crise econômica que colapsou seus negócios de mineração no país africano, Barber negociou sua coleção de 150 cabeças e chifres por £ 600 com a instituição nova-iorquina.⁶¹ Ainda hoje, nos Estados Unidos, um

⁵⁹ Yarbrough, “Species, race, and culture in the space of wildlife management”; Dunlap, “Sport Hunting and Conservation, 1880-1920”

⁶⁰ Barrow, *A passion for birds*, 9-19; Lunde, 1-18.

⁶¹ Cohen, “The F. H. Barber collection of heads and horns”.

animal morto por um caçador esportivo pode ser aceito por um museu de história natural.⁶²

Nesse contexto em que o trabalho dos museus consistia em obter o máximo de exemplares, de diferentes regiões, para que fossem catalogados e comparados, a caça tinha uma justificativa científica. Em sua expedição pela África Oriental em 1909, enquanto ainda ocupava a presidência dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt e seu filho Kermit contabilizaram mais de 500 animais abatidos. Roosevelt estava particularmente comprometido com uma missão: levar para a América duas famílias dos últimos rinocerontes-brancos do norte: uma para a Smithsonian Institution e outra para o American Museum of Natural History. Estando a subespécie sabidamente à beira da extinção já naquela época, a ideia de Roosevelt era obter espécimes antes que ela desaparecesse completamente e nenhum ser humano pudesse conhecê-la. No total, nove animais foram abatidos e seguem expostos nos respectivos museus.⁶³ Posteriormente extinta na natureza, a subespécie contava, em janeiro de 2021, com apenas dois exemplares, duas fêmeas, vivendo em cativeiro.⁶⁴

A lógica de coletar animais antes que fossem extintos era uma herança do colecionismo surgido na Europa ainda no século XVI, que ganhou fôlego nos Estados Unidos no século XIX. As coleções de tudo que pudesse ser curioso ou exótico – moedas, selos, conchas, animais, plantas – deram origem aos gabinetes de curiosidades na Europa, que por sua vez inspiraram os primeiros museus. Esses gabinetes se espalharam entre as famílias de origem europeia nos Estados Unidos, expondo desde itens

⁶² Tamburro & Yang, “21 Million Specimens: Behind Harvard’s Underground Animal Collections”.

⁶³ É vasta a bibliografia produzida sobre Theodore Roosevelt e por ele mesmo. Sobre a expedição africana, vide p. ex. Lunde, 179-248 e Roosevelt, *African Game Trails*.

⁶⁴ Anderson, “The Last Two Northern White Rhinos On Earth”

fabricados pelo homem até exemplares da natureza, como animais e plantas apreciados nos parques urbanos, subúrbios e mesmo nos *country clubs*. Mark V. Barrow conta que esses espaços proporcionavam um maior contato com o mundo natural à medida que o país se urbanizava.⁶⁵

Assim como Roosevelt e o rinoceronte-branco do norte em 1909, nas décadas anteriores colecionadores de aves corriam para capturar os últimos exemplares de espécies devastadas ao longo de 200 anos de colonização europeia nos Estados Unidos. Barrow cita a recomendação de 1891 de William T. Hornaday (1854-1937), que se aposentara no ano anterior do cargo de taxonomista-chefe da Smithsonian Institution. Segundo o naturalista, era tarde demais para coletar espécies à beira da extinção, como o bisão, e chegaria o tempo em que a maioria dos vertebrados estaria extinta ou vivendo sob proteção. Por isso, aquele era o momento de coletar. Uma ave que sofreu as consequências dessa sanha foi o periquito-da-carolina, único periquito endêmico dos Estados Unidos e que quase não se podia encontrar na natureza em 1899. Naquele ano, os últimos bandos foram encontrados por colecionadores no estado da Flórida. O último espécime conhecido morreu num zoológico, em 1918.⁶⁶

No Brasil, esse tipo de colaboração entre caçadores esportivos e museus não parecia possível. Por isso, a incorporação às coleções brasileiras de novos itens, advindos da repartição ou mesmo da apreensão de material coletado pelos estrangeiros fiscalizados pelo CFE, era bem-vinda pelos museus. Naquele momento, essas instituições e os cursos superiores ainda enfrentavam sérias dificuldades estruturais, em parte por conta de uma tardia institucionalização das ciências no Brasil, que começou

⁶⁵ Barrow, 9-19.

⁶⁶ Ibid., 38; 102-11.

apenas após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808.⁶⁷ Essa característica da ciência da época pode ajudar a entender porque a vinda de cientistas estrangeiros poderia ser, na visão das autoridades e das pessoas de ciência do período, uma oportunidade para adquirir novas coleções e fazer contatos.

Àquela altura, os museus de história natural viviam, não só no Brasil, como em outros países da América Latina, Estados Unidos e Europa, uma expansão marcada por uma rede de intercâmbios. Seguindo uma nova ordem cunhada a partir de finais do século XIX, as instituições começavam a separar as coleções entre aquelas para exibição para o público geral e para o estudo por especialistas. No século XX que se iniciava, mudanças na própria história natural como campo científico, na pesquisa científica e uma necessidade de ampliar o alcance da educação se tornaram funções inseparáveis dos museus.⁶⁸

Para os cientistas que eram membros do CFE, a cadeira representava uma oportunidade de incorporar à sua instituição novos itens para as coleções. Os conselheiros Bertha Lutz, Heloisa Alberto Torres e Lauro Travassos (1890-1970), foram ao mesmo tempo fiscalizadores e beneficiários da divisão dos itens colecionados por estrangeiros.⁶⁹ Uma cadeira no Conselho permitia ainda autorizar expedições interessantes aos estudos dos próprios conselheiros, como mostra a colaboração entre Lutz e Doris Cochran, analisada por Sombrio e colaboradoras.⁷⁰

⁶⁷ Sobre a institucionalização tardia das ciências no Brasil, vide Ferraz, “As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822)...”; Alfonso-Goldfarb & Ferraz, “Raízes Históricas...”; Fávero, “A universidade no Brasil”

⁶⁸ Lopes & Murrielo, “Ciências e educação em museus no final do XIX”; Rader & Cain, “From natural history to Science...”.

⁶⁹ Ainda que Bertha Lutz, do Museu Nacional, tenha tentado destinar ao Museu Paulista os animais apreendidos da expedição de Hans Krieg, sem sucesso, conforme relatam Sombrio, Lopes & Velho, “Práticas e Disputas...”, 320-5.

⁷⁰ Sombrio, Lopes & Velho.

A regra do Conselho segunda a qual as duplicatas dos itens colecionados deveriam ser destinadas a uma instituição brasileira, estava, portanto, em sintonia com o momento dos museus de história natural de outras partes do mundo, acumulando itens para suas coleções não só para exibição, como para estudos comparativos. No entanto, não foram muitos os itens que ficaram no Brasil como resultado das expedições estrangeiras, como se pode notar nos casos analisados nos capítulos seguintes.

Por conta da atribuição do CFE de fiscalizar expedições, caçadores que não necessariamente estavam realizando trabalhos científicos acabavam sendo também submetidos ao Conselho, como fica evidente nos casos de Daveron, Mann e Siemel – todos vistos no capítulo 3. Além disso, as justificativas científicas dos dois primeiros acabaram facilitando esse trabalho. Como será visto no capítulo 2, cientistas como Hamlett e Blake realizaram trabalhos científicos, de acordo com o que faziam em suas instituições de origem. Ainda assim, dependeram da caça em grande medida, fosse esta realizada por eles mesmos ou por outros. Por essas e outras razões, não se pode desprezar a relação entre caça e ciência na primeira metade do século XX, ilustrada nos próximos capítulos pelas expedições norte-americanas no Brasil.

Capítulo 2

Tatus e emas: a fauna brasileira abastece museus e laboratórios norte-americanos

2.1. Cientistas norte-americanos no Brasil

Em 1938, o CFE fez uma das poucas apreensões de material coletado por cientistas estrangeiros. O Serviço de Febre Amarela, do Ministério da Educação e Saúde Pública, pediu para que a Fundação Rockefeller pudesse exportar para os Estados Unidos 14 volumes, cheios de animais, sem que fosse explicada a relação entre a coleta e os estudos da moléstia.⁷¹ Em carta a Fred L. Soper (1893-1977), chefe da Divisão Sanitária Internacional da Fundação, o presidente do Conselho, Campos Porto, afirmava que liberaria a parte do carregamento relativa ao estudo da febre amarela – além de mamíferos de difícil determinação – mas reteria o restante: aves, “batráquios” (sapos, rãs e pererecas) e répteis, para avaliação e retirada de duplicatas. Soper teria reclamado de “interferência burocrática” do Conselho.⁷²

Exportar mais de mil animais não seria necessariamente um problema, haja vista que era um procedimento normal em expedições científicas de coleta de exemplares da fauna. O problema era que a Fundação, em nenhum momento, pediu autorização para fazer qualquer coleta. Boa parte do material iria para o Museu Nacional de História Natural, em Washington, que também não havia feito pedido algum sobre esse material. Ao reter a maior parte do carregamento, o Conselho dava um recado à Fundação e

⁷¹ CFE.T.2.083, D1.

⁷² Sabe-se das palavras de Soper indiretamente. O ofício em que ele teria dito a frase não consta do dossiê do caso, mas é citado duas vezes ao longo da documentação. Vide CFE.T.2.083, D7, D17.

reafirmava sua autoridade. No futuro, alertava a carta, a Fundação deveria requerer licença.

Atendendo ao caráter semi oficial da Fundação Rockefeller e aos relevantes serviços por ela prestados, resolveu o Conselho, excepcionalmente, conceder licença para ser exportado o material acima referido. Todavia, não o poderá fazer de futuro, uma vez que a Fundação Rockefeller está perfeitamente cientificada das exigências da lei.⁷³

A carta se encerra afirmando que se a Fundação reincidisse, o Conselho teria de aplicar a regra segundo a qual seria apreendido todo material encontrado em poder de expedições não licenciadas.⁷⁴ Analisar o material, porém, demandava um especialista em aves. O mais próximo que os conselheiros encontraram foi o assistente da seção de Zoologia do Museu Paulista, em São Paulo, Olivério Mário de Oliveira Pinto (1896-1981). Seis meses depois, o material ainda se encontrava no Instituto de Biologia Vegetal sem ter sido vistoriado, provavelmente por falta de verba para pagar passagem e hospedagem de Pinto.

Por conta do risco dos animais se degradarem, foi pedido ao Museu Nacional que buscasse o material.⁷⁵ As aves que restavam acabaram sendo exportadas, conforme a guia de exportação, ao que tudo indica sem terem sido examinadas por Olivério Pinto ou nenhum outro especialista.⁷⁶ Tampouco há documentos relatando a retirada de duplicatas. Entre os sapos, duas espécies raras foram encontradas, uma delas o segundo exemplar conhecido até então.⁷⁷ Lisboa sugere que esse embate contribuiu para a

⁷³ CFE.T.2.083, D7, D17.

⁷⁴ Ibid.; Decreto nº 24.337 de 5 de junho de 1934.

⁷⁵ CFE.T.2.083, D10, D11, D12.

⁷⁶ Ibid., D13.

⁷⁷ Ibid., D17.

exoneração de todos os membros do CFE em 1939, exceto José Flexa Pinto Ribeiro (1884-1971). A estudiosa infere que naquele momento em que o Brasil se afastava do Eixo e se aproximava dos norte-americanos, o fato teria contribuído para que o grupo fosse substituído por conselheiros mais simpáticos à aproximação com os Estados Unidos.⁷⁸

O caso exposto acima representa um exemplo incomum de conflito entre o CFE e representantes dos Estados Unidos. Mesmo antes da saída do grupo fundador do Conselho, a maioria dos casos que envolveram norte-americanos e a coleta de animais no período de 1933 a 1945 no Brasil correram sem grandes percalços, de acordo com os registros do CFE. Pelo menos na correspondência presente no arquivo do Conselho, a relação entre o Consulado dos Estados Unidos, o Ministério das Relações Exteriores e o órgão de fiscalização é cortês.

Quanto a conflitos com a autoridade de Caça e Pesca, que se sobrepunha ao CFE em determinados casos, a criação do Código de Caça e Pesca em 1934 pouco mudou a rotina dos cientistas estrangeiros no Brasil, uma vez que nesses casos específicos era o CFE quem legislava. As exceções serão vistas no capítulo 3. No contexto científico, a caça funcionava como um mero instrumento para se obter os animais, que eram posteriormente exportados – vivos ou mortos – para zoológicos ou museus de história natural. Nas páginas a seguir, apresentaremos dois casos emblemáticos das facilidades que tinham cientistas norte-americanos para realizar suas pesquisas no Brasil e como a caça de animais era parte do procedimento científico chamado de coleta. Os relatos

⁷⁸ Lisboa, 88-92.

permitem avaliar a relação entre os dois países nesse campo e como era vista a caça de animais num contexto científico.

As expedições analisadas aqui, de George Whitfield Deluz Hamlett (1900-1975) e Emmet Reid Blake (1908-1997),⁷⁹ têm destaque pela representatividade do uso da caça na ciência e do fazer científico dos norte-americanos no Brasil no período. Sobre estes dois cientistas pudemos, ainda, reunir uma quantidade de documentos que ajuda a contar mais detalhes das respectivas viagens, trazendo um retrato mais completo sobre os cientistas, suas práticas e as instituições do Brasil e dos Estados Unidos no período.

Os dois casos fazem parte de um conjunto de 12 expedições norte-americanas ocorridas no período de 1933 a 1945 que tinham os animais como objeto de estudo. As coletas tinham como finalidade preencher acervos de museus de história natural – em ambos os casos – e compreender a reprodução de alguns mamíferos, no trabalho de Hamlett. Episódios que envolveram venda de animais, caça esportiva e captura para exposição em zoológicos serão vistas no capítulo 3.⁸⁰

⁷⁹ CFE.T.2.013; CFE.T.2.088.

⁸⁰ Os dossiês das outras 10 expedições, que não analisaremos aqui, são CFE.T.2.028, CFE.T.2.051, CFE.T.2.062, CFE.T.2.147, CFE.T.2.132, CFE.T.2.082, CFE.T.2.094, CFE.T.2.037, CFE.T.2.173, CFE.T.2. 199.

2.2. George W. D. Hamlett, tatus, morcegos e outros mamíferos

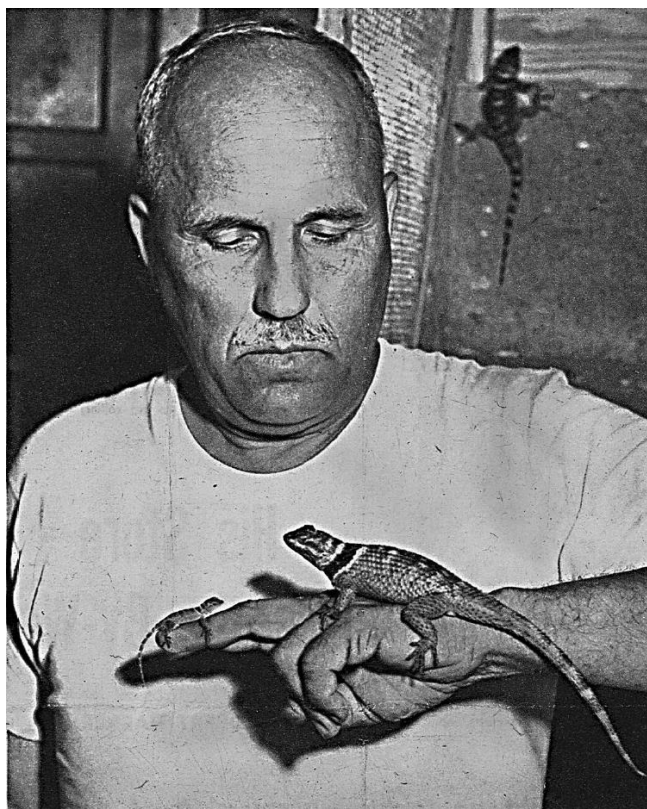


Figura 1. George W. D. Hamlett em 1953, nos Estados Unidos ⁸¹

Um dos primeiros norte-americanos a realizar uma expedição científica no Brasil sob a égide do CFE foi Hamlett. Tendo cursado bacharelado, mestrado e doutorado em zoologia (este último concluído em 1927) na Universidade do Texas, passou os cinco anos seguintes à formatura como professor de embriologia na Indiana University, até ser dispensado.⁸² Em 1933, tornou-se *fellow* do National Research Council (NRC), quando fez sua primeira viagem ao Brasil, como pesquisador associado da Harvard Medical School, passando três meses no país.⁸³ O período, apesar de curto, forneceu

⁸¹ L.S. Pedigo, *Times-Picayune*, 9 de agosto de 1953, Louisiana State University Health Sciences Center Library

⁸² Zimny, "George Whitfield Deluz Hamlett, 1900-1975"; "Interview with George B. Wislocki (Anatomy)", Rockefeller Foundation, RG 1.1, Series 200 D, Box 128, Folder 1581, Title: Carnegie Institute of Washington – Embryology, 1936-1939. [a partir daqui RF]

⁸³ Hamlett, "1936 Guggenheim Application", 2. CFE.T.2.013, D1P1, D1A1P1, D2P1.

material para publicações científicas sobre a embriologia dos morcegos. Além disso, possibilitou levantamentos sobre a embriologia dos tatus e o ciclo reprodutivo dos macacos sul-americanos. Os dados preliminares ajudariam a justificar uma segunda viagem, mais longa, em 1936, financiada pela John Simon Guggenheim Memorial Foundation (JSGMF). Para passar esse período no Brasil, Hamlett abriu mão de uma posição no Bureau of Biological Survey, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), mas continuou associado à Carnegie Institution de Washington, em Baltimore, onde o trabalho para o governo norte-americano era realizado como parte de um acordo de cooperação. Na instituição seria ainda realizada a análise do material colhido no Brasil.⁸⁴ Vivendo no país com esposa e as duas filhas, em 1937 ele pediu uma extensão de mais um ano da bolsa, no que foi contemplado.⁸⁵ Em 1938, saiu do Brasil levando mais de 500 itens, entre peles e crânios de tatus, além de embriões e tratos reprodutivos de outros mamíferos, sem que houvesse nenhum impedimento do CFE nem a exigência de que as duplicatas ficassem no Brasil, conforme ditava o regulamento do Conselho.⁸⁶

2.2.1. Primeira viagem ao Brasil, 1933

No dia 3 de outubro de 1933, Hamlett registrou, com uma bela caligrafia, sua passagem pelo Museu Paulista com a assinatura no livro de visitantes oficiais.⁸⁷ A breve menção a essa visita, feita mais tarde no relatório de atividades da instituição paulista

⁸⁴ “Belém do Pará. February 22nd, 1938. Dear Dr. Soper...”, RF.

⁸⁵ Hamlett., “1937 Guggenheim Application”; Ibid. “Guggenheim Fellowship Report”.

⁸⁶ CFE.T.2.013, D20, D21; Decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933; Decreto nº 1.016, de 6 de agosto de 1936.

⁸⁷ Museu Paulista, Registros de Visitantes Oficiais, 1894-1936

pelo seu diretor à época, Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958), não dá a entender que foi ele quem recebeu Hamlett pessoalmente. Tampouco teria sido o assistente da seção de Zoologia, Olivério Mário de Oliveira Pinto, que não mencionou a visita na parte do relatório dedicada aos trabalhos da referida seção.⁸⁸ O CFE só foi notificado da presença de Hamlett no Brasil no fim daquele mês, quando a embaixada norte-americana pediu urgência na emissão da licença, uma vez que Hamlett já se encontrava no país e alegava não ter conhecimento das exigências do órgão de fiscalização.⁸⁹

Ainda que aparentemente não tenha sido notado pela direção do Museu Paulista, o cientista tinha na visita a museus de história natural uma parte importante do seu trabalho. Nessas instituições, ele podia observar os exemplares depositados e fazer comparações com aqueles coletados por ele ou disponíveis em outros acervos. Este método seria usado em pelo menos um trabalho, publicado três anos após a visita.⁹⁰ Entre os registros dessa primeira viagem ao Brasil, um deles está no pedido de financiamento para a viagem de 1936. Hamlett explica como seria interessante obter um maior conhecimento sobre a geminação dos tatus sul-americanos, o que poderia ser útil inclusive para a compreensão da formação de gêmeos em humanos.

Portanto, quando eu assegurei uma bolsa do National Research Council em 1933, aproveitei a oportunidade de passar uma parte do meu tempo no Brasil investigando as possibilidades de conseguir material de algumas espécies embriologicamente desconhecidas. Como estive no país por apenas três meses, não pude obter uma grande série de embriões nessa primeira chance. O que eu consegui, no entanto, mostrou que o tatu-galinha tem o mesmo atraso no desenvolvimento

⁸⁸ Ibid., Relatório de Atividades 1933, L 17, 15-54. Até onde pudemos procurar, não foram encontradas correspondência entre Taunay, Pinto ou Camargo e Hamlett ou seu então supervisor em Harvard, George B. Wislocki, nas cartas consultadas no Arquivo do Museu Paulista.

⁸⁹ CFE.T.2.013, D1P1, D1A1P1, D2P1.

⁹⁰ Vide, por exemplo, Hamlett, "Identity of *Dasypus septemcinctus...*", 332.

no Brasil que tem no Texas, e que uma das [...] espécies “desconhecidas”, produz gêmeos que são bi-ovulares e não poliembriônicos. Eu também coletei uma grande série de embriões de morcego pertencentes a uma família não descrita. [...] Mas possivelmente um item mais importante dessa viagem seja o fato de ter constatado que o trabalho com tatus no Brasil é factível e promete bons retornos científicos.⁹¹

No pedido, Hamlett justifica ainda que, graças a sua viagem de reconhecimento, estava ciente das condições locais, fez contatos que poderiam prestar-lhe assistência e poderia iniciar trabalho científico frutífero “sem nenhuma perda de tempo”.⁹²

A pesquisa de 1933 tornou-se possível graças a uma bolsa concedida pelo National Research Council (NRC) dos Estados Unidos, que por sua vez recebia os recursos da Rockefeller Foundation.⁹³ O projeto “Um estudo comparativo dos ciclos reprodutivos, morfologia dos tratos reprodutivos e embriologia dos tatus” foi aprovado para receber recursos na reunião do conselho de ciências biológicas do NRC dos dias 28 e 29 de abril de 1933. Nela, Hamlett foi apontado como um dos *fellows* daquele período 1933-1934, recebendo US\$ 2.430 pelos 12 meses de bolsa. O embriologista ficaria lotado no Departamento de Embriologia da Carnegie Institution de Washington, localizado na Universidade Johns Hopkins, sob supervisão de George L. Streeter (1873-1948), “ficando entendido que deve ter tempo livre para coletar materiais, as viagens de coleta sendo feitas por sua própria conta”.⁹⁴ No entanto, outros documentos da própria NRC apontam a Harvard como local de trabalho de Hamlett, tanto que naquele

⁹¹ Hamlett, “1936 Guggenheim Application”, 2-3. Todas as traduções são nossas.

⁹² Ibid., 4.

⁹³ National Research Council [a partir daqui NRC], “National Research Fellowships in the Biological Sciences”, July 1, 1934, 5.

⁹⁴ NRC, “National Research Fellowships in the Biological Sciences”, July 1, 1933, 26. Ibid., “Minutes of the meeting of the Board of National Research Fellowships in the Biological Sciences...”, April 28, 29, 1933”, 13.

mesmo ano foi aprovado um pedido de que ele poderia atuar tanto de sua terra natal, o Texas, quanto de alguma unidade da Harvard. O pedido para renovação da bolsa em 1934 foi denegado, sem que houvesse justificativa para tal na documentação disponível.⁹⁵

O primeiro período no Brasil rendeu material para pelo menos quatro trabalhos publicados nos anos de 1934 e 1935, mas outros dois também podem ser fruto das mesmas coletas. Especificamente sobre a embriologia dos hoje chamados morcegos-beija-flor (*Glossophaga soricina*), coletados em novembro e dezembro de 1933 em Arapuá (Mato Grosso), Hamlett publicou um artigo que relata a ocorrência de parasitas nos embriões da espécie. Em outro, descreve um tipo de sangramento do útero conhecido em outros grupos de mamíferos, mas que até então não havia sido observado em morcegos.⁹⁶ No ano seguinte, seria publicada uma descrição mais completa da embriologia da família a qual pertence a espécie estudada. Hamlett conta que, àquela altura, praticamente não existiam trabalhos a respeito daquela família, tendo ele encontrado apenas um, de 1866. Seu estudo revelava que a referida família de morcegos, chamada de Phyllostomidae, diferia em diversos pontos dos morcegos do Velho Mundo já descritos, marcando um “avanço em nosso conhecimento da embriologia comparada das ordens e famílias de mamíferos”. Outro artigo descreve o período e os hábitos reprodutivos desses morcegos.⁹⁷

⁹⁵ NRC, “Minutes of the meeting of the Board of National Research Fellowships in the Biological Sciences...”, March 24, 23, 1934”, Appendix A. Ibid., 9.

⁹⁶ Hamlett, “Nema Parasites in Embryo Bats”; Ibid., “Uterine Bleeding in a Bat, *Glossophaga soricina*”.

⁹⁷ Ibid., “Notes on the Embriology of a Phyllostomid Bat”; Ibid., “Breeding habits of the Phyllostomid Bats”.

Outros artigos do período 1934-1935 mencionam espécimes que podem ter sido coletados no Brasil. Em 1934, por exemplo, Hamlett e seu supervisor em Harvard, George Bernays Wislocki (1892-1956), propuseram uma classificação para tipos de gêmeos em mamíferos. Os autores não especificam onde foram coletados os diversos animais analisados, de diferentes partes do mundo. As duas espécies de tatu, além das famílias de morcegos e da cotia, porém, ocorrem na América do Sul, o que sugere que podem ter sido capturados no Brasil. Não há registro nos documentos do CFE, porém, de qualquer animal levado por Hamlett em 1933.⁹⁸ Da mesma forma, outro trabalho de 1935 – sobre “implantação atrasada e desenvolvimento descontínuo nos mamíferos” – menciona o nascimento de filhotes de tatu quádruplos em São Paulo e Mato Grosso, sem dar mais detalhes dos espécimes, local da coleta ou da observação.⁹⁹ Os registros dos animais exportados nessa ocasião podem ter se perdido. Outra hipótese para a ausência destes no dossiê é a de que o Conselho, recém regulamentado e sem ter realizado ainda sua primeira reunião (ocorrida apenas no ano seguinte), não tenha exercido suas funções plenamente, como fiscalizar a saída dos exemplares.

Um artigo sobre estruturas até então nunca descritas no ovário de um exemplar do tatu-galinha também não diz de onde veio o exemplar. No entanto, conforme relatado por Hamlett, este ocorre tanto na América do Sul quanto no Texas.¹⁰⁰ Por isso, não é possível conjecturar de onde o animal foi retirado. No artigo, Hamlett relata que ele “nunca viu outro caso como esse em mais de uma centena de ovários serialmente seccionados dessa espécie”, o que poderia incluir espécimes coletados no Brasil. A

⁹⁸ Ibid., “A proposed classification for types of twins in mammals”; CFE.T.2.013.

⁹⁹ Hamlett, “Delayed Implantation and Discontinuous Development in the Mammals”, 436.

¹⁰⁰ Ibid., 435, 443.

embriologia do tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), porém, foi o tema da tese de doutorado de Hamlett e provavelmente o período em que ele mais analisou embriões da espécie, coletados no Texas.¹⁰¹

2.2.2. Estudo sobre coiotes para o USDA e a volta ao Brasil

Em maio de 1935, como parte de um acordo firmado cinco anos antes entre o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e a Carnegie Institution de Washington, Hamlett ingressou como agente da seção de “recursos de pelo” (Section of Fur Resources) do Bureau of Biological Survey do USDA.¹⁰² O objetivo do acordo era estabelecer os períodos de reprodução e gestação de animais cuja caça para venda das peles – mercado que teria movimentado US\$ 500 milhões em 1929, segundo relatório do período – podia estar ameaçando espécies como o rato-almiscarado, a marta e a lontra.¹⁰³

Segundo o estudo realizado por Hamlett, que teve introdução redigida pelo chefe da seção, Frank G. Ashbrook (1892-1966), o conhecimento da fisiologia e embriologia das espécies era importante para embasar leis de proteção e conservação desses “recursos”, assim como para pessoas interessadas em criar os animais em cativeiro. Uma vez que os técnicos daquele órgão governamental capturaram muito mais coiotes do que qualquer outro animal, decidiu-se que seriam estudados os mais de

¹⁰¹ Ibid., “Extra-ovarial sex cords on an armadillo ovary”, 196; Ibid., “1936 Guggenheim Application”, 1.

¹⁰² Ibid., “The reproductive cycle of the coyote”; “Cooperative Agreement Relative to the Study of the Embryology and Reproduction of Fur Animals Between the United States Department of Agriculture and the Department of Embryology Carnegie Institution of Washington”, Records of the Carnegie Institutions of Washington Department of Embryology, George Streeter Correspondence w/G. W. D. Hamlett, The Alan Mason Chesney Medical Archives of The Johns Hopkins Medical Institutions.

¹⁰³ Hamlett, “The reproductive cycle of the coyote”; Ashbrook, “Fur Resources: the stepchild of conservation”.

800 tratos reprodutivos daquele carnívoro, além de dados de campo coletados desde 1916, como observações sobre o período do ano em que os animais eram vistos amamentando, por exemplo. Outros animais, como o lobo, seriam analisados à medida que houvesse mais indivíduos disponíveis para pesquisa. Entre as conclusões do trabalho, Hamlett estabelece o período reprodutivo dos coiotes em diversos estados. Em Washington, por exemplo, ele começaria por volta dos dias 7 e 10 de fevereiro e os primeiros partos aconteceriam no fim de março e início de abril.¹⁰⁴

Quando submeteu o pedido de financiamento para a John Simon Guggenheim Memorial Foundation, Hamlett comentou sobre esse trabalho e acrescentou que ainda estava investigando os ciclos e o desenvolvimento embrionário no rato-almiscarado e na marta, tendo parte dos resultados do estudo desse último sido incorporados ao trabalho sobre a implantação atrasada, mencionado acima.¹⁰⁵ O financiamento foi concedido sob recomendação de Carl G. Hartman (1879–1968), à época fisiologista da Carnegie Institution de Washington especialista na embriologia de macacos do Velho Mundo e que, no futuro, interviria outras vezes em favor de Hamlett. Segundo Hartman, Hamlett era um dos mais brilhantes “protegidos” de John Thomas Patterson (1878–1960), que o havia orientado no doutorado realizado na Universidade do Texas. Hartman, que afirmava conhecer “muito bem” o secretário da JSGMF Henry Allen Moe (1884-1975), o recomendou por sua “habilidade, versatilidade e amplitude de conhecimento”.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Hamlett, “The reproductive cycle of the coyote”.

¹⁰⁵ Ibid., “1936 Guggenheim Application”, 3. Ibid., “Delayed Implantation and Discontinuous Development in the Mammals”.

¹⁰⁶ “December 21, 1936. Dear Dr. Hanson...”, RF; “May 6, 1936. FBH Diary”, RF.

Ainda em junho, dentro do prazo de três meses de antecedência que o CFE orientava que fossem encaminhados os pedidos, chegou ao Ministério das Relações Exteriores a carta da embaixada norte-americana sobre a nova expedição de Hamlett. Dessa vez, ele viria acompanhado da esposa e das duas filhas. A expedição tinha duração prevista de um ano, mas poderia ser estendida por mais um, como de fato aconteceu.¹⁰⁷

Hamlett declara que ficaria a maior parte do tempo no Rio de Janeiro, mas pedia que fosse liberado de ser acompanhado de um representante do governo ao viajar para outras partes do Brasil – ele pretendia passar períodos em Santos, São Paulo, Salvador, Belém e talvez Belo Horizonte. A princípio, toda expedição internacional que não fosse patrocinada por uma instituição brasileira deveria levar um fiscal do Conselho, mas em todos os casos que analisamos essa figura nunca esteve presente. O zoólogo pedia ainda que o material coletado por ele fosse exportado sem restrições.¹⁰⁸

Hamlett define três objetivos para a viagem: estudar não apenas a embriologia dos tatus, mas sua história natural, anatomia (particularmente o sistema reprodutivo) e a relação entre esses fatores. Além desse trabalho, o zoólogo afirma que coletaria úteros e embriões de “qualquer e todo mamífero disponível” de forma a preencher as lacunas no conhecimento da embriologia das famílias e ordens, com destaque para os morcegos, que já haviam sido parcialmente investigados na viagem anterior. Por fim, afirma que pretende ainda conhecer o máximo possível sobre a reprodução dos macacos do Novo Mundo.¹⁰⁹

¹⁰⁷ CFE.T.2.013, D3, D3A1.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Hamlett., “1936 Guggenheim Application”, 1-2.

A licença para a expedição é concedida, mas o Conselho, por meio do presidente Campos Porto, reafirma a necessidade de serem entregues as duplicatas antes da exportação. Ainda que não responda ao pedido para viajar sem ser acompanhado de um fiscal, o ofício do presidente do CFE dá margem para que algum arranjo seja feito, quando diz que

O expedicionário, ao chegar poderá, por intermedio da Embaixada do seu paiz, entrar em entendimento com este Conselho que procurará facilitar a realização dos seus trabalhos por meio de estabelecimentos scientificos oficiais [...] ¹¹⁰

De fato, o regulamento do CFE dispensava de licença expedições realizadas em colaboração com instituições nacionais. Porém, na documentação levantada para este trabalho não há nenhuma evidência de acordo formal com algum instituto científico ou cientista brasileiro.

Em janeiro de 1937, portanto cinco meses após a chegada ao Brasil, Hamlett já enviava pedido de renovação de sua bolsa à fundação norte-americana que o financiava, programada para terminar em agosto daquele ano. Naquele mesmo mês, o fisiologista Carl G. Hartman, colega de Hamlett na Carnegie Institution que o havia recomendado para a JSGMF, havia requisitado e conseguido um auxílio de US\$ 300 da Fundação Rockefeller para que Hamlett realizasse o trabalho sobre o ciclo reprodutivo dos macacos sul-americanos, até então “praticamente desconhecido”, segundo Hartman. ¹¹¹

Antes de conceder o auxílio, porém, a Fundação Rockefeller, por meio do diretor associado da área de ciências naturais, Frank Blair Hanson (1886-1945), questionou

¹¹⁰ CFE.T.2.013, D4, D5, D6.

¹¹¹ “December 21, 1936. Dear Dr. Hanson...”, RF.

Hartman sobre o tipo de trabalho que Hamlett executaria com a verba da Fundação. Na carta, Hanson faz uma diferenciação do que seria um tipo de coleta de animais mais ligada à tradição da história natural de outra com propósitos experimentais “sérios”, dando a entender que a Fundação estaria mais inclinada a apoiar o estudo neste segundo. Em suas palavras:

Em relação a prover fundos para auxiliar em expedições e na coleta de material em campo, nós distinguimos nitidamente entre colecionar com o interesse mais amplo no lado da história natural e viagens de coleta em que o primeiro, se não o único, objetivo é colher material para propósitos seriamente experimentais. Então eu gostaria de saber qual é o propósito da viagem do Dr. Hamlett para a América do Sul e se seu trabalho quando retornar será no lado experimental.¹¹²

Hartman responde que Hamlett levaria muito material para os Estados Unidos, mas que cada item seria usado para estudo “intensivo” e não apenas para ser meramente adicionado a uma coleção.¹¹³ O auxílio foi aprovado e com ele Hamlett comprou 123 tatus, 52 macacos e outros animais, além de gaiolas e armadilhas. Pagou ainda por ajudantes, transporte dos animais e suprimentos.¹¹⁴

Junto com as publicações científicas de Hamlett, a troca de correspondência entre Hartman e Hanson deixa bastante evidente o tipo de ciência que Hamlett estava praticando no Brasil em relação a outros casos descritos nesta tese. Ainda neste capítulo, veremos o caso de Emmet R. Blake, ligado a um museu de história natural, que veio coletar animais para serem expostos para o público no Field Museum, em Chicago; enquanto no capítulo seguinte, serão analisados os casos de William M. Mann e Solon

¹¹² “December 29, 1936. Dear Dr. Hartman...”, RF.

¹¹³ “Jan.2, 1937. Dear Dr. Hanson...”, RF.

¹¹⁴ “Statement of expenditures”, RF.

Alexander Daveron, que exportaram animais vivos para um zoológico e esqueletos e peles para um museu de história natural. Além das diferenças de propósitos na realização das expedições, Hamlett estava ligado a universidades, institutos de pesquisa e órgãos de financiamento à pesquisa; publicava trabalhos em periódicos relevantes à época e ainda hoje existentes, enquanto os outros citados estavam mais ligados a uma tradição de história natural de coletar para expor ou armazenar para estudos futuros.

Apesar das expectativas em torno de si, porém, nem todos os planos de Hamlett saíram como esperado. No pedido de renovação da bolsa da JSGMF, isso ficava claro, a começar pelo local de onde a carta era enviada: Anápolis, Goiás, e não o Rio de Janeiro ou qualquer outra localidade que Hamlett mencionara no primeiro pedido de financiamento e de licença. O cientista conta que chegou ao Rio de Janeiro com a família no dia 27 de agosto e permaneceu até o dia 22 de setembro. Ainda que dedique apenas três linhas sobre o assunto, é possível notar sua insatisfação com a burocracia brasileira. Segundo o cientista, o processo de conseguir permissões para coleta era “interminável” – “exige não menos do que cinco permissões separadas para legalizar a caça de um animal”.¹¹⁵

Não há registro no dossiê do CFE, nem nos outros documentos levantados, acerca do processo que ele se queixa. Há apenas um pedido de Campos Porto para a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) para registrar uma arma de uso pessoal de Hamlett e para autorizar a compra de uma espingarda de caça. É possível que Hamlett tenha feito os pedidos de coleta para o Conselho de Caça e Pesca ou para a

¹¹⁵ Hamlett, “1937 Guggenheim Application”, 1.

Divisão de Caça e Pesca, o que não pudemos verificar. Não há documentos no acervo do CFE que mostrem alguma comunicação entre os órgãos sobre o assunto.¹¹⁶

No primeiro mês que passou no Rio de Janeiro, Hamlett narra ter analisado os exemplares de tatu depositados no Museu Nacional. Conta ainda que conheceu os biólogos do Museu e do Instituto Oswaldo Cruz, tendo o fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953) oferecido espaço em seu laboratório caso ele quisesse realizar algum trabalho experimental – o que Hamlett estava disposto a aceitar mais tarde, se necessário, para o estudo dos macacos. Do Rio, o zoólogo foi para São Paulo, onde diz ter analisado as coleções do Museu Paulista, além de visitar o Instituto Butantan e a “Medical School”, que abordaremos mais adiante.¹¹⁷

Para este trabalho, verificamos uma parte dos arquivos do período no Centro de Memória do Instituto Butantan e não encontramos nenhuma menção a Hamlett, até onde pudemos procurar.¹¹⁸ Como Hamlet não esclarece o que seria a “São Paulo Medical School” que visitou, nos restou consultar os acervos tanto do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo,¹¹⁹ quanto da Escola Paulista de Medicina.¹²⁰ A primeira instituição foi fundada ainda em 1912, como Faculdade de

¹¹⁶ CFE.T.2.013, D7. Sobre a DESPS, vide FGV-CPDOC, “Polícia Política” <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/PoliciaPolitica>

¹¹⁷ Hamlett, “1937 Guggenheim Application”, 1.

¹¹⁸ Foram consultados os dois únicos livros de visitantes disponíveis; cartas das caixas 1493 e 1494 (“expedidas”) e 1495 (“recebidas”); cartas separadas de e para Thomas Barbour (1884-1946), diretor do Museum of Comparative Zoology de Harvard entre 1927 e 1946 (Caixa 2, cartas 147 a 204). Além dessa pesquisa presencial nos documentos, foram buscadas no acervo catalogado de Afrânio do Amaral (1894-1982), diretor do Butantan por três períodos entre 1921 e 1956, as palavras “Hamlett”, “tatu”, “armadillo”, “Harvard”, “mamífero”, “mammal”, “macaco”, “monkey”, “macaque”, “embriologia”, “embriology”. As consultas foram realizadas entre o primeiro e o segundo semestre de 2019.

¹¹⁹ As consultas presenciais foram realizadas nas Atas da Congregação n. 4 (1933 a 1947). Foram consultadas as pastas suspensas “Abílio Martins de Castro”, “José Oria”, “Renato Locchi”. “Alfonso Bovero”, “Flamínio Favero” e Fundo Carmo Lordy; ainda, as versões digitalizadas dos periódicos *O Bisturi* e *Revista de Medicina*.

¹²⁰ Consulta ao arquivo digitalizado do Banco de Memórias e Histórias de Vida da EPM-Unifesp.

Medicina e Cirurgia de São Paulo, e presumimos que seria mais provável que fosse a essa instituição que Hamlett se referisse como detentora do “considerável material, tanto embriológico quanto anatômico, dos tatus” no seu primeiro pedido de financiamento à John Simon Guggenheim Memorial Foundation.¹²¹ Porém, uma vez que no período já existia a Escola Paulista de Medicina, fundada em 1933, também verificamos o arquivo da instituição. Nos dois casos, não encontramos nenhuma menção a Hamlett ou algum acervo de animais conservados.

Sua mudança para Anápolis se dava por conta de uma mudança na legislação brasileira entre a primeira e a segunda viagem ao país. Baseado nas impressões da viagem de 1933, no pedido da bolsa de 1936 ele dizia que algumas espécies poderiam ser compradas “em números razoáveis” nos mercados do Rio de Janeiro e de Santos. No caso dos macacos, poderia, inclusive, manter alguns em cativeiro para obter informações sobre o ciclo estral (cio) e a possibilidade de menstruação.¹²² Quando Hamlett escreveu o primeiro pedido de financiamento, porém, as regras no Brasil já tinham mudado.

Desde a minha visita anterior, o Governo Federal aprovou regulações sobre a captura e venda de animais silvestres que tornam quase impossível comprar animais de qualquer tipo no Rio; isso fez necessário encontrar algum outro lugar para trabalhar.¹²³

O norte-americano se refere ao Código de Caça e Pesca, instituído em 1934. Por pressão de setores da sociedade, incluindo cientistas do Museu Nacional, a nova legislação respondia a um crescente clamor pela proteção da natureza, que no ano

¹²¹ Hamlett, “1936 Guggenheim Application”, 2.

¹²² Ibid.

¹²³ Ibid., “1937 Guggenheim Application”, 1.

anterior já tinha levado à criação do CFE. Com o Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934, buscava-se suprimir a matança da fauna silvestre, valorizada principalmente pela elite carioca como matéria-prima para a confecção de chapéus com penas, casacos e estolas de pele de chinchila e lontra.¹²⁴

O novo código não proibia a caça para fins científicos, mesmo para cientistas estrangeiros. Seu artigo 147 diz que a licença poderia ser solicitada via Ministério das Relações Exteriores e cita, inclusive, o decreto que cria o CFE. O artigo seguinte determina ainda que cientistas, brasileiros ou não, são isentos de pagamento de licença, que tinha a mesma duração do tempo da expedição. Para efeitos de comparação, para turistas a taxa era de 10 mil réis e valia por apenas oito dias. O que provavelmente frustrou as expectativas de Hamlett, porém, não tinha nenhuma relação com o trabalho dos cientistas.

A venda de animais silvestres, rezava o artigo 130, poderia ser feita apenas “quando procedentes de parques de criação, de refúgio e reserva, registrados no Serviço de Caça e Pesca”. Não bastassem esses empecilhos, a venda só poderia ocorrer em feiras semestrais, também condicionadas à fiscalização.¹²⁵ Era um cenário bem diferente dos mercados do Rio de Janeiro que o cientista provavelmente viu na viagem de 1933 e que usou como uma das justificativas para vir realizar pesquisas no Brasil.

Por sugestão de cientistas da Fundação Rockefeller no Rio de Janeiro, Hamlett foi para Anápolis, onde encontrou condições satisfatórias para realizar seu trabalho. Uma vez que a cidade tivera um surto severo de febre amarela silvestre dois anos antes,

¹²⁴ Duarte, “A voz mais alta da Biologia”.

¹²⁵ Decreto nº 23.672 de 2 de janeiro de 1934.

o Serviço de Febre Amarela do Ministério da Educação e Saúde Pública, apoiado pela Fundação, manteve uma estação na cidade até dezembro de 1936 para determinar os animais responsáveis pela doença. No local, diversas espécies de mamífero tinham o sangue testado. Por isso, narra Hamlett, os moradores adquiriram o hábito de levar animais para vender para os pesquisadores. Dessa forma, antes que o ano de 1937 começasse, o zoólogo já tinha comprado 60 tatus e a cada dia chegavam mais dois, ele relata. Outros animais podiam ainda ser adquiridos por encomenda. Fora o trabalho com os tatus, quando submeteu o pedido de extensão da bolsa Hamlett dizia observar em cativeiro um macho e cinco fêmeas de macaco a fim de obter informações sobre seu ciclo reprodutivo, além de ter obtido tratos reprodutivos de vários outros mamíferos, na maioria morcegos.¹²⁶

Como justificativa para renovar o *fellowship*, Hamlett argumentava ser “absolutamente necessário” estudar as coleções de museus em Belém, Salvador e Buenos Aires, uma vez que ele ficaria em Anápolis pelo menos mais dois meses para obter séries de embriões de tatus durante o período reprodutivo, que estava apenas começando naquele mês de janeiro, além de terminar as observações dos macacos. Ele afirmava ainda que com a extensão do prazo poderia visitar o Museu Nacional de História Natural de Montevideú, no Uruguai, e o laboratório de um colega, que ele não nomeia, em Córdoba, na Argentina, “único sul-americano a realizar algum trabalho sobre a embriologia de Edentata”, como era chamado o grupo a que pertencem tatus, preguiças e tamanduás. O tempo na Argentina seria usado ainda para obter espécimes de quatro ou cinco espécies de tatu da região. No Brasil, repetiria as coletas dos tatus

¹²⁶ Hamlett., “1937 Guggenheim Application”, 1-2.

por uma segunda temporada, a fim de preencher qualquer lacuna que tivesse ficado do primeiro ano de estudo.¹²⁷ Não há documentos no dossiê de Hamlett do CFE sobre a renovação do período de estudos. Porém, sua licença não tinha prazo de validade e teoricamente ele não precisaria avisar sobre a renovação.¹²⁸

Como previsto pelo próprio secretário da JSGMF, o pedido de renovação fora aprovado.¹²⁹ O período em Anápolis seria maior do que o planejado, tendo o cientista permanecido na cidade até julho de 1937. Em seguida, fez uma viagem “apressada” até Belém, onde visitou o Museu Paraense Emilio Goeldi e fez um reconhecimento da área, onde firmaria sua base de estudos no segundo período do *fellowship* da JSGMF. Na viagem de volta para Anápolis, passou uma semana nos arredores de Salvador, mas não há detalhes, em seu relatório, sobre o que teria feito lá. De volta a Belém em 12 de agosto, estudou o ciclo reprodutivo e o comportamento do macaco-de-cheiro, além de coletar embriões e indivíduos jovens de outros macacos, morcegos, gambás e outros animais.¹³⁰

Em janeiro de 1938, Hamlett enviou uma carta, em português, para o CFE. Ele solicitava autorização para estender a viagem ao estado do Ceará, uma vez que queria analisar tatus de uma área intermediária entre o planalto de Goiás e as matas do Pará. A licença foi concedida. No relatório final da pesquisa, enviado à JSGMF, ele relata que passou os meses de abril e maio no estado, que não levou nenhum animal, mas que

¹²⁷ Ibid., 2.

¹²⁸ CFE.T.2.013, D6.

¹²⁹ “Monday, January 18, 1937. Mr. Henry Allen Moe...”, RF.

¹³⁰ Hamlett, “Final Report”, 1-2.

havia obtido grande quantidade de informações sobre a região, zologicamente pouco conhecida.¹³¹

Entre os principais resultados dos dois anos de estudos no Brasil, Hamlett lista grande número de itens que coletara: uma série de 150 peles de tatu com os respectivos crânios, 130 deles de Goiás; 250 úteros “grávidos” de três diferentes famílias de morcego; estudo do ciclo reprodutivo de macacos do gênero *Cebus* e do macaco-de-cheiro; órgãos reprodutivos, embriões e filhotes de diversos gêneros de gambá; além de uma variedade de ovários e embriões de outros animais.¹³² Encarregado de analisar o material para emitir o certificado de exportação e coletar duplicatas que pudessem ficar no Brasil, Lauro Travassos atestou que os mais de 500 itens compunham um material “muito interessante, mas só terá algum valor depois de demorado e cuidadoso estudo por especialista”, que Hamlett pretendia realizar. E que por isso o Conselho deveria permitir a exportação do material integral.¹³³ Depois dessa autorização, Hamlett pediu ainda para levar seis macacos-de-cheiro vivos para os Estados Unidos, de forma a continuar suas observações – em que foi atendido.¹³⁴

Ainda no Brasil, Hamlett ofereceu seus préstimos de zoólogo para a Fundação Rockefeller. A ideia era permanecer no país como pesquisador da instituição junto ao Serviço de Febre Amarela, uma vez que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos não poderia mais arcar com um salário compatível, como era esperado quando

¹³¹ CFE.T.2.013, D8, D9, D10; Hamlett, “Final Report”, 2.

¹³² Hamlett, “Final Report”, 2-3.

¹³³ CFE.T.2.013, D20.

¹³⁴ Ibid., D22, D23, D24.

veio para o Brasil. A ideia foi rechaçada pela Fundação mais de uma vez, como mostra a documentação consultada.¹³⁵

Em 1939, já de volta aos Estados Unidos, Hamlett publicou um artigo sobre a identidade do gênero de tatu *Dasypus*. Nele, o cientista fala explicitamente que o trabalho é decorrente do período de 1936 a 1938 no Brasil. Outra publicação do mesmo ano trata do ciclo reprodutivo dos macacos *Cebus*, com agradecimentos ao pessoal que o ajudou no Brasil, à JSMGF e à Fundação Rockefeller. Após o período no Brasil, Hamlett passou quatro anos no Departamento de Saúde de Maryland, até se alistar no exército como capitão em 1942. Em 1946, terminada a guerra, ingressou como professor de anatomia no Centro Médico da Louisiana State University, em Nova Orleans. Permaneceu estudando a embriologia de diversas espécies, até sua morte, como professor emérito, em 1975.¹³⁶

Hamlett se valeu bastante das coletas realizadas no Brasil, publicando trabalhos nos anos seguintes à expedição e avançando no conhecimento sobre a embriologia dos mamíferos. Certamente, contribuiu para isso o trânsito de materiais, facilitado pelas autoridades brasileiras sem que a lei fosse seguida à risca. Isso se deu principalmente no tocante à entrega de duplicatas. Afinal, como disse Lauro Travassos, o material coletado só teria valor após intenso trabalho de pesquisa, condições não verificadas no Brasil de então.

¹³⁵ “December 13, 1937. Dear Hanson...”, RF; “December 21, 1937. Dear Mr. Hartman...”, RF; “Belém do Pará. February 22nd, 1938. Dear Dr. Soper...”, RF; “Nº812/38. March 4, 1938. Dear Dr. Hamlett”, RF; “Baltimore, Md. August 29, 1938. Dr. Wilbur A. Sawyer...”, RF; “August 30, 1938. Dear Mr. Hamlett...”, RF.

¹³⁶ Zimny, “George Whitfield Deluz Hamlett, 1900-1975”.

2.3. Emmet Reid Blake, ciganas e emas



Figura 2. E.R. Blake em ninho de emas em 1937, no atual Mato Grosso do Sul ¹³⁷

Emmet Reid Blake (1908-1997) fez sua primeira viagem à América do Sul ainda enquanto estudante da Universidade de Pittsburgh, onde cursou zoologia entre 1929 e 1933. Blake visitou a fronteira entre o Brasil e a Venezuela ao longo do Rio Negro, numa expedição da National Geographic Society comandada pelo ornitólogo Ernest G. Holt (1889-1983) em 1930.¹³⁸ No ano seguinte, foi convidado pelo Field Museum of Natural History, de Chicago, para integrar uma expedição realizada e patrocinada pelos irmãos Leon Mandel II (1902-1974) e Fred L. Mandel Jr. (1908-1973), que pretendiam caçar e fazer coletas na Venezuela. A equipe comandada pelos irmãos, herdeiros de uma

¹³⁷ Traylor Jr. & Willard, "In Memoriam: Emmet Reid Blake, 1908-1997", 536.

¹³⁸ Blake provavelmente viajou a convite de Charles Agostini, do Pittsburgh Museum, que atuava como assistente de Holt. Os três constam como coletores dos exemplares que permitiram a descrição de uma nova espécie de pássaro, nomeada em homenagem à esposa de Holt, *Ateleodacnis margaritae*, reclassificada posteriormente como *Conirostrum margaritae*. Vide Holt, "A New Honey Creeper from the Amazon"; Smithsonian Institution Archives, "National Geographic Society's Expeditions to Northern Brazil and Southern Venezuela" https://www.si.edu/object/auth_exp_fbr_EACE0099 (acesso em 05 de maio de 2020)

abastada família de comerciantes de Chicago, saiu no iate *Carola* – em homenagem à esposa de Leon, dono da embarcação – de Miami, fazendo paradas em Cuba, Haiti e Trinidad antes de alcançarem o delta do rio Orinoco. Após 10 dias de coletas, a equipe foi embora, exceto por Blake, que permaneceu com guias locais pelos 35 dias seguintes. No final da estada, sua coleta somava o impressionante número de 803 aves, 96 répteis e 37 mamíferos. Na volta, completou seu mestrado, em 1933.¹³⁹

A contratação pelo Field Museum se deu em 1935, depois de realizar outras expedições: na Guatemala, novamente com os Mandel; e em Belize, pelo Carnegie Museum of Natural History, de Pittsburgh. Blake permaneceu oficialmente ligado ao Field Museum até sua morte, em 1997, quando exercia o cargo de curador emérito. Seu livro *Manual of Neotropical Birds Vol.1*, de 1977, ainda é uma referência para estudiosos da área.¹⁴⁰

Em 1937, o ornitólogo realizou sua primeira incursão na então Guiana Britânica, atual Guiana. Na equipe da expedição, que homenageava Stanley Field (1875-1964), – sobrinho de um dos fundadores do museu, Marshall Field (1834-1906) – viajava o pesquisador associado da instituição, Henry Boardman Conover (1892-1950), que também financiava parte da viagem. Depois das coletas na Guiana, os curadores vieram para o Brasil, onde coletaram 750 aves, 70 mamíferos, 49 répteis e 131 peixes, sob patrocínio do Museu Nacional. Desse total, 15 duplicatas ficaram no Brasil, como parte da divisão exigida pelo regulamento do CFE.¹⁴¹ O objetivo da expedição, que partiu de navio de Nova York no final de janeiro de 1937, era coletar “espécimes exóticos”,

¹³⁹ Traylor Jr. & Willard, 537. As informações sobre os irmãos Mandel foram retiradas de Beolens, Watkins & Grayson. *The Eponym Dictionary of Amphibians*, 134.

¹⁴⁰ Traylor Jr. & Willard, 537. Blake não chegou a completar o volume 2.

¹⁴¹ CFE.T.2.088, D18, D17.

principalmente aves, mas também ovos e plantas, de forma a montar no museu dioramas que representassem a vida das aves em seu hábitat.¹⁴² Na Guiana, Blake estava interessado sobretudo na cigana,¹⁴³

encontrada apenas nas florestas inundadas de rios no norte da América do Sul, é de grande interesse científico porque seus filhotes definitivamente indicam, pelas distintas garras em suas asas, o preceito evolutivo de que aves são descendentes de ancestrais reptilianos que viveram milhões de anos atrás. Nenhuma outra ave viva indica tão bem esse princípio da ciência. Até onde se sabe, não mais do que um museu norte-americano possui um diorama de ciganas.¹⁴⁴

Segundo o boletim, Blake faria ainda uma exploração do “interior” da Guiana Britânica e faria uma coleção geral de aves, pequenos mamíferos, répteis e “outros tipos de animal”. A notícia dá conta de que ele passaria cerca de cinco meses no país, indo em seguida para o Brasil para vários meses de coletas. No país, o principal objetivo seria obter espécimes de um grupo de emas, “o avestruz sul-americano”.

2.3.1. Chegada ao Brasil

Em 3 de abril daquele mesmo ano de 1937, a representação diplomática dos Estados Unidos no Brasil enviou o pedido de autorização da expedição no Brasil ao ministro interino de Relações Exteriores Mario de Pimentel Brandão (1889-1956). Os cientistas norte-americanos passariam por Rio de Janeiro, Mato Grosso e São Paulo. A

¹⁴² “A zoological expedition to South America”, *Field Museum News* [a partir daqui *FMN*] v. 8, n. 2 (1937), 3. Traduzimos aqui como dioramas o que é chamado no texto original de “habitat group”. Na página do Field Museum na internet, os termos são usados como sinônimos. Vide <https://www.fieldmuseum.org/about/history>. Ainda, a descrição de um “habitat group” no período feita por Allen, “The Habitat Groups of North American Birds in the American Museum of Natural History”, corresponde a de um diorama.

¹⁴³ “Hoatzin”, no original.

¹⁴⁴ “A zoological expedition to South America”, *FMN* v. 8, n. 2 (1937), 3.

expedição teria duração máxima de seis meses.¹⁴⁵ Apenas no dia 14 de abril o pedido de licença foi encaminhado pelo MRE ao CFE, que recebeu parecer favorável oito dias depois por Lauro Travassos, em carta ao presidente do Conselho.¹⁴⁶ A resposta oficial à embaixada norte-americana condicionava a licença da expedição à presença de um fiscal do Conselho, às custas dos expedicionários, ou o patrocínio e fiscalização do Museu Nacional. A segunda opção foi aceita, conforme correspondência encaminhada em junho pela embaixada norte-americana.¹⁴⁷

É curioso notar aqui como, mesmo se tornando uma expedição oficial do Museu Nacional – por contar com seu patrocínio – as regras de repartição dos itens coletados seguiam as mesmas, com apenas as duplicatas ficando no Brasil. Essa regra fez com que uma expedição patrocinada pelo Museu Nacional que coletou mil itens tenha proporcionado àquela instituição meros 15 exemplares de aves e outros animais.¹⁴⁸

Enquanto isso, o boletim *Field Museum News* (FMN) noticiava o “esplêndido progresso” da expedição na Guiana.¹⁴⁹ Além de ter coletado tudo que era necessário para o diorama das ciganas, os cientistas recolheram ainda material “para um grupo menor, mostrando os extraordinários hábitos comunais de nidificação” do anu-preto.¹⁵⁰ No material coletado, prestes a ser enviado para Chicago, constava ainda um “muito necessário” esqueleto de capivara, “maior roedor vivo” na Terra, assim como cinco espécies de macaco que seriam exibidas em outro hall do museu. Em apenas um mês na Guiana, Blake já teria capturado 259 espécimes de aves, 141 de peixes, 53 de

¹⁴⁵ CFE.T.2.088, D1A1

¹⁴⁶ Ibid., D1, D2

¹⁴⁷ Ibid., D3, D6.

¹⁴⁸ Ibid., D17, D18.

¹⁴⁹ “Hoatzins collected”, *FMN* v. 8, n. 5 (1937), 2.

¹⁵⁰ Ibid. No original, as aves são chamadas de “anis, the strange black cuckoos of the New World”.

mamíferos e 54 de répteis. No começo de junho ele partiria para o Brasil. No entanto, apenas em agosto foi expedido o certificado do Conselho que autorizava as coletas no Brasil.¹⁵¹ O CFE só foi notificado novamente pelos expedicionários em dezembro daquele ano, quando comunicaram o fim dos trabalhos.¹⁵²

Em outubro, porém, a primeira página do FMN destacava as expedições ocorridas naquele ano com o título “Expedições de 1937 contemplam do Alaska ao Brasil, do Maine à Ásia”. Assinado pelo diretor do museu Clifford C. Gregg (1895-1992), o texto ressaltava que após um hiato estendido em trabalhos de expedição, causados pelas “condições econômicas adversas dos últimos anos”, os membros do museu aproveitavam a maior atividade desde 1931 em coleta de espécies e pesquisa de campo. Gregg ressalta que, ainda que as expedições daquele ano operassem em uma escala pequena se comparada ao período de 1922 a 1931, elas vinham sendo altamente efetivas. A seguir, lista as expedições em curso, ilustradas com fotos. Em uma delas, figura a imagem de uma cobra erguida por cinco homens com a legenda “Enorme Anaconda para o Field Museum”. Nela, “ajudantes nativos carregam serpente gigante da expedição zoológica para Guiana Britânica e Brasil”. O texto ressalta ainda que, apesar da expedição ter como objetivo principal coletar aves, adquiriu também mamíferos, répteis, peixes e outros espécimes.¹⁵³

As condições adversas citadas pelo diretor do Field Museum referem-se à Grande Depressão, considerada a maior crise econômica da era industrial, ocorrida a partir do crack da Bolsa de Nova York em 1929 e que perdurou por cerca de 10 anos.

¹⁵¹ CFE.T.2.088, D11.

¹⁵² Ibid., D13.

¹⁵³ FMN, “Huge Anaconda for Field Museum”, v. 8, n. 10 (1937), 1.

Durante o período, o museu se beneficiara do Workers' Progress Administration (WPA), programa federal que criou empregos com salários subsidiados a fim de atenuar os efeitos da crise. Graças ao programa, o museu teve um aumento nas atividades de curadoria de animais.¹⁵⁴

Apesar de um breve relato sobre a parte brasileira da expedição ter sido publicado no *Field Museum News* ainda em março de 1938,¹⁵⁵ um testemunho pormenorizado seria publicado na capa da edição de setembro de 1939, quando estreava a mostra dos dioramas montados a partir do material coletado no Brasil. Nele, é possível saber detalhes da coleta das emas no Mato Grosso. Bem diferente das aventuras na Guiana, para onde Blake voltaria em outra expedição em 1938, no Brasil ele ficou hospedado no conforto de uma fazenda de criação de gado.¹⁵⁶

Depois do fim das coletas na Guiana, a equipe navegou até Trinidad, parte das Índias Britânicas Ocidentais, onde obteve suprimentos e instrumentos para a viagem ao Rio de Janeiro, realizada de navio. O percurso até Campo Grande, então Mato Grosso, foi realizado em três dias, de trem, saindo de São Paulo, descrita como:

uma grande e populosa cidade às vezes chamada de Chicago da América do Sul, por conta da sua extensa indústria de processamento de carne e variadas manufaturas. Deixando São Paulo [...], o trem rumava ao oeste por um pitoresco interior acidentado, coberto com plantações de café. As árvores carregadas de frutinhas se estendem em fileiras ordenadas milha após milha, tão longe quanto o olho pode alcançar,

¹⁵⁴ Field Museum, "History", disponível em <https://www.fieldmuseum.org/science/research/area/animals/animals-history>

¹⁵⁵ Blake, "Ornithological expedition completes its work", *FMN* v. 9, n. 3 (1938), 3.

¹⁵⁶ Ibid., "Rhea, largest bird of western hemisphere, in its habitat", *FMN* v. 10, n. 9 (1939): 1-2.

com apenas uma ocasional *hacienda* e um secador [de café] para aliviar a monotonia.¹⁵⁷

As comparações com a terra natal não param por aí. Após explicar que as duas espécies e seis variedades de ema ocupam uma vasta área nas regiões “sul” e central da América do Sul, Blake afirma que essas aves são particularmente abundantes na área do Mato Grosso conhecida como “campo” (ele escreve a palavra em português), uma região com uma “notável semelhança com porções do nosso meio-oeste, e, como eles, voltados primariamente à criação de gado”.¹⁵⁸

Blake não explica como chegou a W. Andrews (?-?) e J.D. Fleming (?-?), que o hospedaram na Fazenda Capão Bonito, pertencente a uma empresa norte-americana, a Brazil Land, Cattle and Packing Company. Segundo Fernando Costa Straube, Andrews e Fleming eram diretores locais da companhia. Autorizada a funcionar no Brasil em 1911, a empresa pertencia ao empresário norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), conhecido por ter construído a ferrovia Madeira-Mamoré e comandar a Brasil Railway Company, entre outros empreendimentos.¹⁵⁹

Cerca de 200 mil cabeças de gado compunham o rebanho da fazenda de 160 mil hectares. Blake ficou surpreso ao saber que, apesar de toda a extensão, a propriedade era considerada “moderadamente grande”. Ainda que muito do gado do então Mato Grosso estivesse sendo criado dentro de cercas, ele diz, isso pouco afetava a paisagem, uma vez que uma única pastagem no país poderia ter mais de 10 milhas (16 quilômetros) em extensão.¹⁶⁰ A maior riqueza da fazenda para Blake, porém, era o fato de estar na

¹⁵⁷ Ibid. O termo em espanhol “hacienda” é usado no original. Grifo nosso.

¹⁵⁸ Blake, “Rhea, largest bird of western hemisphere, in its habitat”.

¹⁵⁹ Straube, “A viagem de Emmet Blake ao Brasil (1937)”

¹⁶⁰ Blake, “Rhea, largest bird of western hemisphere, in its habitat”.

área mais abundante de emas em todo o Mato Grosso. Ele nota que nenhuma fêmea estava nidificando quando da sua chegada no começo de setembro, mas que era possível avistar pequenos grupos procurando por comida no campo, compostos por um macho e várias fêmeas, às vezes acompanhados de alguns filhotes nascidos no ano anterior.

Nas primeiras semanas, Blake realizou coletas mais gerais e preservou algumas plantas. Ele conta que, com tanto material disponível, era mais difícil escolher o que eliminar do que o que coletar. O zoólogo diz ainda ter percorrido centenas de quilômetros de caminhão e no lombo de cavalos estudando as emas e seus hábitat mais característico, para que este pudesse ser reproduzido no Field Museum. Apesar da habilidade dos peões locais no laço, Blake preferiu confiar em seu talento de caçador. O autor relata com naturalidade o ato de atirar em um animal, totalmente de acordo com o método de coleta escolhido por ele e largamente usado no período.¹⁶¹

Mais extenuante de tudo, porém, foi a coleta de emas adultas. Apesar de não lutarem e serem mansas quando não são incomodadas, elas são surpreendentemente rápidas quando perseguidas. Vários métodos foram tentados, mas o uso de uma camionete leve mostrou-se o mais efetivo. Em várias ocasiões, as aves corredoras marcavam mais de 40 milhas por hora [64 km/h]. Emas não respeitam trilhas ou carros motorizados e, quando perseguidas, sempre procuram os terrenos mais irregulares. Apenas os nervos firmes e a mão experiente de Don Carlos [Buytendorp, administrador da Fazenda], que favoreceu o carro sem freios, evitou um desastre nas corridas malucas por milhas de pradarias esburacadas de tocas de tatu e salpicadas de cupinzeiros.

¹⁶¹ Ibid.

Um vaqueiro nativo que nos acompanhava prendeu a corda no radiador e laçou várias das aves, mas eu confiei na minha espingarda.¹⁶²

Blake chama a atenção ainda para a cariama, ou seriema, “um pouco menos espetacular do que a ema” e de grande interesse do ponto de vista da anatomia. As seriemas seriam os parentes mais próximos do pré-histórico Phororhacos, uma ave enorme que viveu na mesma região mais de 8 milhões de anos antes, relata o cientista. Tinamídeos, corujas-buraqueiras e carcarás são outras aves que contribuíam para que áreas como aquela fossem de interesse ornitológico.¹⁶³

Ossos de ema, de seriema e outras aves coletados por Blake podem ser encontradas ainda hoje na coleção do Field Museum.¹⁶⁴ Os ovos eram um objeto de interesse para o curador assistente reproduzir os ninhos, uma vez que se pretendia montar dioramas reproduzindo essas estruturas. O primeiro ninho de emas encontrado pela equipe, no começo de outubro de 1937, tinha 30 ovos. No relato do Field Museum News, Blake explica que cada bando deposita os ovos num mesmo local no chão em pleno campo aberto e que há registros de até 60 ovos encontrados num mesmo ninho, mas que o número normal é de 20 a 30. Tanto machos quanto fêmeas participam da incubação, mas apenas uma ave por vez toma conta do ninho. Enquanto isso, os outros ficam livres para comer frutas, plantas ou mesmo alguns répteis ocasionais. As emas jovens entram para o bando pouco tempo depois de sair do ovo.

Ao fim das coletas no Mato Grosso, a Stanley Field Zoological Expedition encaminhou-se para o Paraná, onde se instalou na Fazenda Morumgaba, pertencente à

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ Uma busca por “Blake” nos arquivos on-line do Field Museum revela alguns exemplares levados para a instituição. Vide <https://collections-zoology.fieldmuseum.org/> ou <https://bit.ly/3c8vcXz> (acesso em 14 de janeiro de 2021)

mesma empresa norte-americana da propriedade matogrossense. Pelas etiquetas nos espécimes coletados, Straube estima que Blake tenha ficado de 3 de novembro a 9 de dezembro no local.¹⁶⁵ A expedição retornou para Chicago no dia 24 de janeiro de 1938 e percorreu em um ano mais de 25 mil quilômetros de trem, navio e carro de boi.¹⁶⁶

Os números oficiais da parte brasileira da expedição do Field Museum seriam conhecidos em 22 de dezembro, quando Blake informou em ofício ao presidente do Conselho, Campos Porto, que a expedição resultou na coleta de mil espécimes zoológicos, sendo 750 aves, 70 mamíferos, 49 répteis e 131 peixes. O curador assistente ressalta, em português, que

Devido á falta e tempo e a ausência de facilidades para pesquisas no campo, não tem sido possivel fazer uma identificação satisfactoria d'esse material variado. Nessas condições pedimos por esse intermedio a permissão de V. Excia. para levar a collecção inteira aos laboratorios do Field Museum para identificação e os estudos preliminares, antes de depositar os specimens em duplicata no Museu Nacional do Brazil.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Straube, 44.

¹⁶⁶ Blake, "Ornithological expedition completes its work".

¹⁶⁷ CFE.T.2.088, D13.

Family	Mato Grosso 620			Paraná 621-622			D.M.F.
	Skins	Alcoholics	Skeletons	Skins	Alcoholics	Skeletons	
Bucconidae	7			—			
Tyrannidae	28		2	2			
Colaptes	1			—			
Artibeus	2			1			
Cnemidophorus	1			—			
Thryothorus	2			—			
Ornithidae	20		2	—			
Accipitridae	4			4			
Falconidae	6			—			
Cuculidae	5			4			
Ardeidae	2			—			
Rallidae	—			1			
Cariacidae	2	3	2	—			
Protonotaria	1			—			
Charadriidae	11			1			
Scolopacidae	5			—			
Neomorphidae	4			—			
Columbidae	14	1	5	5			
Cuculidae	11		4	2			
Pittidae	21		4	11			1
Strigidae	8		2	1			
Copropodidae	4			—			
Microptilidae	—			6			1
Trochilidae	5			25		10	
Trogonidae	—			1			
Alcedinidae	1			3			
Ardeidae	—			4			
Rhamphastidae	5			1			
Ardeidae	12			26			
Androcorythidae	1			11			1
Falconidae	9	5	3	16			
Formicidae	5			8			
	197	9	25	128	—	18	41

Family	Mato Grosso 623			Paraná 623-624			D.M.F.
	Skins	Alcoholics	Skeletons	Skins	Alcoholics	Skeletons	
Columbidae	—			23			
Pipridae	2			—			
Tyrannidae	45	10	3	55		5	
Ardeidae	1		1	4			
Cornidae	4	3		11		1	
Troglodytidae	—			4			
Mniotiltidae	7		2	1			
Turdidae	4			17			
Motacillidae	3			7		1	
Cyrtocoridae	3			5		1	
Vireonidae	—			8			
Mniotiltidae	3			20			
Pteridae	10	3	2	8			
Pavonidae	1			1			
Tamniidae	8		2	21			
Fringillidae	16			47		5	
	107	14	10	232	0	13	

Field Museum Brazilian Zoological Expedition.
(August 7 - December 23, 1938)

Summary of all collections: —

Bird Skins: — 664 } Representing
" Skeletons: — 61 } 48 families
" Alcoholics: — 25 } Approx. 250 species.
750

Mammals: — 70

Reptiles: — 49

Fish: — 131
Total → 1000

Note:
In addition to the skins listed we have also obtained certain necessary materials, including nest and eggs of the Alca, characteristic Mato Grosso flowers, shrubs etc., preserved in formalin, for use in preparing the proposed Alca habitat group.

Signed:
E. P. Blake

Figura 3. Lista de animais coletados anexa ao pedido de Blake para levar todos os exemplares para os Estados Unidos ¹⁶⁸

Blake pedia que fosse aberta uma exceção à regra de deixar as duplicatas do material coletado no Brasil, a mesma que tinha concordado em obedecer quando do pedido de licença para a expedição. Em janeiro de 1938, Lauro Travassos recomendou ao Conselho que negasse o pedido, justificando que autorizações assim só deveriam ser concedidas em casos muito especiais, “quando se tratar de material de difícil verificação e comparação, o que não acontece com espécimens de vertebrados”. Por isso, a licença não deveria ser concedida e o material teria de ser depositado no Museu Nacional para exame. Campos Porto aceitou a decisão de Travassos e informou-a a Blake. ¹⁶⁹

¹⁶⁸ Ibid., D14. A nota no canto inferior direito acrescenta que materiais acessórios como ninhos, ovos e arbustos foram obtidos para reprodução do hábitat da ema a ser exposto no Field Museum.

¹⁶⁹ CFE.T.2.088, D15, D16.

Em 23 de março, passados três meses do pedido de Blake, com a equipe já em solo norte-americano, o Museu Nacional acusou o recebimento, pela Seção de Zoologia, das duplicatas retiradas por Travassos da coleção de mil espécimes coletados: sete exemplares de peixes, dois de “batrachios” (sapos), cinco de aves e um mamífero. Um número bem menor do que o que acabou sendo exportado. No total, 13 volumes foram enviados aos Estados Unidos, sendo que dois sequer foram examinados, por conta da ausência de chaves para abri-los, segundo relata Travassos. As aves e itens correlatos compõem a maior parte do material coletado: ovos de ema e seriema, plantas dos lugares onde as emas fazem ninhos e 195 peles de aves, além de morcegos, sapos, peixes e filhotes de ave.¹⁷⁰

2.3.2. Disputas internas

Dentro da burocracia do CFE, a expedição expôs mais uma vez as disputas ocorridas no órgão. Travassos, por ser até aquele momento o único zoólogo no Conselho – substituindo Cândido Mello Leitão a partir de 1934 – ficou encarregado de analisar a coleção e fazer a partilha com o Museu Nacional. Na mesma reunião em que Travassos apresentou a lista de itens colecionados e a parte que foi retirada para a coleção do Museu, a conselheira Heloisa Alberto Torres pediu que fosse realizada uma reunião extraordinária a fim de discutir o caso. Ainda em agosto do ano anterior, quando o pedido de licença estava sendo analisado pelo Conselho, Torres havia consultado o presidente Campos Porto a fim de saber quem concederia o certificado para a expedição de Blake. De acordo com a ata daquela 90ª reunião, foi informado que Travassos seria

¹⁷⁰ Ibid., D17, D18.

encarregado do caso, mas que caberia a Dona Heloisa, como era chamada, o exame do material.¹⁷¹

Enquanto a maior parte dos itens havia sido liberada para exportação, a pequena porção que ficou no Brasil ainda não tinha sido incorporada oficialmente à coleção do Museu Nacional, embora estivessem na seção de Zoologia da instituição desde que foram encaminhados para a análise de Travassos.¹⁷² Em 1º de abril de 1938, poucos dias após a reunião extraordinária, o presidente do Conselho escreveu um ofício para Torres, então diretora interina do Museu, oficializando a transferência dos objetos recolhidos da expedição Blake. Três dias depois, Travassos escreveu para Campos Porto afirmando que havia recebido uma ligação de Torres solicitando a entrega do material que ficou no Brasil. O grifo é do original.

[...] material este que se acha depositado na Secção de Zoologia do mesmo Museu, sob minha responsabilidade.

Não tendo recebido de V.S. instrucções a este respeito, não posso providenciar a entrega do material em questão sem receber ordem por escripto de V.S., para que possa ressalvar a minha responsabilidade caso não sejam cumpridas as determinações do Conselho.¹⁷³

Os desencontros entre Campos Porto, Travassos e Dona Heloisa podem ser interpretados como simples falhas de comunicação entre as partes e dificuldade para lidar com a burocracia imposta pelo Regulamento do Conselho, em que constantemente eram concedidas exceções por conta de relações pessoais. No entanto, como mostra a documentação disponível, o Conselho era um espaço de disputas. Heloisa Alberto

¹⁷¹ Ibid., D19, D20, D21

¹⁷² Ibid., D22, D23

¹⁷³ Ibid., D25.

Torres, principalmente, lutava para manter o Museu Nacional como principal instituição científica do país, conforme relata Sombrio.¹⁷⁴

Os conselheiros, por sua vez, lutavam por autoridade dentro do próprio Conselho. Uma demonstração dessas disputas foi o episódio em que o ministro da Agricultura mudou o Regulamento, ainda em 1934, para incluir mais representantes submetidos à sua pasta, diminuindo o espaço do Museu Nacional. Além de Torres, a instituição tinha no Conselho o zoólogo Cândido de Melo Leitão, logo substituído por Lauro Travassos. Apesar de dar expediente no Instituto Oswaldo Cruz, no CFE Travassos era representante do Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), subordinado ao Ministério da Agricultura. Outro episódio ilustrativo foi o narrado no início deste capítulo, quando quase todos os conselheiros foram substituídos, aparentemente como retaliação a um embate ocorrido entre estes e a Fundação Rockefeller em 1938.¹⁷⁵

Em 1940, poucos anos depois do episódio Blake, a então conselheira Bertha Lutz – substituta de Torres como representante do Museu Nacional no Conselho após a grande substituição de 1939 – tentou incluir o Museu Paulista na análise do material apreendido do alemão Hans Krieg.¹⁷⁶ Naquela ocasião, Lutz chegou a dizer, em uma reunião do CFE, que o Instituto Oswaldo Cruz não só tinha boas coleções, como estas eram mais bem tratadas do que as do Museu Nacional. Com essa declaração, ela sinalizava que não fazia questão de mandar todos os frutos das apreensões e de partilhas para a instituição dirigida por sua colega Torres. A relutância de Travassos,

¹⁷⁴ Sombrio, “Traços da Participação Feminina...”; Ibid., “Gender, Museums and Science...”; Ibid. “Em busca pelo campo...”. Vide, ainda, Sombrio, Lopes & Velho. “Práticas e Disputas...”

¹⁷⁵ Vide Lisboa, 76, sobre a saída de Mello Leitão; Ibid., 88-92, sobre o embate com a Fundação Rockefeller.

¹⁷⁶ Sombrio, Lopes & Velho, “Práticas e Disputas...”

pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, em ceder os animais da coleção de Blake, poderia ser parte de uma disputa com Dona Heloisa pelo controle dos animais recolhidos dos expedicionários estrangeiros, num momento em que o Museu Nacional não era mais a única instituição federal dedicada à história natural, como fora no século anterior.¹⁷⁷

Reforça essa hipótese o fato de que, um mês depois da reunião extraordinária que determinou a incorporação do material recolhido ao Museu, Torres, Travassos e Campos Porto ainda estivessem tratando do assunto. Após receber a carta de Travassos dizendo que precisava de uma ordem por escrito do presidente do CFE para encaminhar o material, Campos Porto assim o fez poucos dias depois, em 11 de abril. No entanto, no dia 26 seguinte, Heloisa Alberto Torres enviou outra carta ao presidente, informando que o material ainda não havia sido repassado a ela.¹⁷⁸ O dossiê do caso Blake se encerra com outra carta de Travassos, na qual pede providências para incorporar o material às coleções do Museu. Embora já tivesse atuado em outros casos, Travassos diz desconhecer

o mecanismo pelo qual habitualmente os espécimens zoológicos são incorporados às colecções do Museu [por isso,] peço ao prezado amigo o obsequio de fornecer os elementos que devo apresentar ao Conselho para comprovar o cumprimento da decisão tomada.¹⁷⁹

A leitura dessa e das outras cartas de Lauro Travassos mostra que a dificuldade não era exatamente incorporar os objetos às coleções do Museu. Travassos estava preocupado em ter uma comprovação de que realizara a transferência para o Museu,

¹⁷⁷ Sombrio, “Traços da participação feminina...”, 81-2.

¹⁷⁸ CFE.T.2.088, D25, D26, D27.

¹⁷⁹ Ibid., D27.

de forma a garantir que não teria problemas futuros com o Conselho e com Dona Heloisa. Outras disputas dentro do Conselho e deste com outras instâncias do governo não eram raras, como será visto no capítulo seguinte.

Capítulo 3

Safári no Mato Grosso e animais exportados para um zoológico de Washington

3.1. Borboletas e outras curiosidades brasileiras

Em 1940, a Divisão de Caça e Pesca enviou um ofício sugerindo ao CFE que dispensasse exportadores de borboletas – insetos normalmente vendidos emoldurados lado a lado – da guia de exportação emitida exclusivamente pelo Conselho. Segundo o órgão, uma vez que as empresas exportadoras dessas peças tinham de estar registradas na Divisão para poderem realizar a coleta, criação e comércio desses animais, conforme norma publicada no ano anterior, esta já exerceria “um perfeito contrôle das atividades das firmas interessadas”.¹⁸⁰

Não é desprezível o número de pedidos de exportação de borboletas mortas, muito apreciadas para adornar paredes mundo afora. Até 1945, foram registrados pelo menos 16 dessas exportações para diferentes países, incluindo os Estados Unidos.¹⁸¹ A renúncia da obrigação de expedir as guias de exportação, portanto, poderia facilitar o dia a dia do Conselho. A proposta não foi aceita, ainda que recebida “com toda a simpatia”. O parecer escrito pelo conselheiro Armando de Carvalho Dias (1900-1966) lembra que o regulamento do CFE dizia “textualmente” que objetos de diversos tipos, inclusive zoológicos, não poderiam sair do país sem a guia de exportação daquele Conselho. Dias lembra ainda que após a criação do que denomina “nosso Conselho”,

¹⁸⁰ CFE.T.2.168, D1.

¹⁸¹ O número pode ser muito maior. Algumas guias de exportação referem-se apenas a “curiosidades brasileiras” ou listam diversas dessas “curiosidades”, que podem incluir borboletas, mas não estão legíveis. Em 16 dossiês, porém, lê-se claramente “borboletas” ou “asas de borboleta”. Vide CFE.T.2.012/9, CFE.T.2.012/10, CFE.T.2.012/14, CFE.T.2.012/21, CFE.T.2.012/48, CFE.T.2.012/65, CFE.T.2.012/67, CFE.T.2.012/69, CFE.T.2.012/71, CFE.T.2.012/76, CFE.T.2.076, CFE.T.2.117, CFE.T.2.148, CFE.T.2.165, CFE.T.2.177, CFE.T.2.190.

abrangendo “um campo de ação geral e vasto”, surgiram outros com atividades mais restritas, citando os de caça, pesca e petróleo, parte de “uma evolução natural”.¹⁸²

O que se torna, porém, necessário e urgente, em face da criação desses novos órgãos, é definir precisamente o limite da nossa competência, de maneira que possa o nosso Conselho coexistir com os demais, sem atritos que prejudiquem a finalidade de cada um ou exigências redundantes que embarquem as partes.

Nessas condições apesar de todo o apreço que nos deve merecer a Divisão de Caça e Pesca, sou levado a opinar pela manutenção do “status quo” existente, até que se promova a nova regulamentação do Conselho.¹⁸³

Aqui ficam evidentes, mais uma vez, as disputas institucionais em que o CFE estava envolvido. À medida que outros órgãos foram criados e modificados, na esteira das reformas promovidas no período Vargas, algumas atribuições tornaram-se redundantes. O conselheiro Dias, portanto, não admitia que o “seu” conselho renunciasse a uma de suas funções, reafirmando a importância do CFE no aparato do Estado.

O episódio evidencia, ainda, a pouca clareza que havia no período entre caça, exportação de animais e atividades próprias da ciência. Em 1939, por exemplo, o fundador do Jardim Zoológico de San Diego, Harry M. Wegeforth (1882-1941), desembarcou no Brasil disposto a levar aves para a instituição fundada por ele. Ainda que fosse apresentado em notícia na Tribuna de Santos como “notável” cientista, Wegeforth era um médico e empresário, entusiasta de animais, que viajava o mundo para negociar espécimes para o zoológico fundado por ele em 1916. Mesmo aparecendo

¹⁸² CFE.T.2.168, D2A1P1.

¹⁸³ Ibid.

de surpresa e sem credenciais científicas, Wegeforth pediu para levar nove papagaios, comprados em Belém. Seria interessante acompanhar o desenrolar dessa solicitação, mas, como em outros casos, não há documentação que comprove se os animais foram exportados.¹⁸⁴

O caso das exportações de borboletas, por outro lado, é um dos que ficaram documentados nos arquivos do CFE. Ao mesmo tempo em que ocorria a discussão, uma outra, tão ou mais complexa, iniciava-se e duraria até 1943. Em vez de borboletas mortas, porém, o objeto da controvérsia era uma grande variedade de animais vivos. No lugar de comerciantes declarados de insetos coloridos, um médico que entrara no Brasil com a justificativa de realizar estudos científicos, mas que acabou não apresentando resultado algum deste trabalho.

3.2. Uma expedição “infame”

O caso mencionado acima foi o de Solon Alexander Daveron (1899-1987), que desembarcou no Brasil pela primeira vez como médico da Expedição Mato Grosso, ainda em 1931. Voltou em 1933 e em pouco tempo estabeleceu-se em Cáceres, naquele estado. Hoje, em sua antiga casa funciona a Secretaria Municipal de Turismo, que abriga alguns dos itens que deixou para a posteridade, como as canoas trazidas dos Estados Unidos. Com essas e outras embarcações, Daveron singrou os rios pantaneiros em busca de onças, lobos-guarás, porcos-do-mato e tantos outros exemplares da fauna brasileira. O CFE acompanhou parte dessa jornada, mas, num país extenso e cheio de matas – com

¹⁸⁴ CFE.T.2.131. Sobre Wegenforth e o zoológico de San Diego, vide Shaw, “The Zoological Society of San Diego: its history and development”.

limitados meios de transporte e comunicação – encontrou sérias dificuldades em realizar a devida fiscalização.

Nascido em 1899 em Oakland, no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, Solon Alexander Daveron formou-se em medicina na University of California, em Berkeley, em 1922. Posteriormente, realizou estudos pós-graduados em algumas universidades norte-americanas, entre elas a Johns Hopkins University, entre 1926 e 1927. Atuou ainda por um ano num hospital de Baltimore, realizando autópsias.¹⁸⁵

No final de 1930, Daveron ingressou na Expedição Mato Grosso, que chegaria ao Brasil em janeiro do ano seguinte. Ainda que tivesse a participação de instituições científicas como a Academy of Natural Sciences e o Penn Museum of Archaeology and Anthropology da Filadélfia, a “infame” expedição, nas palavras de Jason B. Kauffman, foi muito mais focada em transmitir aos norte-americanos uma imagem “selvagem” do Pantanal, vendida em reportagens, filmes, livros e palestras e que se reverteriam, nos anos posteriores, em safáris de caça conduzidos por um dos participantes da expedição, como será visto adiante.¹⁸⁶

O *Diário de Notícias* saudou os expedicionários em sua parada no Rio de Janeiro. Eles vinham a bordo do navio Western World, antes de desembarcarem em Montevideú, onde começaria a expedição. Em entrevista ao jornal, o chefe da empreitada, o russo Vladimir Perfilieff (1895-1943), afirmou que havia quase um quarto de século estudava as florestas brasileiras, “de onde [ele disse] retiro as mais raras

¹⁸⁵ Coutinho, “A vida de Daveron”; “Résumé of a Report by Mr. Alexander Daveron”. CFE.T.2.085, D61A2P6

¹⁸⁶ Kauffman, “The Unknown Lands...”, 282-97.

curiosidades para os nossos museus”.¹⁸⁷ Outras informações importantes para a presente tese são fornecidas por Perfilieff:

A missão que eu organizei e chefiar leva o intuito de filmar as selvas do Brasil e recolher a maior quantidade possível de espécimens da fauna de nosso país, bem como adornos e objetos indígenas para o museu da Universidade da Pensylvania, que está custeando com cerca de 100 mil contos as despesas desta missão, que, aliás, deverá percorrer os sertões durante um anno. Levamos para esse fim ótimo material, 12 cães de raça e um aparelho de films sonoros.¹⁸⁸

A expedição contou também com Alexander Reinhold “Sasha” Siemel (1890-1970) que se tornou seu membro mais famoso. Nascido na Letônia, à época da expedição ele já circulava havia cerca de 20 anos pela região do Pantanal, entre a Bolívia e o Mato Grosso. Uma das fontes de renda de Siemel era abatendo onças sob encomenda de criadores de gado, que tinham no felino uma ameaça a seus rebanhos. Já em 1917, o letão realizava negócios de exportação de animais vivos ou abatidos para zoológicos na Europa e na Argentina.¹⁸⁹ Após a Expedição Mato Grosso, usou a repercussão na imprensa e no cinema para faturar com a imagem de caçador e aventureiro, propagandeando-se como o “único homem branco” capaz de abater uma onça com uma lança. Um “safári” de seis meses pelo Pantanal guiado por Siemel custava US\$ 5 mil dólares da época por pessoa. O guia garantia que cada participante abateria pelo menos uma onça e uma suçuarana já no primeiro mês.¹⁹⁰

¹⁸⁷ “A bordo do ‘Western World’”, *Diário de Notícias*, 9 de janeiro de 1931. Nascido na Sibéria, na Rússia, Vladimir Perfilieff era um artista, ex-militar e aventureiro ligado ao Explorer’s Club de Nova York. Antes da Expedição Mato Grosso, realizou expedições no Ártico e no Monte Atos, na Grécia. Vide “Matto Grosso Expedition, Inc.”, University of Pennsylvania Museum of Archaeology & Anthropology, disponível em <https://www.penn.museum/sites/mattogrosso/>; “Menagerie arrives from Matto Grosso”, *New York Times*, 11 de dezembro de 1931.

¹⁸⁸ “A bordo do ‘Western World’”, *Diário de Notícias*, 9 de janeiro de 1931.

¹⁸⁹ Kauffman, 284.

¹⁹⁰ *Ibid.*, 285.

A viagem de 1931 foi majoritariamente financiada por Eldridge Johnson (1867-1945), maior doador da Academy of Natural Sciences e do Penn Museum of Archaeology and Anthropology da Filadélfia, as duas instituições científicas envolvidas. Johnson era fundador da Victor Talking Machine Company (posteriormente renomeada RCA).¹⁹¹ Apesar de contar oficialmente com um cientista responsável – o antropólogo Vincenzo Petruccio (1906-1991), que à época realizava doutorado na Universidade da Pensilvânia – a expedição dedicou a maior parte do tempo e dos recursos à realização de filmagens e fotografias que retratassem o aspecto “selvagem” do Pantanal e de seus povos “primitivos” para o público norte-americano, além de promover a imagem de Siemel, que em 1953 publicaria o livro *Tigrero*, espécie de autobiografia exaltando seus feitos como caçador.¹⁹²

A Expedição Mato Grosso pode ser conhecida através de recortes de revistas e jornais que fazem parte do Acervo Daveron do Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral (NUDHEO), do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em Cáceres. Em uma das reportagens, Daveron é retratado como o médico que salvou Siemel depois deste sofrer uma grave mordida de jacaré. Segundo o jornal *Baltimore American*, o grupo de exploradores rastreava uma onça com dois filhotes quando, andando com lama até a cintura, Siemel sentiu a mordida profunda em um dos pés e tornozelo. O animal foi logo espantado, mas a mata era tão densa que o caçador precisou permanecer duas horas dentro d'água até que uma clareira pudesse ser aberta em terra firme.¹⁹³

¹⁹¹ Ibid., 190.

¹⁹² Ibid., 282-97.

¹⁹³ “J.H.U. Explorer Saves Life of Latvia Savant”, *Baltimore American*, 17 de maio de 1931. Acervo Daveron, NUDHEO, doc00047.

São descritos, então, detalhes do procedimento realizado por Daveron nos ferimentos de Siemel, contaminados com os “germes mortais” presentes na boca dos jacarés. Daveron improvisou um aparato para irrigar constantemente os dois ferimentos com um antisséptico, acima dos quais o pé estava “consideravelmente esmagado pela terrível pressão das mandíbulas do animal”. O texto relata que o pé inflamou e o abcesso teve de ser aberto e drenado. Segundo o relato, Daveron praticamente não dormiu por oito dias e noites cuidando do paciente, com a ajuda de um estimulante local, que não é nomeado. Quando a febre baixou e o paciente pôde se manter sentado, finalmente foi encaminhado numa canoa motorizada para uma localidade mais próxima de Corumbá.¹⁹⁴ Nos anos e mesmo décadas seguintes à Expedição Mato Grosso, Siemel realizou outras caçadas pelo Brasil, como será visto adiante.

Nesta expedição, porém, segundo o jornal *Baltimore American*, Daveron teria prosseguido no Pantanal sozinho, sem a equipe inicial, mas contava com cavalos, canoas e guias indígenas, além de ter montado um laboratório. Como outras expedições norte-americanas que passaram pelo Mato Grosso no período, Daveron usava Descalvado como base, de onde poderia fazer jornadas periódicas na floresta. Além disso, planejava atender aos indígenas todas as noites, uma vez que “a maioria nunca teve atenção médica”, e esperava ainda obter “dados valiosos” de doenças tropicais e drogas.¹⁹⁵ Até onde pudemos pesquisar, não foram encontrados mais registros desses dados – ou quaisquer outros resultados científicos alcançados por Daveron – além de um relatório

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ Ibid.

enviado pela embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao CFE em agosto de 1941, do qual trataremos no fim deste capítulo.¹⁹⁶

Parte da equipe da Expedição Mato Grosso desembarcou de volta nos Estados Unidos em 10 de dezembro de 1931, no porto de Nova York. O *New York Times* registrou que, além de muitos metros de filmes, Perfilieff trazia cinco onças, uma suçuarana “meio domesticada”, duas jaguatiricas, dois tamanduás, dois porcos-espinho, um quati, uma tartaruga gigante e um tuiuiú. Todos os animais iriam para o Zoológico da Filadélfia. Além dos animais vivos, foi levada ainda uma coleção de insetos “relativamente pequena” e uma de aves, “a maior já trazida dessas partes”. Essa parte da coleção iria para a Academy of Natural Sciences, também da Filadélfia. Artefatos indígenas como cerâmica do povo bororo teria como destino a Universidade da Pensilvânia. Conhecido também por ser um pintor, Perfilieff levou ainda diversos retratos que fez dos índios com que teve contato.¹⁹⁷

3.3. De volta ao Brasil

Daveron foi o primeiro cidadão dos Estados Unidos a ter um pedido de autorização arquivado no CFE, em 1933, quando o órgão do Ministério da Agricultura sequer tinha esse nome. O pedido foi feito à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas – divisão do Ministério da Agricultura criada e extinta em um intervalo de um ano e meio, à qual foi subordinada o Conselho inicialmente, como visto no primeiro capítulo.¹⁹⁸

¹⁹⁶ “Résumé of a Report by Mr. Alexander Daveron”. CFE.T.2.085, D61A2P6

¹⁹⁷ “Menagerie arrives from Matto Grosso”, *New York Times*, 11 de dezembro de 1931.

¹⁹⁸ CFE.T.2.003, D1

Em um dossiê de apenas duas páginas, de 10 de julho de 1933, consta que o expedicionário chegara ao Rio de Janeiro em 25 de junho. Segundo o documento, Daveron pretendia completar pesquisas médicas no Mato Grosso, onde tinha a intenção, ainda, de capturar “dois exemplares raros de animais para o Jardim Zoológico Nacional de seu paiz”. Ainda que o CFE não existisse na primeira vinda de Daveron, o documento lembra o fato de Daveron ter estado no Mato Grosso anteriormente, “fazendo parte de uma expedição científica norte-americana naquele estado”, referindo-se à Expedição Mato Grosso. O pedido foi prontamente aprovado e não há mais documentos no dossiê, seja de exportação de animais ou sobre o andamento das supostas pesquisas.¹⁹⁹ A ausência de mais documentos pode ter se dado pelo fato do Conselho ainda estar em processo de formação, não tendo àquela altura realizado sua primeira reunião. O mesmo pode ter ocorrido na primeira vista de Hamlett, abordada no capítulo 2.

Recortes de jornais guardados pelo próprio Daveron contam o resto da história. Em novembro daquele mesmo ano (1933), os jornais de Washington D.C. noticiavam a chegada do médico, que levava consigo um filhote de cinco meses de “lobo fantasma” (“ghost wolf”), o lobo-guará, capturado próximo ao acampamento dos exploradores, “três semanas distante da linha de trem mais próxima”, na “mais profunda, mais sombria América do Sul”.²⁰⁰

¹⁹⁹ Ibid.

²⁰⁰ Eddie Gilmore, “Californian Catches Elusive Ghost Wolf in Wilds of South America for Dr. Mann”. *The Washington Daily News*, 25 de novembro de 1933. Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral (NUDHEO). Acervo Daveron, caixa 9, Pasta 1, doc 00062.



Figura 4. Reportagem do *Washington Daily News* com foto de Daveron dentro da gaiola do lobo-guará que levou do Mato Grosso para o Parque Zoológico Nacional de Washington²⁰¹

Segundo o *Washington Daily News*, quando Daveron informou ao diretor do Parque Zoológico Nacional de Washington, William M. Mann (1886–1960), que iria para a América do Sul estudar morcegos-vampiro, este perguntou se ele poderia trazer um exemplar de lobo-guará. Anos antes, diz a reportagem, Mann havia questionado ao diretor de um zoológico da América do Sul (sem esclarecer qual) sobre a possibilidade de obter um espécime e foi informado que era impossível capturar o animal.²⁰² Anos depois, Mann viria pessoalmente ao Brasil pegar espécimes vivos para o zoológico que dirigia, alguns capturados por Daveron, como veremos adiante.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² Ibid.

Daveron declarou à imprensa que os “nativos” não sabiam como capturar o lobo-guará porque acreditavam que cruzar seu caminho poderia trazer má-sorte. Ele os teria ensinado a prender o animal sem atravessar-lhe o caminho, o que resultou na captura de três exemplares. Um deles era a mãe do filhote, que seria exportada posteriormente para os Estados Unidos.²⁰³ Não consta na documentação do CFE ou do Acervo Daveron do NUDHEO a que tivemos acesso (toda, exceto a Caixa 1) que Daveron tenha retornado ao Brasil até 1937.

Um de seus parceiros de Expedição Mato Grosso, porém, voltaria outras vezes. Um recorte de jornal guardado por Daveron, de 1934, relata que Siemel guiou três universitários norte-americanos pelo Mato Grosso, que voltaram aos Estados Unidos levando dois filhotes de onça vivos, 25 peles de animais e rolos de filme, incluindo alguns com a filmagem de uma anaconda de 6,7 metros (22 pés). Um dos filhotes de onça, segundo um dos universitários, seria um presente para sua “best girl friend”. O que tinha o outro filhote procurava um zoológico para abrigar o animal.²⁰⁴ A ausência de documentação no CFE nos faz supor que as exportações se deram sem o conhecimento do Conselho.

No ano seguinte, Siemel entraria mais uma vez no país sem autorização prévia do Conselho, que ficou sabendo da expedição de caça comandada por ele por meio dos jornais. Entre os membros da comitiva estava Kermit Roosevelt (1889-1943), que acompanhara o pai Theodore Roosevelt (1858-1919) anos antes na Expedição

²⁰³ “Zoo latest wolf is litte and rare, even though bad”, s/d. Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral (NUDHEO). Acervo Daveron, Caixa 9, Pasta 1, doc00033. Após receber a maior parte da documentação digitalizada, entre 2018 e 2020 foi pedido acesso à Caixa 1 aos responsáveis pelo NUDHEO, mas este pesquisador não obteve resposta.

²⁰⁴ “Back from Brazil with jaguar cubs”, *New York...* [ilegível], 13 de novembro de 1934. Acervo Daveron, NUDHEO, Caixa 9, Pasta 1, doc000100.

Roosevelt-Rondon. Ao tomar conhecimento da expedição, o presidente do CFE, Campos Porto, pediu ao ministro da Agricultura “providências urgentes”, uma vez que o safári havia sido autorizado pelo Ministério da Guerra, quando a atribuição de fiscalização seria do Conselho. A “interferência”, argumentava o presidente, poderia prejudicar a atuação do órgão.²⁰⁵ O episódio demonstra mais uma vez as disputas por espaço institucional que o CFE protagonizou durante sua existência. Amizades e conveniências pessoais poderiam se sobrepor às suas atribuições. No caso, o pedido de Kermit Roosevelt foi feito diretamente ao exército.²⁰⁶

Em outubro de 1936, ao saber de novos detalhes da expedição por meio da imprensa, o CFE solicitou ao Consulado dos Estados Unidos que notificasse Siemel sobre a necessidade de comparecer à secretaria do Conselho, uma vez que exercera sem autorização diversas atividades previstas nos decretos que regulamentavam o órgão.²⁰⁷ O consulado respondeu que não sabia informar o paradeiro do caçador e, “não se tratando de um cidadão americano”, seu endereço não fazia parte do arquivo daquela representação internacional.²⁰⁸

Nos arquivos do CFE constam apenas mais duas viagens de Siemel ao Brasil, em 1955 e 1959. Em uma delas, veio acompanhado dos cineastas Samuel Fuller (1912-1997) e Henry Weinberger (1884–1965), a fim de encontrar locações para um filme baseado

²⁰⁵ CFE.T.2.069, AD1d03; “Deixou de existir o Conselho de Fiscalização Científica?”, *O Imparcial*, 2 de junho de 1935. Ibid., AD1d04.

²⁰⁶ CFE.T.2.069, AD1d03.

²⁰⁷ Ibid., D02. O jornal carioca *A Noite* enviou o repórter Ernesto Vinhaes para acompanhar a expedição de Siemel e Roosevelt, o que resultou em várias reportagens e no livro *Féras do Pantanal: Aventuras de um repórter em Matto Grosso*, publicado em 1937.

²⁰⁸ CFE.T.2.069, D03.

em seu livro.²⁰⁹ Em 1959, o objetivo foi capturar animais vivos para o Jardim Zoológico da Filadélfia e realizar filmagens, acompanhado da esposa Edith Bray Siemel (1918-2012), uma socialite norte-americana com quem se casara em 1940. A autorização foi concedida.²¹⁰ Em 1939, porém, sem que o CFE registrasse sua presença, ele veio acompanhado da então noiva Edith Bray, e outros dois norte-americanos, “Dr. Boys e Mr. Cooper, ambos de Kalamazoo”, que esperavam “acertar onças no Mato Grosso”. Siemel, a noiva e os prováveis clientes do safári vieram no mesmo navio que William M. Mann, diretor do Parque Zoológico Nacional, em Washington, mencionado acima, e Lucile Quarry Mann (1897-1986), sua esposa, que registrou o encontro em seu diário da viagem. A jornada do casal será vista em detalhes mais adiante.²¹¹

3.4. Disputas institucionais

Depois da expedição de 1933, Daveron voltaria a ter contato com o CFE em 1937. Dessa vez – dizia o pedido da embaixada norte-americana – faria uma expedição ao Xingu para coletar espécimes de mamíferos e aves, além de executar estudos científicos com a Fundação Rockefeller e o Instituto Oswaldo Cruz. O pedido ressaltava que, no passado, ele realizara – e continuaria realizando – coletas para a Smithsonian Institution, muito provavelmente referindo-se ao Parque Zoológico Nacional dirigido por Mann, para onde Daveron havia levado o filhote de lobo-guará alguns anos antes.²¹²

²⁰⁹ CFE.T.2.316. O filme nunca chegou a ser realizado. Em 1994, o cineasta Mika Kaurismäki lançou o documentário “Tigrero: A film that was never made”, em que Fuller revisita o local e exibe as imagens realizadas na época para os moradores locais.

²¹⁰ CFE.T.2.359. Sobre Edith Bray Siemel, vide Kauffman, 286-289.

²¹¹ William and Lucile Mann - Diary, Cruise to South America, 1939, p. 4. Smithsonian Institution Archives. William M. Mann and Lucile Quarry Mann field books, 1914-1940. Box 7, Folder 3.

²¹² CFE.T.2.085, D1A1P1.

O Conselho questionou o fato de não ter sido oficialmente comunicado das atividades, o que desobedecia ao regulamento. A situação só poderia ser resolvida caso Daveron seguisse o protocolo nesses casos, dando informações mais completas sobre a expedição. Ele o fez semanas depois, ao enviar o pedido de licença. Nele, a expedição, que duraria um ano, foi nomeada como “Daverson Xingu Expedition”. Além do próprio Daveron, participaria um cidadão norte-americano identificado como fotógrafo, chamado Le Roy Carlson (?-?), que teria de voltar para os Estados Unidos mais cedo do que o previsto, como veremos adiante.²¹³

O médico informava que faria a sua rota usual pelo alto rio Paraguai e tributários, dessa vez descendo o rio Xingu até o Amazonas. Em Belém, continuaria as pesquisas para o Instituto Oswaldo Cruz – coletando parasitas de animais e “material” para estudo de leishmaniose – e “provavelmente” subiria o rio Araguaia. O projeto incluía ainda o estudo de morcegos-vampiro, coleta de espécimes ornitológicos e mamíferos, “tanto vivos quanto esqueletos”, para o Museu Nacional de História Natural, da Smithsonian Institution, em Washington, e esqueletos para o Instituto Oswaldo Cruz e o Museu Nacional. O material seria enviado para a instituição de Manguinhos, responsável por dividi-lo entre o museu brasileiro e o norte-americano. Além disso, Daveron acrescentava que a expedição coletaria material para a Fundação Rockefeller para o estudo da febre amarela – fato mais tarde negado pela instituição. Por fim, o expedicionário incluiu nos objetivos “observações antropológicas no caminho”.²¹⁴

O conselheiro Lauro Travassos deu parecer favorável à expedição, explicando que o material coletado para a Fundação Rockefeller se tratava de vísceras de animais

²¹³ Ibid., D2P1.

²¹⁴ Ibid., D3A1P1.

suspeitos de portar a febre amarela em sua forma silvestre. O material para o instituto em que o próprio Travassos trabalhava seriam também vísceras, no entanto, “de animais possíveis hospedeiros do kala-azar brasileiro” (leishmaniose).²¹⁵ O Conselho aprovou a expedição após conferir com o instituto a versão de Daveron. E não há mais notícia da viagem no ano de 1937, exceto por um pedido para importar mais material fotográfico, com a promessa de compartilhar as fotos resultantes com as mesmas instituições que receberiam o material científico.²¹⁶

Em junho de 1938, o Conselho recebeu um ofício assinado por Antonio Cardoso Fontes (1879-1943), sucessor de Carlos Chagas (1879-1934) na diretoria do Instituto Oswaldo Cruz após a morte deste. Fontes solicitava que fosse autorizado o envio de um filhote de onça para o “Jardim Zoológico do Museu de Washington”, no que se depreende se tratar do Parque Zoológico Nacional, para onde Daveron já havia levado o filhote de lobo-guará anos antes.

O Instituto Oswaldo Cruz tem satisfação e interesse de facilitar essa remessa àquela instituição com a qual mantém proveitoso intercâmbio científico, esperando que essa solicitação possa ser atendida.²¹⁷

O CFE autorizou a captura, que seria patrocinada pelo Museu Nacional, mas não há no dossiê registros da saída do animal do país. No entanto, a exportação dos mesmos animais estava sendo tratada num outro processo. Os espécimes capturados por Daveron seriam enviados a Mann, que havia pedido a autorização, sem, no entanto, explicar que seria Daveron a capturá-los e remetê-los. Mann e a esposa Lucile Quarry

²¹⁵ Ibid., D4P1.

²¹⁶ Ibid., D5P1, D6P1, D7P1.

²¹⁷ Ibid., D10. A autorização foi concedida dois dias depois, vide CFE.T.2.085, D11.

Mann viriam pessoalmente ao Brasil em 1939, a fim de levar mais exemplares vivos para o zoológico norte-americano. Na mesma viagem, o casal visitou zoológicos em Buenos Aires, onde adquiriu outros animais. No total, levaram mais de 250 espécimes sul-americanos para serem exibidos na instituição de Washington, como será visto adiante.²¹⁸

Em junho de 1939, o CFE foi informado pelo Conselho Nacional de Caça de que Daveron era membro da “Xingu-Rockefeller Expedition” e estava “subvencionado” pela Smithsonian Institution, da qual fazia parte o Parque Zoológico Nacional de Washington, “para remeter-lhes exemplares da nossa fauna silvestre, o que tem feito”.²¹⁹ Campos Porto rapidamente pediu providências. Ao presidente do Conselho Nacional de Caça, questionou onde se encontrava Daveron e por qual porto estaria exportando animais; à alfândega de Belém e a de Corumbá, que apreendessem qualquer material exportado por Daveron; a Fred L. Soper (1893-1977) – da Divisão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller, que apoiava o Serviço de Febre Amarela no Brasil – que desse informações sobre a expedição e sobre o paradeiro de Daveron.²²⁰ Soper informou que nada sabia sobre a expedição e que esta não tinha nenhum vínculo com a Fundação, tampouco fora informado sobre a ligação de Daveron com a Smithsonian e onde ele se encontrava.²²¹ Cândido Mello Leitão, presidente do Conselho Nacional de Caça, que já havia sido membro do CFE na sua primeira configuração, informou que Daveron estava no Xingu e as exportações eram feitas pelo porto de Belém.²²²

²¹⁸ William and Lucile Mann - Diary, Cruise to South America, 1939, p. 40. Smithsonian Institution Archives. William M. Mann and Lucile Quarry Mann field books, 1914-1940. Box 7, Folder 3.

²¹⁹ CFE.T.2.085, D12.

²²⁰ Ibid., D13, D14, D15, D16.

²²¹ Ibid., D17.

²²² Ibid., D18.

Tendo expirado em mais de um ano o prazo de validade da expedição, em 17 de julho foi dada a ordem para o delegado do Conselho em Belém, Carlos Estevão de Oliveira (1880-1946) – que era também diretor do Museu Paraense Emilio Goeldi – apreender qualquer material em vias de ser exportado por Daveron. Três dias depois da ordem, porém, o próprio Daveron compareceu ao Conselho alegando ao presidente que não havia exportado nenhum animal até aquela data, nem mesmo o filhote de onça que havia sido autorizado, uma vez que o animal morreu antes da viagem. Na mesma oportunidade, ele pediu que fosse renovada por mais um ano sua licença.²²³

A versão de Daveron foi negada, entretanto, em um ofício do Conselho Nacional de Caça de 20 de agosto, onde se pode ler que, sim, Daveron havia exportado do porto de Corumbá para o de Nova York:

os seguintes animais de nossa fauna: 7- Araras, 1- Anta, 1- Coati, 1- Cachorro do Mato, 4- Capivaras, 2- Jacotinha, 2- Jaguatiricas, 6- Kagadosm 1- Gato do Mato, 4- Macacos, 10- Mutuns, 4- Periquitos, e um Tamandúa.²²⁴

Anexa ao ofício foi remetida ainda uma tabela demonstrativa dos animais silvestres vivos que saíram pelo porto nos períodos de 1937, 1938 e de janeiro a maio de 1939, com uma observação de que havia sido Daveron a enviar todos aqueles que foram para Nova York.²²⁵ Diante dos fatos, o diretor do Conselho Nacional de Caça solicitou, então, que fosse “caçada” a idoneidade de Daveron para a realização de expedições científicas.²²⁶

²²³ Ibid., D19, D20, D21.

²²⁴ Ibid., D23A1P1.

²²⁵ Ibid., D23A1P2.

²²⁶ Ibid., D24.

No mês seguinte, porém, Lauro Travassos explicou que, conforme um documento apresentado por Daveron – que não faz parte do dossiê –, os animais na verdade foram exportados por Mann, que estava licenciado pelo Conselho. Como a autorização de Daveron havia expirado, ele teria entregado o material ao diretor do zoológico norte-americano, que então o enviou de navio para seu país.

Deste modo, alegando não poder legalizar em tempo a sua licença por se encontrar em localidade muito afastada dos centros de fácil comunicação, o Sr. Daveron procura justificar-se. Diz, ainda, ter encontrado inúmeras dificuldades para organizar em boas condições as viagens planejadas e, sómente agora se encontrar com todo o material prompto, incluindo uma lancha laboratório.

Pede, por isso, nova licença, oferecendo, verbalmente, conduzir um representante de Institutos Nacionais, fazendo todas as despesas do mesmo.²²⁷

Travassos deu parecer para a concessão da licença, condicionada à exigência de que, caso não fosse levado um fiscal do Conselho, como seria a praxe, fosse exigida de Daveron a comunicação a cada três meses com o CFE, sob pena de cassação da licença.²²⁸ Agora com o Conselho sob a presidência de Francisco de Assis Iglesias (1889-1969), a permissão foi dada, tendo como destino, além do Estado do Mato Grosso, Goiás, Pará e Amazonas.²²⁹

Fica evidente nesse caso a disputa institucional não apenas com a Divisão de Caça e Pesca, criada no ano seguinte ao da fundação do CFE juntamente com o decreto que cria o Código de Caça e Pesca. O Conselho Nacional de Caça (CNC), criado em 1939 e que funcionava em paralelo à Divisão, também submetido ao Ministério da Agricultura,

²²⁷ Ibid., D25.

²²⁸ Ibid.

²²⁹ Ibid., D26.

cobrou o cumprimento do artigo 23 da lei que regulava a caça no Brasil. Segundo o dispositivo, o CFE deveria consultar o CNC em casos de expedições que envolvessem caça.²³⁰ Após a autorização para Daveron, o CNC apresentou a cópia de um certificado de inspeção sanitária animal emitida em Corumbá para o médico exportar os animais mencionados anteriormente, o que comprovaria a infração negada por Daveron.²³¹

A licença então foi cassada, em 29 de dezembro de 1939, mas a embaixada norte-americana pediu em seguida que a medida fosse reconsiderada. Daveron apresentava documentos mostrando que os animais não foram exportados para o exterior por ele, apenas transitaram sob sua guarda pelo Brasil para que Mann pudesse exportá-los, com a autorização que possuía do CFE.²³² Na justificativa, porém, Daveron admitiu que estava fazendo coletas no período em que não tinha mais licença do CFE.²³³ O conselheiro Mário de Oliveira (?-?), que passou a ser relator do caso em substituição a Lauro Travassos quando o CNC apresentou as evidências da exportação ilegal, levou o fato em conta, mas “em consideração a embaixada americana” deu a autorização.²³⁴ Ainda que seguisse desrespeitando o regulamento, Daveron continuava tendo suas viagens e coletas autorizadas.

O CNC novamente protestou. O órgão questionava se pelo menos haveria fiscais acompanhando Daveron, conforme ditava a legislação, mas não há no dossiê do CFE nenhum documento respondendo ao questionamento.²³⁵ Alguns meses depois, em

²³⁰ Ibid., D28. Decreto nº 1.210 de 12 de abril de 1939, que substituiu o Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934, que criou o Código de Caça e Pesca e o Conselho Nacional de Caça.

²³¹ CFE.T.2.085, D31A1P1, D31.

²³² Ibid., D34, D35, D36, D41, D42, D44A1.

²³³ Ibid., D44A1.

²³⁴ Ibid., D45, D46A1, D53.

²³⁵ Ibid., D55.

outubro de 1940, a embaixada norte-americana pediu nova autorização para Daveron exportar uma harpia, dois cachorros-do-mato e “não mais de 6 araras”, além de seis caixotes de esqueletos de aves e outros seis de esqueletos de mamíferos.²³⁶ O certificado de exportação foi emitido quase dois meses mais tarde.²³⁷

Quando a embaixada pediu uma nova renovação da licença, o presidente do CFE solicitou o envio de um relatório das atividades de Daveron no Brasil.²³⁸ O documento enviado pela representação diplomática como resposta é o resumo de um relatório das atividades do médico, então há oito anos no Brasil, que teria sido encaminhado por ele à embaixada de seu país.²³⁹ Esse documento será visto em detalhes no final deste capítulo.

3.5. Um casal passeia pelo Brasil, presenteia e ganha animais

Provavelmente, se Mann e Daveron tivessem se comunicado melhor com o CFE evitariam os problemas que enfrentaram. Longe da desconfiança que Daveron inspirava nas autoridades brasileiras, o casal Mann passou dias agradáveis entre Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, Buenos Aires e outras cidades argentinas, visitando institutos de pesquisa e bebendo com agradáveis companhias, entre abril e junho de 1939, encontros descritos com riqueza de detalhes por Lucile em seu diário, depositado no Smithsonian Institution Archive.²⁴⁰

²³⁶ Ibid., D56.

²³⁷ Ibid., D58.

²³⁸ Ibid., D59, D60.

²³⁹ Ibid., D61A1P1.

²⁴⁰ William and Lucile Mann - Diary, Cruise to South America, 1939. Smithsonian Institution Archives. William M. Mann and Lucile Quarry Mann field books, 1914-1940. Box 7, Folder 3; CFE.T.2.144, D1P1.

Quando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil enviou ao CFE o pedido de autorização para o casal Mann trazer animais exóticos e levar espécimes brasileiros, o vapor que os trazia já estava em alto mar.²⁴¹ Não houve nenhuma nova comunicação entre o CFE e o Ministério das Relações Exteriores até o dia 12 de maio, quando o casal já estava em Buenos Aires – de onde só retornaria ao Brasil em 12 de junho, para partir dois dias depois para Nova York.²⁴² Na correspondência, a Embaixada reiterava o pedido de autorização para Mann exportar animais do Brasil para os Estados Unidos, ressaltando que ele pretendia comprá-los aqui.²⁴³

É desse documento que parte a primeira resposta do CFE. Ao receber o pedido, o conselheiro Lauro Travassos recomendou que este fosse aprovado, desde que ouvida a Divisão de Caça e Pesca.²⁴⁴ Como resposta, a Divisão lembrou que a exportação de material científico era de competência do CFE. Quanto à caça, lembrava que o código vigente estabelecia que turistas de países com quem o Brasil mantivesse relações diplomáticas poderiam caçar. A Divisão não se opunha à exportação feita por Mann, desde que seguida a determinação de um artigo do mesmo Código, transcrito no documento:

Art. 58. – As expedições científicas de coleta de animais silvestres e o exercício de caça praticados por turistas, em todo o território nacional, serão integradas por um representante das classes armadas, um técnico da Divisão de Caça e Pesca e por cientistas das instituições nacionais, correndo á conta dos empreendedores da caçada

²⁴¹ William and Lucile Mann - Diary, Cruise to South America, 1939, p. 2-3. Smithsonian Institution Archives. William M. Mann and Lucile Quarry Mann field books, 1914-1940. Box 7, Folder 3.

²⁴² Ibid., 9-38.

²⁴³ CFE.T.2.144, D2P1.

²⁴⁴ Ibid., D3.

a subsistência, o transporte, o equipamento e o tratamento desses representantes do Govêrno.²⁴⁵

O presidente do CFE, Campos Porto, decidiu conceder a licença, mas depreendeu da resposta da Divisão de Caça e Pesca que havia “evidente colisão entre o novo Código de Caça e as atribuições” do Conselho. Por conta disso, o órgão presidido por ele procuraria solucionar o caso junto à Divisão de Caça e Pesca e “chegar a um entendimento o mais breve e do melhor modo possível”. Dessa forma, tentava não criar dificuldades “a um cientista de um país amigo” que não deveria ter as atividades no país prejudicadas, haja vista suas credenciais.²⁴⁶ A autorização foi emitida poucos dias depois, em 31 de maio, e o Ministério das Relações Exteriores foi informado por Campos Porto de que Mann estava autorizado a iniciar suas atividades.²⁴⁷ Diferentemente de outros casos, como da exportação de borboletas e das expedições de Davenport, não há documentos no dossiê que mostrem em que termos o CFE e a Divisão de Caça e Pesca chegaram a um acordo.

O navio trazendo o casal Mann de Nova York chegou ao Rio de Janeiro no dia 20 de abril, bem antes da concessão da licença. No porão do navio, os Mann traziam “búfalos, civetas, cães-da-pradaria, águias, monstros-de-gila, gansos-imperadores e lobos do Texas”, conta Lucile Mann em seu diário.²⁴⁸ Para a surpresa do casal, estava a bordo o amigo Sasha Siemel, “the tiger man”.²⁴⁹ Dias depois, Lucile Mann comentava sobre os novos amigos que fizeram no mar, entre eles a companhia de Siemel, “Miss

²⁴⁵ Ibid., D4.

²⁴⁶ Ibid., D5.

²⁴⁷ Ibid., D6, D7.

²⁴⁸ William and Lucile Mann - Diary, Cruise to South America, 1939, p. 1. Smithsonian Institution Archives. William M. Mann and Lucile Quarry Mann field books, 1914-1940. Box 7, Folder 3, 1.

²⁴⁹ Ibid., 2.

Bray da Filadélfia, que está indo atirar em onças com arco e flecha” e clientes-caçadores de Siemel.²⁵⁰

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, o casal foi direto ao zoológico, onde encontrou o proprietário. Entre os animais presentes, um macaco-prego que, segundo Mrs. Mann, resolve com facilidade problemas que psicólogos normalmente submetem a chimpanzés.²⁵¹ De lá o casal rumou para o Museu Nacional, onde entregou a Bertha Lutz uma caixa cheia de sapos que a colega Doris Cochrane enviara do National Museum of Natural History de Washington, também parte da Smithsonian Institution, assim como o zoológico dirigido por William Mann. No relato, Lucile Mann mostra-se impressionada por Lutz ser muito mais jovem do que o esperado e falar inglês fluentemente. Mrs. Mann conta que o museu, “que foi o palácio de Dom Pedro II”, abrigava “uma boa coleção de material indígena, capas de penas e casacos e adereços de cabeça, uma grande coleção geológica e um piso com animais meio comidos por traças”.²⁵²

Depois do almoço, o casal telefonou para Vital Brazil (1865-1950), “agora um respeitável senhor com cabelo branco e bigode militar”, que contou sobre seu trabalho pioneiro na produção de soro antiofídico. Na sequência, ligaram para um casal tcheco amante de animais, cujo homem havia sido até pouco antes representante diplomático no Brasil, Vladimir Nosek (?-?).²⁵³ O casal tinha reduzido sua coleção de animais e agora

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ Ibid., 5.

²⁵² Ibid., 6

²⁵³ Ibid., 6. Com a anexação da Tchecoslováquia pela Alemanha em 1939, as representações diplomáticas daquele país no exterior foram entregues aos diplomatas alemães. Daí o casal Nosek estar, nas palavras de Mann, “sem trabalho, sem terra natal, sem conceito de como eles, um jovem casal, vão planejar suas vidas daqui em diante”. Vide ainda “Entregues hontem á embaixada allemã os archivos e os negocios da Tchecoslováquia no Brasil”, *O Jornal*, 18 de março de 1939.

possuía “apenas” um macaco, um papagaio, alguns periquitos-australianos e um guaxinim.²⁵⁴

Ainda o diário informa que, no dia seguinte, 21 de abril, o casal foi até Niterói conhecer o Instituto Vital Brazil. Os Mann foram recebidos por Ruy Vital Brazil, um dos filhos do cientista que dá nome ao instituto, e acompanharam a extração de veneno de uma jararaca e demonstrações da letalidade do veneno em um sapo e um mamífero.²⁵⁵ Na manhã seguinte, com o navio tendo aportado em Santos, o casal foi de carro até São Paulo, onde visitou o Instituto Butantan, sendo recebido pelo diretor, “Dr. C.”, muito provavelmente Jayme Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1899-1976), que dirigiu a instituição de 1938 a 1941. Na instituição, os Mann notaram a presença de muitos recintos para répteis e novamente assistiram ao processo de extração de veneno de uma serpente. Mrs. Mann notou ainda a presença de pombos e mamíferos usados para experimentos.²⁵⁶

Lucile Mann menciona a companhia de um certo Mr. John T. Jones, que “anseia entrar para o ramo de animais”. O casal passou a tarde com Jones tomando drinques no Hotel Esplanada, no centro da cidade, antes de retornar ao porto de Santos.²⁵⁷ Praticamente todo o dia seguinte foi gasto a bordo do navio, na tentativa de resolver questões burocráticas com as autoridades brasileiras. William Mann havia trazido três monstros-de-gila – lagarto venenoso nativo do México – para presentear o Instituto

²⁵⁴ À noite, o casal Mann foi a uma recepção na casa de amigos e depois ao Cassino da Urca, onde Lucile ficou encantada com um show de Carmen Miranda. Vide William and Lucile Mann - Diary, Cruise to South America, 1939, p. 6. Smithsonian Institution Archives. William M. Mann and Lucile Quarry Mann field books, 1914-1940. Box 7, Folder 3.

²⁵⁵ Ibid., 7.

²⁵⁶ Ibid., 8.

²⁵⁷ Ibid..

Butantan. As autoridades alfandegárias e veterinárias brasileiras, porém, argumentavam que deveriam ter sido consultadas com antecedência. Por isso, o casal demandou bastante atenção do comissário de bordo e do cônsul norte-americano no Brasil até finalmente serem autorizados a desembarcar os lagartos – “bem e gordos depois da viagem marítima”.²⁵⁸

O mesmo cônsul levou o casal, mais tarde, para conhecer, em Santos, a coleção de aves de Raul Jordão Magalhães (?-?), ex-deputado estadual que então se dedicava a criação de exemplares do Brasil e de várias partes do mundo.²⁵⁹ Lucille Mann afirma que Magalhães possuía uma renda anual de cerca de 250 mil dólares e que colecionava aves como hobby, das quais o casal pretendia levar algumas para os Estados Unidos. Entre os espécimes existentes, ela mencionou o galo-da-serra, tucanos, jacus, papagaios, pavãozinho-do-pará, patos, flamingos e ibis, entre outras.²⁶⁰

O casal embarcou então rumo a Montevideú, numa viagem de dois dias de viagem, chegando em 25 de abril, para no dia seguinte partirem novamente, dessa vez para Buenos Aires. Nessa parte da viagem foram feitas visitas a zoológicos, onde eles trocaram animais, e outros pontos da cidade, além de visitas a Córdoba, La Plata e Bariloche – a visita a tantas localidades fez com que o casal passasse a maior parte da

²⁵⁸ Ibid.

²⁵⁹ Raul Jordão Magalhães foi um advogado, deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) entre 1928 e 1930, que chegou a criar 4 mil aves do Brasil e de outros países em sua propriedade em Santos, onde era diretor do cassino do Hotel Atlântico. Uma vez que a Vila dos Pássaros, como era chamada, mantinha-se com recursos do próprio Magalhães, sofreu com dificuldades financeiras desde os anos 1950, tendo sido fechada nos anos 1960. Parte da coleção foi doada para o Orquidário Municipal de Santos e algumas aves teriam sido vendidas ao governo de Portugal. Vide “Vila dos Pássaros: Santos já teve a mais rica coleção de aves do Brasil”, Blog Memória Santista <http://memoriasantista.com.br/?p=2045>.

²⁶⁰ William and Lucile Mann - Diary, Cruise to South America, 1939, p. 8. Smithsonian Institution Archives. William M. Mann and Lucile Quarry Mann field books, 1914-1940. Box 7, Folder 3.

visita na Argentina, retornando a Santos apenas no dia 12 de junho.²⁶¹ Nesse mesmo dia, o casal recebeu a visita de Daveron, segundo Mrs. Mann, “com uma coleção de animais que Bill [William Mann] realmente não quer”.²⁶²

No dia 13, o mesmo John T. Jones, que já havia feito companhia ao casal anteriormente, aparece com seis capivaras, das quais William Mann pegou duas. Lucile narra que o marido havia tentando desencorajar o homem de ser um comerciante de animais, aparentemente sem sucesso. Daveron pegou carona no navio até o Rio de Janeiro naquela noite e, segundo Mrs. Mann, ficou bastante enjoado, uma vez que o navio começou a balançar bastante assim que deixou o porto.²⁶³

Na despedida do Brasil, Bertha Lutz visitou o casal no navio. Daveron levou a bordo a coleção prometida em Santos, “pelo menos a que Bill pegaria”: anta, gambá, gato-mourisco, patos, mutuns e um lagarto. O zoológico do Rio de Janeiro enviou uma anta, dois urubus-rei e doze lagartos. “Não queríamos mais nada, mas não houve como não pegar esses”, escreve Lucile Mann.²⁶⁴ Ao aportar em Nova York, em 26 de junho, o casal comemora a boa sorte na viagem. William Mann teria dito que aquela havia sido a menor porcentagem perdida de animais numa viagem que ele já tinha visto.

Mais de 250 animais estão prestes a ir para o zoológico e não mais do que meia dúzia – e os pequenos, delicados pássaros e sapos – morreu no caminho. Oh, sim, houve uma grande perda, e foi a capivara de Jones, que foi sepultada no mar duas noites atrás. E algumas das cobras na grande caixa do Butantan estavam evidentemente mortas quando chegaram a bordo [...].²⁶⁵

²⁶¹ Ibid., 9-36.

²⁶² Ibid., 37.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Ibid., 37-8.

²⁶⁵ Ibid., 40.

Além disso, das 24 perdizes vindas de Buenos Aires – um animal que um amigo do casal havia dito que não vivia bem em cativeiro – todas sobreviveram e foram incorporadas ao zoológico.²⁶⁶

3.6 Trabalho científico entre percalços

A documentação sobre Daveron permite acompanhar as exportações de animais que realizou, mas pouco se sabe da sua trajetória científica no período. Também não foi possível encontrar, até onde pudemos verificar, trabalhos científicos de sua autoria. Uma das poucas evidências sobre essas atividades é um documento, parte do último dossiê sobre ele no CFE, em que a embaixada norte-americana resume seus trabalhos a partir de 1936.²⁶⁷

Passados cinco anos do fim da Expedição Mato Grosso e três do seu retorno ao Brasil, Daveron conta no documento que discutiu com o médico Evandro Chagas (1905-1940) a possibilidade de uma nova expedição àquele estado, a fim de coletar material biológico e bacteriológico. Dias depois, tornou a discutir o assunto, dessa vez com Lauro Travassos, do Instituto Oswaldo Cruz e conselheiro do CFE. O objetivo era – e continuava sendo, segundo o resumo de 1941 – continuar seus estudos com morcegos-vampiro, coletar material histológico e estudar as propriedades farmacológicas de certas plantas brasileiras, interesse que começou a nutrir enquanto médico da Expedição Mato Grosso. Uma vez que parte do trabalho se sobrepunha, ele acreditava que de um mesmo animal poderia coletar o esqueleto, parasitas internos e externos, amostras de sangue e tecido,

²⁶⁶ Ibid.

²⁶⁷ “Résumé of a Report by Mr. Alexander Daveron”. CFE.T.2.085, D61.

a fim de realizar estudos histológicos e patológicos. Na ocasião, o Instituto teria informado que não poderia patrocinar a viagem. Todavia, posteriormente teria sido acordado que ele poderia obter espécimes para o zoológico de Washington, que já lhes haviam sido solicitados, como visto ao longo deste capítulo.²⁶⁸

Em dezembro de 1936, o médico expedicionário encomendou dos Estados Unidos uma enorme gama de equipamentos necessários para a expedição, de canoas e geradores de eletricidade a reagentes químicos e microscópios. Segundo o relato de Daveron para a embaixada norte-americana, o material chegou em janeiro do ano seguinte, mas ficou preso na alfândega até o final de junho. Outras dificuldades burocráticas teriam feito com que só em novembro todo o equipamento estivesse em seu “acampamento base”, cerca de 800 quilômetros (500 milhas) ao norte de Corumbá. A coordenada é compatível com Cáceres, onde Daveron se estabeleceu até a sua morte, em 1987 – mas também com Poconé e mesmo Cuiabá. Novamente aparece a figura do fotógrafo Le Roy Carlson que o acompanharia.²⁶⁹

Nesse ponto, um fotógrafo que Mr. Daveron trouxe do Estados Unidos tornou-se definitivamente psicopata e foi necessário mandá-lo de volta aos Estados Unidos antes que ele ficasse violento. Logo depois Mr. Daveron declara que seus fundos estavam exauridos.²⁷⁰

O médico teria então tomado emprestado dinheiro de amigos e construiu uma grande lancha de madeira, inclusive com móveis de laboratório no interior. Foi durante esse período, no começo de 1938, que ele recebeu a oferta de um fazendeiro de comprar uma onça preta, que ele adquiriu e pediu autorização para enviar para o Rio de

²⁶⁸ Ibid., A2P1.

²⁶⁹ Ibid., P2

²⁷⁰ Ibid.

Janeiro, de onde iria para o Zoológico Nacional em Washington. O dinheiro ajudaria no financiamento da expedição, mas o animal acabou morrendo, como visto anteriormente. Foi nesse período que ele teve de ir ao Rio de Janeiro se explicar das acusações de que estava caçando ilegalmente. De volta ao acampamento apenas em agosto de 1938, “com a sua condição financeira pior do que nunca”, teria trabalhado apenas no equipamento e, em alguns raros momentos, realizado alguns estudos científicos.²⁷¹

Em janeiro de 1939 chegava o pedido de animais de William W. Mann, que fez Daveron ser acusado mais tarde de exportar animais ilegalmente e que lhe fariam perder alguns meses no Rio de Janeiro para resolver a questão. Os animais teriam rendido apenas US\$ 249 dólares. Nesse período, ele fez ainda fotos, provavelmente de índios, que disse ter compartilhado com o Museu Nacional.²⁷² No diário de sua viagem pela América do Sul abordado anteriormente, Lucile Mann narra a visita de Daveron em que ele falou sobre os tais índios barbados.

Ele jantou conosco a bordo e contou grandes histórias de suas aventuras no Mato Grosso, em particular de uma tribo de índios barbados, quase brancos, que falam silenciosamente entre si, dependendo mais da leitura labial do que de sons.²⁷³

Com a licença recuperada apenas em junho de 1940, Daveron pôde retomar o trabalho e fazer uma nova incursão em busca de animais para o zoológico norte-

²⁷¹ Ibid., P2-3

²⁷² Ibid., P3. Consta no site dos arquivos do Departamento de Antropologia da University of California, em Berkeley, a existência de uma caixa com fotos dos índios “barbados”, de 1939, que teriam sido enviadas por Daveron. Contatados por este pesquisador, os responsáveis pelos arquivos alegaram que o conteúdo da caixa não estava digitalizado e eles estavam sem acesso ao material, por conta das medidas de isolamento impostas pela pandemia de COVID-19 instalada globalmente durante os últimos meses de redação desta tese. Vide: https://oac.cdlib.org/findaid/ark:/13030/tf5489n83n/entire_text/

²⁷³ William and Lucile Mann - Diary, Cruise to South America, 1939, p. 37. Smithsonian Institution Archives. William M. Mann and Lucile Quarry Mann field books, 1914-1940. Box 7, Folder 3.

americano e o Museu Nacional.²⁷⁴ No retorno a Cáceres, o médico foi preso sob alegação de que estava realizando coletas sem autorização, ainda que a tivesse obtido do CFE. Mesmo com a embaixada apresentando a licença no Rio de Janeiro, foram 11 dias preso até tudo ser resolvido. Ainda que não tivesse publicado nenhum trabalho científico, a Embaixada alegava que Daveron havia realizado “uma pequena quantidade de trabalho científico”.²⁷⁵

Daveron conta no relatório que durante as viagens pelo alto rio Paraguai coletou amostras de sangue de centenas de cavalos com suspeita de ter a doença que ele chama de “peste das caderas” e que havia matado milhares de cavalos anos antes. Trata-se do “mal das cadeiras”, em referência à perda de força nas pernas dos animais infectados com uma espécie de Trypanosoma, àquela altura conhecido como *T. equinum*. Segundo o médico, tratamentos com vários preparados de arsênico não faziam efeito quando os sintomas já tinham aparecido. Para verificar a presença do parasita, Daveron explica que retirava um pouco de sangue, misturava com um reagente e centrifugava. O grifo é do original.

Examinando o sangue sob um microscópio, não tinha dificuldade em encontrar o parasita quando ele estava presente e anos atrás encontrei muitos casos dessa infecção. Durante os últimos três anos, muitos cavalos que se pensava estarem infectados foram trazidos a mim para inspeção por seus donos. Eu provei que os cavalos estavam sofrendo meramente de desnutrição e debilidade generalizada e recomendei cuidado adequado. Também sugeri que arsênico, administrado oralmente, economizaria muito do seu tempo, trabalho e dinheiro. Muitos fazendeiros nessa área se beneficiaram do meu conselho. Meus achados parecem fundamentar a teoria de que a

²⁷⁴ “Résumé of a Report by Mr. Alexander Daveron”. CFE.T.2.085, D61, P4.

²⁷⁵ Ibid.

doença é prevalente onde há muitas capivaras, considerado um hospedeiro intermediário do t.equinum. Durante os último dez anos, caçadores mataram a maioria desses grandes roedores e a doença foi reduzida.²⁷⁶

Sobre os morcegos-vampiro, Daveron relata que não pôde fazer uso do laboratório que construiu, uma vez que nunca esteve livre para dar a esses estudos o tempo requerido por eles. No entanto, pôde realizar coletas de sangue de cavalos mordidos pelos morcegos nas áreas alagadas em que o gênero *Desmodus*, conhecido como “morcego-vampiro verdadeiro”, era abundante. Daveron conta que observou nas amostras, coletadas em intervalos frequentes, mudanças na taxa de coagulação do sangue, além de estudar os hábitos e secreções dos mamíferos voadores, retiradas quando os animais eram capturados em armadilhas. O objetivo era isolar alguns componentes dessas secreções, o que ele diz ter feito com algum sucesso.

Daveron relata ainda que fez muitas observações interessantes a respeito desses animais. Buscando “cuidadosamente” a literatura sobre o assunto, sem mencionar onde, não teria encontrado estudos que fizessem paralelo aos seus e que pretendia continuar esse trabalho com vistas a publicação dos resultados. Daveron conta que não realizou autópsia de animais nem fixou tecidos, como planejava, apesar de ter construído uma torre de água portátil com tubo, filtros e bombas necessárias para a lavagem de tecidos fixados. Teria construído ainda mesas de operação e reunido todo o aparato e reagentes necessários. “Eles me custaram uma pequena fortuna. Nunca foi me dada a oportunidade de me engajar nesse trabalho”, escreveu. O relatório se encerra com Daveron dizendo que oferecia então sua experiência, adquirida fazendo autópsias

²⁷⁶ Ibid., P5.

de rotina em humanos por sete anos em diversas universidades norte-americanas, “com toda responsabilidade que isso envolve”, para realizar esses procedimentos em animais no Mato Grosso.²⁷⁷

Dado o relato de Daveron, o CFE concedeu, em setembro de 1941, licença para a expedição, que passaria por Mato Grosso, Goiás, Pará e Amazonas e teria a presença de um Edward Swoboda (?-?).²⁷⁸ Em julho de 1943, o CFE escreveu à Divisão de Caça e Pesca para saber se Daveron havia enviado algum relatório ou se havia alguma notícia a seu respeito. A Divisão informava que Daveron não tinha autorização daquele órgão, mas que não estava exportando animais desde 1942, até onde eles sabiam. Ele agora era funcionário da empresa norte-americana Rubber Co. e pretendia ir para o Amazonas em breve, conduzindo 1600 muares.²⁷⁹

A Rubber Reserve Company foi a empresa norte-americana encarregada de comprar, a um preço fixo, toda a produção excedente de borracha produzida na Amazônia brasileira, como parte dos chamados “Acordos de Washington”, firmados em 1942. Neles, o Brasil se comprometia a fornecer aos Estados Unidos matérias-primas essenciais ao esforço de guerra, em troca de créditos e da transferência de empresas norte-americanas no Brasil para o governo brasileiro.²⁸⁰

²⁷⁷ Ibid., P5.

²⁷⁸ Encontramos um Edward Swoboda (1917-2013), joalheiro, que esteve no Brasil no mesmo período em busca de pedras preciosas. No entanto, não foi possível confirmar se eram a mesma pessoa. Vide “The Mineralogical Record Biographical Archive” <https://mineralogicalrecord.com/labels.asp?colid=630&page=1>. CFE.T.2.085, D62, D63A1P1, D63A1P2.

²⁷⁹ CFE.T.2.085, D67.

²⁸⁰ Várias são as obras sobre o ciclo da borracha na Amazônia impulsionado pela Segunda Guerra, vide, por exemplo, Oliveira, “A Borracha da Amazônia, os Acordos de Washington e a Política Externa brasileira” e Garfield, *In Search of the Amazon*.

Foram 14 acordos sobre compra de borracha e outros 14 sobre outros produtos, como arroz, babaçu, cacau, café e minério de ferro, entre outros. A instalação de bases norte-americanas no Rio Grande do Norte veio em troca de créditos para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), estabelecida em 1946.²⁸¹ Embora não tenhamos encontrado documentos comprobatórios a respeito, é possível supor que o momento de proximidade dos Estados Unidos com o Brasil tenha influenciado para que o Conselho relaxasse no cumprimento de suas funções para com Daveron.

Independentemente do fator diplomático, no entanto, é patente como, para o CFE, não havia diferença se o expedicionário estava realizando estudos ou apenas comercializando animais para um zoológico. No entendimento do período, a mera caça e coleta de animais era totalmente compatível com a ciência realizada então.²⁸²

²⁸¹ Alfonso-Goldfarb & Ferraz, “Raízes Históricas da Díficil Equação Institucional da Ciência no Brasil”, 11.

²⁸² Uma revisão da literatura sobre os zoológicos em diversos períodos e países pode ser vista em Duarte, “Zoos in Latin America”.

Considerações finais

Enquanto ainda realizávamos as pesquisas para este trabalho, uma das instituições mais mencionadas nas páginas do arquivo do CFE – e, conseqüentemente, neste trabalho – ardia em chamas. Ao ver as primeiras imagens do incêndio do Museu Nacional, em setembro de 2018, este pesquisador pensou inicialmente nos inúmeros animais, fósseis e artefatos indígenas que estavam se perdendo ali. Alguns, provavelmente, recolhidos de expedições estrangeiras fiscalizadas pelo CFE. Foi só depois de alguns segundos que nos demos conta de que outros artigos, ainda mais ligados à essa pesquisa, certamente se acabavam nas chamas. Documentos que poderiam comprovar, refutar, complementar ou trazer novas abordagens para este trabalho e outros a respeito da ciência no período viraram cinzas.

Se o arquivo do CFE já era importante – a ponto de ter sido incluído em 2008 no programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – agora seu valor era inestimável. Um olhar atento para esses arquivos pode originar inúmeras abordagens acerca não só da ciência do período, mas de outros temas como as relações do Brasil com outros países, como diferentes órgãos do governo e seus membros relacionavam-se, como atuavam os governos sob os quais o CFE funcionou etc. Durante a pesquisa que deu origem a esse trabalho, porém, nos chamaram atenção muitos outros aspectos além da importância do arquivo em si como registro de um momento da história do Brasil.

Primeiramente, é interessante notar, no contexto do governo autoritário nacionalista que o criou, como um órgão de fiscalização exerceu, ainda que de maneira limitada, influência sobre a própria ciência praticada no período. Uma vez que estipulava

a divisão de material colhido por estrangeiros com o Brasil, é inegável que a absorção pelas instituições de animais, plantas e artefatos indígenas, sobretudo para o Museu Nacional, contribuiu para a ciência do período. O trabalho de fiscalização, ainda, aproximou cientistas brasileiros de estrangeiros, dando oportunidade a interações que, de outra forma, não teriam ocorrido.

É curioso, porém, que esse mesmo governo tenha feito tão pouco para impedir o trânsito quase irrestrito de estrangeiros e a exportação de um sem número de itens do dito patrimônio natural. As conveniências internas – nas relações de brasileiros com estrangeiros que deveriam fiscalizar – e diplomáticas, em vias da eclosão da Segunda Guerra e mesmo durante ela, foram fatores que influenciaram bastante a atuação do Conselho.

Acreditamos que os casos expostos aqui mostraram ainda as peculiaridades de um momento da ciência praticada na primeira metade do século XX. George Hamlett e Emmet Blake, que foram abordados no capítulo 2, nasceram no mesmo país com poucos anos de diferença, eram ambos zoólogos, mas exerciam funções bastante diferentes na ciência do período. O primeiro esteve ligado a universidades e institutos de pesquisa durante toda a carreira. Seu trabalho residia basicamente no laboratório; era financiado por uma agência federal de fomento à pesquisa e por fundações filantrópicas dedicadas a esse fim, publicava artigos em periódicos e, no fim da vida, ainda fazia pesquisas e orientava alunos. É uma descrição bastante parecida a de um cientista dos dias de hoje.

Blake, por sua vez, estava mais ligado a uma tradição de história natural e ainda fazia basicamente o mesmo que seus colegas do século anterior. Ao que consta, não fez doutorado. O cerne do seu trabalho estava na caça, coleta e conservação de animais no

campo e na organização destes para estudos comparativos e exposições. O financiamento para o trabalho vinha do próprio museu ou de filantropos – alguns deles, inclusive, iam junto nas expedições. Blake pouco publicou sobre seu trabalho, sendo sua maior obra as coleções que reuniu. Ambos eram cientistas reconhecidos e fizeram importantes contribuições para suas áreas. Por isso, é ainda mais interessante vê-los como parte de uma transição das ciências naturais do período, de um trabalho de coleção e organização, para outro ainda mais especializado e que poderia gerar conhecimentos mais amplos e mesmo aplicáveis (no caso de Hamlett, na reprodução humana). Em comum, ambos dependiam sobremaneira da caça para realizar seus trabalhos.

A caça como parte importante da atividade científica é outra característica do período que esse trabalho buscou trazer à tona. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, a necessidade de regular a caça incentivou o estudo dos animais – a fim de definir as espécies que poderiam ser abatidas em que período do ano. Mas a caça aparece também como uma extensão da ciência, ou, mais propriamente, da expedição científica e da exportação de animais, objetos por excelência da atuação do CFE. Todos esses fatores contribuíram para que o Conselho se visse atuando em processos que poderiam ser tratados pelo órgão criado justamente para regular a caça, a Divisão de Caça e Pesca. A pesquisa aqui exposta mostra como não havia uma separação clara entre as atividades e que elas podiam, inclusive, ser uma extensão da outra. Não é surpresa, portanto, a ocorrência de conflitos entre os dois órgãos, como parte de uma disputa sobre quem deveria atuar na fiscalização de algumas expedições e exportações.

Por sua vez, as relações do CFE com a diplomacia norte-americana demonstram, novamente, a relação inextricável entre política e ciência. Um órgão que teoricamente deveria ser isento na fiscalização do patrimônio natural, composto por fiscais-cientistas que deveriam se pautar por critérios técnicos, em inúmeras ocasiões se curvou à política externa, aceitando expedições não necessariamente idôneas de “aliados”, como Daveron.²⁸³

O CFE não conseguiu exercer plenamente suas funções, fosse por conveniências políticas internas ou externas, fosse por uma sobreposição de instâncias regulando os mesmos assuntos. Ao mesmo tempo, teve um papel limitado na ciência do período, ainda que contribuísse com objetos para coleções e proporcionando contatos entre cientistas brasileiros e estrangeiros. Não necessariamente coibiu expedições que não cumpriam o regulamento, nem obrigou todos os estrangeiros a deixarem duplicatas. Nunca chegou a se consolidar como uma referência na fiscalização, uma vez que o próprio órgão permitia, constantemente a contravenção das normas. E outros, como o Ministério da Guerra, se davam ao direito de autorizar expedições sem consultar o Conselho. Como legado, porém, a criação do CFE não só permitiu a construção de um rico arquivo sobre o período, como foi a primeira iniciativa brasileira de fiscalização do trânsito de cientistas estrangeiros no Brasil e de controle sobre o patrimônio natural, artístico e cultural no país.

O Conselho poderia ter sido, porém, um promotor da interação entre cientistas brasileiros e norte-americanos, uma vez que expedições estrangeiras eram isentas de

²⁸³ E ao mesmo tempo expulsando do Brasil seguidores do regulamento que, em um curto período de tempo, passaram de amigos a inimigos do governo, no caso do ornitólogo alemão Adolf Schneider (1881-1946), que abordamos em nosso trabalho anterior. Vide Julião, “Chô! Chô! Passarinho...”.

fiscalização quando estas fossem realizadas em parceria com instituições brasileiras. Outra regra, escrita para garantir a repartição dos itens coletados entre os expedicionários e instituições brasileiras, tinha o potencial de enriquecer os museus brasileiros. No entanto, a pouca interação que havia, na maioria dos casos, era entre os expedicionários dos Estados Unidos e os membros do CFE que tinham de examinar os pedidos de licença. No que diz respeito à partilha do que era coletado, os ganhos do lado de lá são evidentes, com centenas de itens exportados a cada expedição, enquanto apenas algumas poucas duplicatas permaneceram no Brasil.

Ainda que o Brasil estivesse sob um governo autoritário de inspiração nacionalista, os estrangeiros fiscalizados no período tiveram liberdade para exportar uma grande quantidade de animais, sem deixar a parte que deveria ficar em instituições brasileiras. Com isso, exemplares da fauna brasileira abasteceram museus de história natural e zoológicos nos Estados Unidos, expandindo as coleções dessas instituições. O pouco que ficava aqui, por outro lado, sofria com as parcas condições das instituições científicas nacionais, que muitas vezes sequer davam conta de avaliar os materiais coletados pelas expedições antes de autorizar a exportação. Problemas decorrentes da institucionalização tardia das ciências no Brasil, como a dificuldade de financiamento, os escassos espaços para a pesquisa e as universidades ainda em formação, contribuíram para que o potencial de um órgão como CFE não fosse devidamente aproveitado.

Bibliografia

Acervos consultados

Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.

Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro.

Acervo Daveron. Núcleo de Documentação Histórica Escrita e Oral (NUDHEO).

Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres (MT).

Arquivo Permanente do Museu Paulista, São Paulo

Centro de Memória do Instituto Butantan, São Paulo

Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Banco de Memórias e Histórias de Vida da EPM-Unifesp

Center for Research Libraries

Carnegie Institution of Washington

Center for the History of Medicine, Harvard Medical School Archives

The Alan Mason Chesney Medical Archives of The Johns Hopkins Medical Institutions

Field Museum News (1937 a 1941)

John Simon Guggenheim Memorial Foundation

Louisiana State University Health Sciences Center Library

Museum of Comparative Zoology, Harvard University

National Academy of Sciences Archives

Smithsonian Institution Archives

Bibliografia consultada

Alfonso-Goldfarb, Ana Maria. *O que é História da Ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. "Centenário Simão Mathias: Documentos, Métodos e Identidade da História da Ciência". *Circumscribere* 4 (2008): 5-9.

____ & Marcia H. M. Ferraz. "Raízes Históricas da Difícil Equação Institucional da Ciência no Brasil". *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n.3 (2002): 3-14.

____, ____, Hasok Chang, Jennifer M. Rampling & Silvia Waisse. "Chemical Knowledge in Transit", *Ambix* 62:4 (2015): 305-311.

- ____, ____ & Maria H.R. Beltran. “Substitutos do ‘Novo’ Mundo para as Antigas Plantas Raras: Um Estudo de Caso dos Bálsamos”. *Química Nova* 33, n. 7 (2010): 1620-6.
- Allen, J.A. “The Habitat Groups of North American Birds in the American Museum of Natural History”. *The Auk* 26, n. 2 (1909): 165-74.
- ____. “Mammals collected on the Roosevelt Brazilian Expedition, with field notes by Leo E. Miller”. *Bulletin of the AMNH* v. 35, article 30 (1916): 559-610.
- Almeida, Marta de. “Combates sanitários e embates científicos: Emílio Ribas e a febre amarela em São Paulo”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos* 6, n.3 (1999/2000): 577-607.
- Anderson, Sam. “The Last Two Northern White Rhinos On Earth”. *The New York Times Magazine*, 6 de janeiro de 2021. <https://www.nytimes.com/2021/01/06/magazine/the-last-two-northern-white-rhinos-on-earth.html> (acesso em 13 de janeiro de 2021).
- Antunes, André P., Rachel M. Fewster, Eduardo M. Venticinque, Carlos A. Peres, Taal Levi, Fabio Rohe e Glenn H. Shepard Jr. “Empty forest or empty rivers? A century of commercial hunting in Amazonia”. *Science Advances*, v. 2, n. 10 (2016)
- Ashbrook, Frank G. “Fur Resources: the stepchild of conservation”, United States Department of Agriculture, Bureau of Biological Survey, Wildlife Research and Management Leaflet BS-25. December, 1935.
- Barbosa, Priscila F. & Fernanda Borges Tibau. “Cinema documentário, política de boa vizinhança e a construção de uma imagem do Brasil na década de 1940”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas* v. 9, n. 1 (2014): 199-216.
- Barrow Jr., Mark V. *A passion for birds: American Ornithology after Audubon*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- Basalla, George. “The Spread of Western Science”. *Science* v. 156, n. 3775 (1967): 611-22.
- Beolens, Bo, Michael Watkins & Michael Grayson. *The Eponym Dictionary of Amphibians*. Exeter: Pelagic Publishing, 2013.
- Castro, Celso. “A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil”. *Estudos Históricos* 36 (2005): 33-42.

- Cohen, Allan. "The F. H. Barber collection of heads and horns". *Archives of natural history* v. 28, n. 3 (2001): 367-82.
- Corrêa, Mariza & Januária Mello (orgs.). *Querida Heloisa/Dear Heloisa*: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU. Unicamp, 2008.
- Coutinho, Maria Auxiliadora A. "A vida de Daveron". *Zaki News*, 12 de dezembro de 2012 <http://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=3638> (acesso em 21 de novembro de 2020)
- Cueto, Marcos (ed.). *Missionaries of Science: The Rockefeller Foundation & Latin America*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1994.
- Domingues, Cesar Machado. "A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste". *XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: 19 a 23 de julho de 2010.
- Duarte, Regina Horta. "Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil". *Luso-Brazilian Review* 41, n.2 (2005): 144-61.
- _____. "Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894–1938". *Latin American Research Review* v. 41, n. 1 (2006): 4-26.
- _____. "Biologia, natureza e República no Brasil nos escritos de Mello Leitão (1922-1945)". *Revista Brasileira de História* v. 29, n. 58 (2009): 317-40.
- _____. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. "Coleções de aranhas, redes científicas e política: a teia da vida de Cândido de Mello Leitão (1886-1948). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas* v. 5, n. 2 (2010): 417-33.
- _____. "Between the National and the Universal: Natural History Networks in Latin America in the Nineteenth and Twentieth Centuries". *Isis* 104, n. 4 (2013): 777-87.
- _____. "Zoogeografia do Brasil: fronteiras nacionais, percursos pan-americanos". *Latin American Research Review* 49, n. 2 (2014): 68-83.
- _____. "Zoos in Latin America". *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. 26 de setembro de 2017 <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/>

- 10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-439
(Acesso em 17/01/2021).
- Dunlap, Thomas R. "Sport Hunting and Conservation, 1880-1920". *Environmental Review* v.12, n. 1 (1988): 51-60.
- Fan, Fa-ti. "The Global Turn in the History of Science". *East Asian Science, Technology and Society*, 6 (2012): 249–58.
- Faria, Luiz C. "Introdução". In: MAST. *Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário*. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.
- Faria, Lina Rodrigues de. "A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas". *História, Ciências, Saúde — Manguinhos* vol.9, n. 3 (2002): 561-90.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.
- Fávero, Maria de Lourdes de A. "A universidade no Brasil". In: *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977. 18-30.
- Ferraz, M.H. Márcia. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1997.
- _____. "Relatos de viagens: a trajetória dos textos sobre o Brasil". Anais da XIV Reunião da RIHECOB: Ambiente, Natureza e Cultura na Perspectiva da História e Epistemologia da Ciência. São Paulo: Livr. Ed. da Física, 2004. 113-30.
- Ferreira, Luiz Otávio, Nara Azevedo, Moema Guedes & Bianca Cortes. "Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969)." *História, Ciências, Saúde — Manguinhos* v.15, suplemento (2008): 43-71.
- Field Museum of Natural History. *Annual Report of the Director to the Board of Trustees for the year 1936*. Chicago, USA: 1937.
- Franco, José Luiz de Andrade & José Augusto Drummond. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil: anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.
- Garfield, Seth. *In search of the Amazon: Brazil, the United States and the Nature of a Region*. Duke University Press: Durham and London, 2013.

- Grann, David. Z, *a cidade perdida: A obsessão mortal do coronel Fawcett em busca do Eldorado brasileiro*. Trad.: Claudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Grupioni, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- Guerra, Claudia Bucceroni & Alegria Benchimol. “Dois momentos da coleção Aparai no Museu Paraense Emílio Goeldi: Curt Nimuendajú em 1915 e Otto Schulz-Kampfhenkel em 1935-37”. *Museologia e Patrimônio* v.10, n. 2 (2017): 92-116.
- Hamlett, George W. D., “Nema Parasites in Embryo Bats”. *Biological Bulletin* 66, n. 3 (1934): 357-60.
- _____. “Delayed Implantation and Discontinuous Development in the Mammals”. *The Quarterly Review of Biology*, 10, n. 4 (1935): 432-47.
- _____. “Identity of *Dasypus septemcinctus* Linnaeus with notes on some related species”. *Journal of Mammology* 20, n. 3, (1939): 328–36.
- _____. “Reproduction in American Monkeys”. *The Anatomical Record* 73, n. 2 (1939): 171-87.
- _____. “The reproductive cycle of the coyote”. United States Department of Agriculture, Technical Bulletin n. 616. July 1938.
- _____ & George B. Wislocki. “A proposed classification for types of twins in mammals”. *The Anatomical Record* 61, n. 1 (1924): 81-96.
- Harrison, Carol E. & Ann Johnson. “Introduction: Science and National Identity”. *Osiris* 24, n. 1 (2009): 1-14.
- Heizer, Alda. “Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-1923”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* v.15, n.3, (2008): 849-64.
- Holt, Ernest G. “A New Honey Creeper from the Amazon”. *The Auk* v. 48, n. 4 (1931): 570-1
- Julião, André Gomes. “‘Chô! Chô! Passarinho’: a recepção brasileira às expedições científicas alemãs, 1933-1942”. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 2015.

- Junghans, Miriam. “Abrindo as gavetas: Emília Snethage (1868-1929) e as coleções ornitológicas do Museu Goeldi e do Nacional do Rio de Janeiro em 1922” in: Maria Margarete Lopes e Alda Heizer (orgs.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: Eduepb, 2011.
- Kauffman, Jason B. “The Unknown Lands: Nature, Knowledge and Society in the Pantanal of Brazil and Bolivia” (Tese de doutorado, University of North Carolina at Chapel Hill, 2015).
- Knight, David M. “Travels and Science in Brazil”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 8, Suplemento (2001): 809-22.
- Levine, Robert M. *O Regime de Vargas: Os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Lima, Nísia Trindade. “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* v. 5, supl. (1998): 163-193.
- Lisboa, Araci Gomes. “O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil: Ciência, Patrimônio e Controle” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense), 2004.
- Lopes, Maria Margarete. “Cooperação Científica na América Latina no final do Século XIX: os intercâmbios dos museus de ciências naturais”. *Interciencia* v. 25, n. 5, (2000): 228-33.
- _____. “Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 15, supl. (2008): 73-95.
- _____ & Sandra Elena Murrielo. “Ciências e educação em museus no final do século XIX”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 12, supl. (2005): 13-30.
- _____, Lia Gomes Pinto de Souza & Mariana Moraes de Oliveira Sombrio. “A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976)”, *Revista Gênero* 5, n. 1 (2004): 97-109.
- _____ & Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa. “A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930)”, *Anais do Museu Paulista*, v. 10/11 (2002-3): 23-35.

- Lunde, Darrin. *The Naturalist: Theodore Roosevelt, a lifetime of exploration, and the triumph of American Natural History*. New York: Crown Publishing Group: 2016.
- McCook, Stuart G. *States of Nature: Science, Agriculture, and Environment in the Spanish Caribbean, 1760-1940*. Austin: University of Texas Press, 2002.
- Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. "Museu Paulista", *Estudos Avançados* 8, n. 22 (1994): 573-8.
- Millard, Candice. *The River of Doubt: Theodore Roosevelt's Darkest Journey*. New York: Anchor Books, 2005.
- Moreira, Paulo Italo. "Expedições Científicas e Recursos Naturais no Nordeste do Brasil (1933-1968)". In: 9º Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (Scientiarum Historia IX), Rio de Janeiro, 2016.
- Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast. *Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário*. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.
- Oliveira, Nilda Nazaré Pereira Oliveira, "A Borracha da Amazônia, os Acordos de Washington e a Política Externa brasileira", *Anais do XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, João Pessoa, 2003.
- Oliveira, Cecília Helena de Sales (org.). *O Museu Paulista e a gestão de Afonso Taunay: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017.
- Pacheco, José F., & Cláudia Bauer. "Adolf Schneider (1881-1946)". *Atualidades Ornitológicas* 65 (1995): 10-3.
- Palladino, Paolo & Michael Worboys. "Science and Imperialism" *Isis* v. 84, n. 1 (1993): 91-102.
- Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- Prieto, Leida Fernández. "Islands of Knowledge: Science and Agriculture in the History of Latin America and the Caribbean". *Isis* 104 n. 4 (2013): 788–97.
- Quintero, Camilo. "Trading in Birds: Imperial Power, National Pride, and the Place of Nature in U.S.–Colombia Relations". *Isis* v. 102, n. 3 (2011): 421-45.

- Rader, Karen A. & Victoria E.M. Cain. "From natural history to Science: display and the transformation of American museums of science and nature". *Museum and Society*, v. 6, n. 2 (2008): 152-71.
- Raj, Kapil. "Introduction: circulation and locality in early modern science". *British Journal for the History of Science* v.43, n. 4 (2010): 513-7.
- _____. "Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science". *Isis* 104, n. 2 (2013): 337-47.
- Roosevelt, Theodore. *Through the Brazilian Wilderness*. New York, Charles Scribner's Sons: 1914.
- _____. *Nas selvas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia - USP, 1976.
- _____. *African Game Trails: An Account of the African Wanderings of an American Hunter-Naturalist*. New York: Charles Scribner's Sons, 1927.
- Sá, Magali R. "James William Helenus Trail: a British naturalist in nineteenth-century Amazonia". (Tese de doutorado, Durham University, 1996).
- _____. & André F. C. da Silva. "Citizens of the Third Reich in the Tropics: German Scientific Expeditions to Brazil under the Vargas Regime, 1933-40". In: Fernando Clara & Cláudia Ninhos (ed.) *Nazy Germany and Southern Europe, 1933-45: Science, culture and politics*. London: Palgrave MacMillan, 2016. 232-255.
- _____, Jaime L. Benchimol, Simone Kropf, Larissa Viana, & André F. C. da Silva. "Medicina, Ciência e Poder: As Relações entre França, Alemanha e Brasil no Período de 1919 a 1942". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* 16, nº 1 (2009): 247-61.
- Sá, Dominichi Miranda de; ____ & Nísia Trindade Lima. "Telegraphs and an inventory of the territory of Brazil: the scientific work of the Rondon Commission (1907-1915)". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* v.15, n.3 (2008): 779-811.
- Safier, Neil. "Global Knowledge on the Move: Itineraries, Amerindian Narratives, and Deep Histories of Science". *Isis* 101, n. 1 (2010): 133-145.
- Sanjad, Nelson Rodrigues. *Emílio Goeldi (1859-1917): a ventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2009.
- _____. "Emílio Goeldi (1859-1917) e a Institucionalização das Ciências Naturais na Amazônia". *Revista Brasileira de Inovação* 5, n. 2 (2006): 455-77.
- Schulze, Frederik. "A constituição global da nação brasileira: questões de imigração nos anos 1930 e 1940". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* 21, n. 1 (2014): 1-10.

- Schwartzman, Simon. *Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil*. Trad.: Sérgio Bath e Oswaldo Biato. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001.
- Secord, Jim. "Knowledge in Transit," *Isis* 95 (2004): 654–72.
- Shaw, Marjorie B. "The Zoological Society of San Diego: its history and development". *Journal of the Society for the Bibliography of Natural History*, v. 9, n. 4 (1980): 565-71.
- Silva, André F.C. da. "A Diplomacia das Cátedras: A Política Cultural Externa Alemã e o Ensino Superior Paulista - os Casos da USP e da Escola Paulista de Medicina (1934-1942)". *História* 32, nº 1 (2013): 401-31.
- _____. "Raça, medicina tropical e colonialismo no Terceiro Reich: a expedição de Giemsa e Nauck ao Espírito Santo em 1936". *Estudos Históricos* v. 26, n. 52 (2013): 347-68.
- Sivasundaram, Sujit. "Sciences and the Global: On Methods, Questions, and Theory". *Isis* 101, n. 1 (2010): 146-58.
- _____. "Introduction". *Isis* 101, n. 1 (2010): 133-45.
- Sombrio, Mariana M.O. "Traços da Participação Feminina na Institucionalização de Práticas Científicas no Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951". (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2007).
- _____. "Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX". (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2014).
- _____. "Gender, Museums and Science: Wanda Hanke's ethnological collections (1933-1958)". *History of Science and Technology* n.10 (2016): 33–69.
- _____. Maria Margarete Lopes & Léa Maria Leme Strini Velho. "Práticas e Disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil" *Varia Historia* v. 24, n. 39 (2008): 311-27.
- Souza, Vanderlei Sebastião de. "Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 16, suplemento. 1 (2009): 249-64.

- Straube, Fernando Costa. "A viagem de Emmet Blake ao Brasil (1937)". *Atualidades Ornitológicas* 164 (2011): 37-50.
- Sutter, Paul S. "Nature's Agents or Agents of Empire? Entomological Workers and Environmental Change during the Construction of the Panama Canal" *Isis* 98, n. 4 (2007): 724-54.
- Tamburro, Paul D. & Leon K. Yang. "21 Million Specimens: Behind Harvard's Underground Animal Collections". *Harvard Crimson*, 2 de maio de 2018 <https://www.thecrimson.com/article/2018/5/2/mcz-specimen-collections-feature/> (acesso em 22 de novembro de 2020).
- Traylor Jr., Melvin A. & David E. Willard. "In Memoriam: Emmet Reid Blake, 1908-1997". *The Auk* 116, n. 2 (1999): 536-9.
- Vasconcelos, Marcelo Ferreira de & Fernando Augusto Valério, José Fernando Pacheco, Henrique Belfort Gomes. "Contribuições da Expedição Científica Roosevelt-Rondon ao estudo das aves do Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* 78 (2016): 148-180.
- Vial, Andréa Dias. "O colecionismo no período entre guerras: a contribuição da Sociedade de Etnografia e Folclore para a formação de coleções etnográficas" (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo), 2009.
- Warlich, Beatriz M. de Souza. "O Governo Provisório de 1930 e a Reforma Administrativa". *Revista de Administração Pública* 9, n. 4 (1975): 5-68.
- Yarbrough, Anastasia. "Species, race, and culture in the space of wildlife management". In: Kathryn Gillespie & Rosemary-Claire Collard (eds.). *Critical Animal Geographies: Politics, Intersections and Hierarchies in a Multispecies World*. London: Routledge (2015): 109-26.
- Zimny, Marilyn L. "George Whitfield Deluz Hamlett, 1900-1975". *Proceedings of the American Association of Anatomists*, Eighty-Ninth Meeting, University of Louisville Health Sciences Center, April, 21, 22, 23 (1976).

Anexos

Anexo I. Pedidos de autorização para expedição ou exportação por país (1933-1945)

País	Nº	Dossiês
Alemanha	27	2.001, 2.012/2, 2.012/42, 2.012/46, 2.012/47, 2.012/55, 2.018, 2.022, 2.032, 2.039, 2.046, 2.055, 2.063, 2.079, 2.090, 2.092, 2.093, 2.097, 2.100, 2.126, 2.127, 2.156, 2.153, 2.175, 2.178, 2.184, 2.193
Argentina	5	T.2.031, 2.095, 2.142, 2.155, 2.212
Áustria	3	2.018, 2.128, 2.170
Bélgica	3	2.050, 2.112, 2.149
Brasil	42	2.012/10, 2.012/15, 2.012/16, 2.012/17, 2.012/48, 2.012/49, 2.012/53, 2.012/59, 2.012/62, 2.012/63, 2.012/66, 2.012/72, 2.012/77, 2.015, 2.027, 2.035, 2.040, 2.061, 2.070, 2.071, 2.072, 2.076, 2.091, 2.107, 2.110, 2.121, 2.124, 2.129, 2.146, 2.156, 2.157, 2.161, 2.168, 2.177, 2.179, 2.196, 2.201, 2.207, 2.209, 2.211, 2.213, 2.215
Canadá	2	2.012/1, 2.042
China	1	2.174
Espanha	1	2.007
Estados Unidos	88	2.003, 2.005, 2.008, 2.010, 2.012/5, 2.012/6, 2.012/22, 2.012/26, 2.012/29, 2.012/30, 2.012/35, 2.012/36, 2.012/37, 2.012/38, 2.012/45, 2.012/50, 2.012/54, 2.012/57, 2.013, 2.016, 2.017, 2.020, 2.021, 2.024, 2.028, 2.033, 2.034, 2.037, 2.038, 2.044, 2.045, 2.051, 2.052, 2.057, 2.059, 2.060, 2.062, 2.066, 2.067, 2.069, 2.075, 2.077, 2.082, 2.083, 2.085, 2.086, 2.088, 2.094, 2.096, 2.105, 2.108, 2.109, 2.116, 2.118, 2.123, 2.131, 2.132, 2.133, 2.134, 2.139, 2.144, 2.145, 2.147, 2.148, 2.150, 2.152, 2.154, 2.159, 2.162, 2.163, 2.164, 2.166, 2.167, 2.169, 2.171, 2.172, 2.173, 2.181, 2.182, 2.185, 2.186, 2.187, 2.188, 2.189, 2.198, 2.199, 2.202, 2.206
França	14	1.14/27, 2.012/31, 2.012/42, 2.012/43, 2.014, 2.030, 2.053, 2.054, 2.056, 2.065, 2.068, 2.106, 2.115, 2.174
Grã-Bretanha	17	2.004, 2.006, 2.012/7, 2.012/8, 2.012/56, 2.048, 2.058, 2.078, 2.099, 2.102, 2.103, 2.104, 2.113, 2.136, 2.138, 2.176, 2.192
Grécia	1	2.030
Holanda	5	2.049, 2.117, 2.165, 2.197, 2.210
Hungria	1	2.025
Irã	1	2.012/78
Itália	5	2.012/12, 2.019, 2.029, 2.122, 2.143
Japão	2	2.064, 2.084
Noruega	1	2.041
Peru	2	2.114, 2.158
Polônia	4	2.009, 2.026, 2.098, 2.208
Romênia	2	2.047, 2.151
Suécia	2	2.040, 2.043
Suíça	3	2.011, 2.046, 2.214
Tchecoslováquia	1	2.101
Origem não identificada	65	2.012/3, 2.012/4, 2.012/9, 2.012/13, 2.012/14, 2.012/18, 2.012/19, 2.012/20, 2.012/21, 2.012/23, 2.012/24, 2.012/25, 2.012/27, 2.012/28, 2.012/32, 2.012/33, 2.012/34, 2.012/39, 2.012/40, 2.012/41, 2.012/44, 2.012/51, 2.012/52, 2.012/58, 2.012/60, 2.012/61, 2.012/64, 2.012/65, 2.012/67, 2.012/68, 2.012/69, 2.012/70, 2.012/71, 2.012/72, 2.012/74, 2.012/75, 2.012/76, 2.023, 2.031, 2.036, 2.073, 2.074, 2.080, 2.081, 2.089, 2.111, 2.119, 2.120, 2.125, 2.130, 2.135, 2.137, 2.140, 2.141, 2.160, 2.180, 2.183, 2.190, 2.191, 2.194, 2.195, 2.200, 2.203, 2.204, 2.205
TOTAL	298	

Anexo II. Pedidos de autorização para expedição ou exportação por assunto (1933-1945)

Assunto	Nº	Dossiês
Antropologia	19	2.001, 2.002, 2.008, 2.010, 2.012/12, 2.012/22, 2.012/31, 2.012/42, 2.027, 2.053, 2.054, 2.065, 2.105, 2.129, 2.134, 2.170, 2.174, 2.181, 2.196
Arqueologia	7	2.001, 2.008, 2.012/12, 2.040, 2.055, 2.084, 2.095
Arte	37	1.14/27, 2.009, 2.011, 2.012/25, 2.012/32, 2.012/33, 2.012/34, 2.012/35, 2.012/36, 2.012/38, 2.012/39, 2.012/40, 2.012/41, 2.012/44, 2.012/45, 2.012/50, 2.012/58, 2.017, 2.018, 2.024, 2.025, 2.035, 2.043, 2.058, 2.059, 2.064, 2.069, 2.106, 2.107, 2.115, 2.118, 2.133, 2.155, 2.178, 2.185, 2.189, 2.208
Biologia	2	2.012/19, 2.182
Botânica	33	2.012/3, 2.012/4, 2.012/17, 2.012/29, 2.012/46, 2.012/47, 2.016, 2.031, 2.037, 2.038, 2.047, 2.057, 2.067, 2.068, 2.075, 2.086, 2.090, 2.094, 2.101, 2.104, 2.108, 2.114, 2.119, 2.120, 2.127, 2.145, 2.146, 2.161, 2.172, 2.182, 2.188, 2.192, 2.206
Caça	6	2.003, 2.030, 2.069, 2.112, 2.125, 2.150
Colonização	1	2.012/49
Eclipse solar	6	2.113, 2.143, 2.152, 2.159, 2.166, 2.167
Evangelização	2	2.020, 2.078
Exportação	72	2.012/2, 2.012/9, 2.012/10, 2.012/11, 2.012/14, 2.012/15, 2.012/16, 2.012/18, 2.012/21, 2.012/30, 2.012/48, 2.012/53, 2.012/64, 2.012/65, 2.012/66, 2.012/67, 2.012/68, 2.012/69, 2.012/70, 2.012/71, 2.012/73, 2.012/74, 2.012/75, 2.012/76, 2.012/77, 2.032, 2.036, 2.054, 2.061, 2.063, 2.070, 2.071, 2.072, 2.073, 2.074, 2.076, 2.079, 2.080, 2.081, 2.083, 2.089, 2.090, 2.093, 2.099, 2.110, 2.111, 2.117, 2.122, 2.126, 2.130, 2.135, 2.137, 2.140, 2.141, 2.144, 2.148, 2.149, 2.165, 2.168, 2.177, 2.183, 2.190, 2.191, 2.195, 2.197, 2.200, 2.203, 2.207, 2.210, 2.213, 2.214, 2.215
Cel. Fawcett	2	2.021, 2.031
Filmagem		2.009, 2.017, 2.018, 2.035, 2.039, 2.043, 2.059, 2.064, 2.065, 2.106, 2.107, 2.115, 2.133, 2.154, 2.164, 2.178, 2.185, 2.189
Geofísica	2	2.012/49, 2.187
Geografia	7	2.002, 2.010, 2.012/12, 2.012/17, 2.012/49, 2.012/78, 2.139
Geologia	23	2.012/12, 2.012/17, 2.012/34, 2.012/35, 2.012/36, 2.012/37, 2.012/38, 2.012/45, 2.012/54, 2.012/57, 2.012/62, 2.012/63, 2.012/78, 2.033, 2.045, 2.087, 2.123, 2.151, 2.156, 2.163, 2.186, 2.202, 2.209
Jornalismo	8	2.012/17, 2.012/42, 2.012/58, 2.034, 2.041, 2.065, 2.164, 2.208
Linguística	2	2.162, 2.171
Medicina	1	2.124
Paleontologia	4	2.012/59, 2.052, 2.103, 2.163
Pesca	4	2.012/13, 2.056, 2.060, 2.136
Raios Cósmicos	1	2.176
Sociologia	8	2.012/56, 2.044, 2.109, 2.116, 2.154, 2.169, 2.171, 2.179
Tesouro	2	2.015, 2.157
Turismo	3	2.009, 2.048, 2.121
Zoologia	41	2.006, 2.012/3, 2.012/4, 2.012/17, 2.012/46, 2.012/47, 2.013, 2.026, 2.028, 2.031, 2.037, 2.039, 2.047, 2.050, 2.051, 2.062, 2.082, 2.085, 2.088, 2.091, 2.092, 2.093, 2.094, 2.097, 2.100, 2.101, 2.102, 2.112, 2.127, 2.129, 2.131, 2.132, 2.138, 2.146, 2.147, 2.161, 2.171, 2.173, 2.175, 2.184, 2.199
Assunto não identificado	45	2.004, 2.005, 2.007, 2.012/1, 2.012/5, 2.012/6, 2.012/7, 2.012/8, 2.012/20, 2.012/23, 2.012/24, 2.012/26, 2.012/27, 2.012/28, 2.012/43, 2.012/44, 2.012/51, 2.012/52, 2.012/55, 2.012/60, 2.012/61, 2.014, 2.022, 2.029, 2.032, 2.046, 2.066, 2.077, 2.096, 2.114, 2.126, 2.128, 2.142, 2.153, 2.158, 2.160, 2.180, 2.193, 2.194, 2.198, 2.201, 2.204, 2.205, 2.211, 2.212
TOTAL	337	

Anexo III. Expedições dos Estados Unidos por assunto (1933-1945)

Assunto	Nº	Dossiês
Antropologia	6	2.008, 2.010, 2.012/22, 2.105, 2.134, 2.181
Arqueologia	1	2.008
Arte	13	2.012/35, 2.012/36, 2.012/38, 2.012/45, 2.012/50, 2.017, 2.024, 2.059, 2.069, 2.118, 2.133, 2.185, 2.189
Biologia	1	2.182
Botânica	15	2.012/29, 2.016, 2.037, 2.038, 2.057, 2.067, 2.075, 2.086, 2.094, 2.108, 2.145, 2.172, 2.182, 2.188, 2.206
Caça	3	2.003, 2.069, 2.150
Eclipse solar	4	2.152, 2.159, 2.166, 2.167
Evangelização	1	2.020
Exportação	3	2.012/30, 2.144, 2.148
Cel. Fawcett	1	2.021,
Filmagem	7	2.017, 2.059, 2.133, 2.154, 2.164, 2.185, 2.189
Geofísica	1	2.187
Geografia	1	2.010
Geologia	13	2.012/35, 2.012/36, 2.012/37, 2.012/38, 2.012/45, 2.012/54, 2.012/57, 2.033, 2.045, 2.123, , 2.163, 2.186, 2.202
Jornalismo	2	2.034, 2.164
Linguística	2	2.162, 2.171
Paleontologia	2	2.052, 2.163
Pesca	1	2.060
Sociologia	6	2.044, 2.109, 2.116, 2.154, 2.169, 2.171
Zoologia	15	2.013, 2.028, 2.037, 2.051, 2.062, 2.082, 2.085, 2.088, 2.094, 2.131, 2.132, 2.147, 2.171, 2.171, 2.199
Assunto não identificado	8	2.005, 2.012/5, 2.012/6, 2.012/26, 2.066, 2.077, 2.096, 2.198
TOTAL	106	

Anexo IV. Dossiês com o assunto “zoologia” por país (1933-1945)

País	Nº	Dossiês
Alemanha	10	2.012/46, 2.012/47, 2.039, 2.092, 2.093, 2.097, 2.100, 2.127, 2.175, 2.184,
Bélgica	2	2.050, 2.112
Brasil	5	2.012/17, 2.091, 2.129, 2.146, 2.161
Estados Unidos	15	2.013, 2.028, 2.037, 2.051, 2.062, 2.082, 2.085, 2.088, 2.094, 2.131, 2.132, 2.147, 2.171, 2.173, 2.199,
Grã-Bretanha	3	2.006, 2.102, 2.138
Polônia	1	2.026
Romênia	1	2.047
Tchecoslo- vália	1	2.101
Origem não identificada	3	2.012/3, 2.012/4, 2.031,
TOTAL	41	

Anexo V. Dossiês com o assunto “zoologia”, “caça” e “exportação” envolvendo animais – excluindo repetições (1933-1945)

País	Nº	Dossiês
Zoologia	41	2.006, 2.012/3, 2.012/4, 2.012/17, 2.012/46, 2.012/47, 2.013, 2.026, 2.028, 2.031, 2.037, 2.039, 2.047, 2.050, 2.051, 2.062, 2.082, 2.085, 2.088, 2.091, 2.092, 2.093, 2.094, 2.097, 2.100, 2.101, 2.102, 2.112, 2.127, 2.129, 2.131, 2.132, 2.138, 2.146, 2.147, 2.161, 2.171, 2.173, 2.175, 2.184, 2.199,
Caça	5	2.003, 2.030, 2.069, 2.125, 2.150
Exportação (animais)	27	2.012/2, 2.012/9, 2.012/10, 2.012/14, 2.012/15, 2.012/21, 2.012/48, 2.012/53, 2.012/65, 2.012/66, 2.012/67, 2.012/68, 2.012/71, 2.012/76, 2.032, 2.063, 2.071, 2.076, 2.099, 2.110, 2.111, 2.117, 2.122, 2.148, 2.165, 2.177, 2.190, 2.207
Assunto não identificado (animais)	3	2.046, 2.096, 2.160
TOTAL	76	